C 72-20



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Instruções Provisórias

O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

1ª Edição
1997

IP 72-20



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Instruções Provisórias

O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

1ª Edição
1997

Preço: R$

CARGA

EM.................

PORTARIA Nº 007-EME, DE 27 DE JANEIRO DE 1997

Aprova as Instruções Provisórias IP 72-20 - O Batalhão de Infantaria de Selva, 1ª Edição, 1997.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, usando das atribuições que lhe confere o Art 91 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 433, de 24 de agosto de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Provisórias **IP 72-20 - O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**, 1ª Edição, 1997, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex DELIO DE ASSIS MONTEIRO
Chefe do Estado-Maior do Exército

NOTA

Solicita-se aos usuários destas instruções provisórias a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-la ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

As sugestões devem ser enviadas à Seção de Doutrina e Pesquisa do Comando Militar da Amazônia.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

		Prf	Pag
CAPÍTULO	**1 - INTRODUÇÃO**		
ARTIGO	**I** - Generalidades	1-1 e 1-2	1-1
ARTIGO	**II** - O Batalhão de Infantaria de Selva	1-3 a 1-9	1-3
ARTIGO	**III** - Aspectos Militares do Terreno	1-10 a 1-14	1-7
ARTIGO	**IV** - Características das Operações	1-15 a 1-18	1-9
CAPÍTULO	**2 - MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS**	2-1 a 2-7	2-1
CAPÍTULO	**3 - OPERAÇÕES OFENSIVAS**		
ARTIGO	**I** - Generalidades	3-1 a 3-3	3-1
ARTIGO	**II** - A Marcha para o Combate	3-4 a 3-6	3-3
ARTIGO	**III** - Reconhecimento em Força	3-7	3-8
ARTIGO	**IV** - Ataque	3-8 a 3-14	3-9
ARTIGO	**V** - Ataque À Localidade Típica de Selva	3-15 a 3-17	3-13
ARTIGO	**VI** - Ataque Noturno	3-18	3-16
ARTIGO	**VII** - Aproveitamento do Êxito	3-19	3-16
ARTIGO	**VIII** - Perseguição	3-20	3-17
ARTIGO	**IV** - O BIS Reserva	3-21 e 3-22	3-18

CAPÍTULO 4 - OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I - Características e Fundamentos da Defesa em Selva .... 4-1 a 4-3 4-1

ARTIGO II - Defesa de Área .... 4-4 a 4-7 4-5

ARTIGO III - Defesa de Localidade .... 4-8 a 4-10 4-9

ARTIGO IV - Movimentos Retrógrados .... 4-11 a 4-16 4-11

ARTIGO V - O BIS Reserva 4-17 4-19

CAPÍTULO 5 - OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ARTIGO I - Generalidades .... 5-1 a 5-6 5-1

ARTIGO II - Fases das Operações .... 5-7 a 5-12 5-4

ARTIGO III - O Bloqueio Fluvial .... 5-13 e 5-14 5-6

ARTIGO IV - Assalto Ribeirinho .... 5-15 a 5-17 5-7

ARTIGO V - O Apoio de Fogo .... 5-18 e 5-19 5-10

CAPÍTULO 6 - OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

ARTIGO I - Generalidades .... 6-1 a 6-3 6-1

ARTIGO II - O Assalto Aeromóvel .... 6-4 a 6-11 6-5

ARTIGO III - Participação do Batalhão de Infantaria de Selva em outras Missões de Combate .... 6-12 a 6-16 6-11

ARTIGO IV - Apoio ao Combate Proporcionado pela Aviação do Exército .... 6-17 e 6-18 6-12

ARTIGO V - O Apoio Logístico Proporcionado pela Aviação do Exército .... 6-19 e 6-20 6-13

CAPÍTULO 7 - SUBSTITUIÇÕES E JUNÇÃO

ARTIGO I - Substituições .... 7-1 a 7-6 7-1

ARTIGO II - Junção .... 7-7 e 7-8 7-6

CAPÍTULO 8 - SEGURANÇA INTEGRADA E ÁREA DE CONFLITO

ARTIGO I - Generalidades 8-1 8-1

ARTIGO II - Segurança Integrada e Atividades Subsidiárias .... 8-2 a 8-4 8-3

ARTIGO III - Área de Conflito .... 8-5 a 8-12 8-5

CAPÍTULO 9 - O BIS SEDIADO EM ÁREA DE FRONTEIRA

ARTIGO I - Generalidades 9-1 9-1

ARTIGO II - Estruturação .... 9-2 a 9-4 9-2

ARTIGO III - O Pelotão Especial de Fronteira 9-5 9-4

ARTIGO IV - Apoio a Órgãos Públicos na Faixa de Fronteira .... 9-6 a 9-8 9-5

ARTIGO V - Atuação com Estrangeiros .... 9-9 e 9-10 9-7

CAPÍTULO 10 - ATIVIDADE DE COMANDO E LOGÍSTICA

ARTIGO I - Generalidades 10-1 10-1

ARTIGO II - Atividades de Comando 10-2 10-2

ARTIGO III - Atividades Logísticas .... 10-3 a 10-8 10-2

ANEXOS:

A - ORDEM DE ATAQUE DO COMANDANTE DO BIS

B - ORDEM DE DEFESA DO COMANDATE DO BIS

C - PLANO DE APRESTAMENTO (Operações Ribeirinhas)

D - MANIFESTO DE EMBARQUE E CARREGAMENTO (Operações Ribeirinhas)

E - PLANO DE MOVIMENTO FLUVIAL (Operações Ribeirinhas)

F - ORDEM DE OPERAÇÕES (Operações Aeromóveis)

G - PLANO DE DESEMBARQUE (Operações Aeromóveis)

H - PLANO DE MOVIMENTO AÉREO (Operações Aeromóveis)

I - PLANO DE CARREGAMENTO (Operações Aeromóveis)

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

ARTIGO I

GENERALIDADES

1-1. FINALIDADE

a. Este manual é um guia para o emprego tático do batalhão de infantaria de selva. Trata dos movimentos preparatórios, das operações ofensivas e defensivas, das operações ribeirinhas, das operações aeromóveis, das operações contra forças irregulares, da logística, das ligações e das comunicações e da eletrônica, no ambiente operacional de selva.

b. Aborda, ainda, aspectos gerais da organização e do material distribuído ao batalhão de infantaria de selva, bem como as suas possibilidades e limitações.

c. Complementa o C 7-20 - Batalhões de Infantaria, focalizando o ambiente operacional da Amazônia Brasileira.

1-2. PECULIARIDADES DO AMBIENTE OPERACIONAL AMAZÔNICO

a. A extensa e densa floresta equatorial, a malha aquática de grandes proporções, a escassez de estradas, as elevadas temperaturas, os significativos índices de umidade do ar, a abundância de chuvas e os riscos de enfermidades tropicais constituem peculiaridades do ambiente amazônico.

b. A região é bem caracterizada, em termos fisiográficos, pela Planície Amazônica (calha dos Rios Solimões-Amazonas e afluentes) e pelas encostas dos planaltos Guianense, ao norte, e Sul-Amazônico, ao sul.

c. A floresta equatorial pode ser de “terra firme” fora do alcance das cheias e de “terras inundáveis” matas de várzea e igapó, alcançadas pelas enchentes.

d. As florestas podem ser primárias e secundárias, conforme as características da vegetação. As primárias, constituídas de árvores maiores que se entrelaçam em suas copas mas deixam espaços entre si junto ao solo, são permeáveis ao movimento de tropa a pé. As secundárias, por sua vez, verdadeiro adensamento de vegetação de pequeno e médio porte (moitas, trepadeiras, espinheiros etc.), dificultam o movimento de tropa a pé.

e. Para evitar confusões sobre os vocábulos “selva” e “floresta”, atentar para o seguinte:

(1) O termo “selva”, pelo hábito, tem sido usado com o mesmo significado de “floresta” ou “mata”. Porém, na verdade, conforme as Instruções Provisórias IP 72-1 - Operações na Selva, em seu capítulo 1, parágrafo 1-2 e letra “a”: “Selvas são áreas de florestas equatoriais ou tropicais densas e de clima úmido ou superúmido. Situam-se em regiões de fraca densidade demográfica, com baixo desenvolvimento industrial, comercial e cultural, de precárias condições de vida, com acentuada escassez de transporte terrestre, ao longo de extensas áreas de planície, planalto ou montanha”. Portanto, a região da selva amazônica inclui não apenas a floresta, mas também os rios, as localidades, as regiões desmatadas e as serras.

(2) Como já é comum empregar-se a palavra “selva” para designar a “floresta”, aproveitou-se, neste manual, o que já foi consagrado pelo uso. Isto explica expressões como “operações na selva” e “marcha através da selva” para tratar, respectivamente, das operações e dos deslocamentos pelo interior da floresta. Desta forma, quando se deseja enfatizar o aspecto “vegetação”, deve-se utilizar vocábulos como floresta ou mata.

f. Apresentam-se como peculiaridades da região amazônica a rarefação demográfica e a concentração da população ao longo dos rios, constituindo um grande ambiente ribeirinho com predominância das linhas de comunicações fluviais.

g. Essas linhas de comunicações fluviais são a sustentação de todas as ações humanas na Amazônia e o principal fator de influência na distribuição da população.

h. A região amazônica está sujeita a inundações, fenômeno que ocorre na estação das chuvas e por ocasião do degelo nos Andes, modificando significativamente os cursos de água e originando igapós e chavascais. As marés também podem afetar as áreas ribeirinhas próximas da costa marítima.

i. A navegabilidade dos rios amazônicos é ampliada na época das cheias, mas, na vazante, pode haver dificuldade para o emprego de embarcações de maior calado. Apesar disso, o transporte fluvial é predominante na área, complementado pelo aéreo e rodoviário.

j. As chuvas freqüentes reduzem a capacidade das rodovias não pavimentadas. Quando associadas à neblina, restringem enormemente o emprego de aeronaves.

l. As elevadas temperaturas e a acentuada umidade relativa do ar têm influência direta sobre o material e o combatente, exigindo deste a aclimatação necessária.

m. Doenças tropicais, como a malária, a leishmaniose, a febre amarela, o cólera, entre outras, constituem preocupação especial, exigindo medidas preventivas por parte da tropa, especialmente em áreas consideradas endêmicas.

ARTIGO II

O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

1-3. MISSÃO

a. O batalhão de infantaria de selva, na ofensiva, tem a missão de destruir o inimigo localizado em sua área de atuação e/ou conquistar objetivos específicos do terreno.

b. Na defensiva, o batalhão de infantaria de selva tem a missão de manter acidentes capitais, especialmente os que permitem bloquear e/ou controlar vias de circulação fluviais e terrestres.

c. No contexto da Segurança Integrada, o batalhão pode pacificar ou participar da pacificação de uma área.

d. Quando sediado em área de fronteira, além das suas missões normais, recebe a missão de vigilância da faixa fronteiriça.

e. No combate de resistência, pode operar em uma área de combate (A Cmb), empregando alternadamente uma de suas companhias de fuzileiros de selva.

1-4. CARACTERÍSTICAS DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

a. O batalhão de infantaria de selva é apto a operar em região de selva, combinando o fogo, o movimento e o combate aproximado. Instruído para combater a pé, necessita, conforme a situação, do apoio do escalão superior em viaturas, meios fluviais e aéreos.

b. É a unidade tática básica da brigada de infantaria de selva.

c. Pode atuar enquadrado pela brigada e/ou isoladamente. Em qualquer destes casos recebe uma área de responsabilidade que pode repartir pelas suas companhias.

d. Caracteriza-se, particularmente, por sua fluidez e pela capacidade de operar continuadamente em região de selva. A fluidez decorre da capacidade de atuar com grande descentralização de suas frações, do seu adestramento para deslocar-se através da floresta, dos meios fluviais orgânicos e do adestramento para operar com aeronaves e embarcações propiciadas pelo escalão superior, o que lhe permite atuar sobre os pontos vulneráveis do inimigo e rapidamente retrair. A capacidade de operar continuadamente em região de selva, por sua vez, resulta do preparo psicológico, da aclimatação, do adestramento e do apoio logístico para o combate neste ambiente operacional.

1-5. POSSIBILIDADES DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

a. Operar em região de selva, sob condições climáticas e meteorológicas típicas deste ambiente operacional.

b. Em sua área de responsabilidade, empregando meios de transporte orgânicos e/ou propiciados pelo escalão superior, cerrar sobre o inimigo para destruí-lo ou capturá-lo.

c. Conquistar e manter acidentes capitais.

d. Participar de operações aeromóveis, aeroterrestres e ribeirinhas, desde que apoiado pelo escalão superior em meios aéreos e fluviais.

e. Realizar deslocamentos fluviais de pequeno alcance, com parte dos seus meios, utilizando, exclusivamente, embarcações orgânicas.

f. Realizar deslocamentos através da floresta, explorando a surpresa ao máximo.

g. Empregar as suas companhias descentralizadamente.

h. Receber reforços em meios de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, ampliando a sua capacidade de durar na ação e operar isoladamente, podendo executar, em escala limitada, operações independentes.

i. Operar com limitações nas regiões montanhosas localizadas na Amazônia Brasileira.

j. Quando sediado em área de fronteira, realizar a vigilância da linha de fronteiras terrestres e fluviais com frações destacadas.

l. Contra forças militares de poder de combate incontestavelmente superior, operar empregando as técnicas do combate de resistência.

m. Pacificar ou participar da pacificação de uma área no contexto da Segurança Integrada (Defesa Interna).

n. Operar contra forças de guerrilha de origens diversas na região amazônica.

o. Participar de operações de interdição, impedindo e/ou limitando o apoio externo a forças irregulares.

p. Operar contra forças adversas numa Área de Conflito (AC) isoladamente ou no contexto da brigada que o integra.

1-6. LIMITAÇÕES DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

a. Limitada mobilidade veicular.

b. Mobilidade terrestre limitada à velocidade do homem a pé.

c. Dependência de apoio de embarcações táticas e logísticas para movimentos fluviais de maior alcance.

d. Dependência de apoio de meios aéreos para operar eficazmente numa área de grandes dimensões.

e. Dependência acentuada dos meios de comunicações.

f. Reduzida potência de fogo.

g. Limitada proteção contra blindados.

h. Limitada proteção contra os efeitos de armas e agentes QBN.

i. Redução da capacidade operativa em caso de surtos de doenças tropicais.

j. Necessidade de receber apoio ou reforços para operar em regiões de campos ou desprovidas de floresta.

l. Necessidade de apoio de Engenharia em deslocamentos motorizados devido à precariedade das estradas.

m. Necessidade de receber reforço em equipamentos e pessoal, além do apoio de elementos especializados, quando empregado no combate de resistência.

1-7. EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

a. O BIS pode ser empregado nas seguintes condições:
(1) enquadrado na brigada que o integra;
(2) isoladamente, com todos os seus meios centralizados, ou pela ação descentralizada de suas companhias de fuzileiros de selva.

b. Quando enquadrado pela brigada pode participar de todos os tipos de operações ofensivas, defensivas e de natureza especial.

c. Ao operar isoladamente, sofre sérias restrições para a execução do aproveitamento do êxito e da perseguição, bem como da defesa móvel.

1-8. ORGANIZAÇÃO

a. O batalhão de infantaria de selva é constituído por um comando, um estado-maior, uma companhia de comando e serviços e três companhias de fuzileiros de selva.

b. A organização detalhada do batalhão de infantaria de selva e a sua respectiva dotação de material constam dos Quadros de Organização e Quadros de Dotação de Material do BIS aprovados pelo Estado-Maior do Exército.

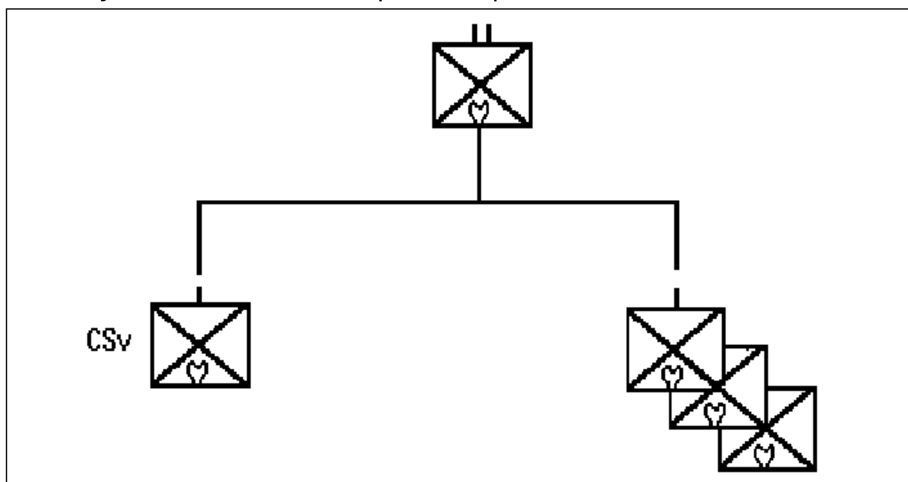


Fig 1-1 Organograma do batalhão de infantaria de selva.

1-9. COMANDANTE E ESTADO-MAIOR

a. Para o exercício do comando em região de selva, é necessário considerar as grandes distâncias, as dificuldades de comunicações e as de coordenação e controle. Em razão disto, o comandante do batalhão precisa contar com variados meios de transporte, observação e comunicações, necessitando para tal ser apoiado pelo escalão superior.

b. O comandante do batalhão deve ter em mente que o contato com suas frações subordinadas pode ser interrompido temporária ou definitivamente. Por isso, os comandantes em todos os escalões devem ser treinados para atuarem isoladamente em todas as situações.

c. As dificuldades de coordenação e controle levam, normalmente, à descentralização das frações, o que torna problemática a logística.

d. Ao planejar as operações, o estado-maior geral do batalhão deve considerar alguns fatores que são influenciados pelas condicionantes do ambiente operacional, tais como:

(1) dificuldade para se obter informações precisas e oportunas;

(2) perda de eficiência das comunicações trazendo sérias restrições à capacidade de coordenação e controle;

(3) descentralização das ações;

(4) escassez de recursos locais;

(5) as grandes distâncias e o apoio logístico;

(6) emprego do habitante local;

(7) transporte de pessoal e material;

(8) evacuação e hospitalização;

(9) manutenção do material;

(10) sepultamentos;

(11) recompletamentos;

(12) áreas de risco de endemias tropicais;

(13) importância das localidades;

(14) precariedade das estradas;

(15) influência das estações da seca e das chuvas sobre as vias de circulação, particularmente rios e estradas.

e. Para estabelecer e manter as ligações, são utilizados os meios de comunicações regulares e o sistema civil mediante ordem.

ARTIGO III

ASPECTOS MILITARES DO TERRENO

1-10. OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO

a. A vegetação dificulta a observação, os reconhecimentos, a coordenação e o controle. Os postos de observação, quando possível, são estabelecidos em locais fora da floresta.

b. Os campos de tiro para as armas de tiro tenso são limitados, havendo necessidade de, no interior da floresta, definir os setores de tiro por “túneis de tiro”. As armas de trajetórias verticais, em princípio, devem ser posicionadas onde haja uma descontinuidade na cobertura vegetal (margens de rios, ou de estradas; clareiras naturais; etc.).

c. Em decorrência das restrições de observação, particularmente no interior da floresta, o tiro de ação reflexa é amplamente empregado.

d. Maior eficácia dos tiros é obtida observando-se e atirando-se a partir de posições na orla da floresta e que tenham domínio sobre os rios, as praias, os campos, as clareiras e as regiões desmatadas.

1-11. COBERTAS E ABRIGOS

a. A própria vegetação, associada à correta utilização das técnicas de camuflagem por parte da tropa, propicia excelentes condições de ocultamento e disfarce.

b. As ravinas (socavões), as dobras do terreno, as árvores e os troncos caídos são os abrigos mais comuns no interior da floresta.

1-12. OBSTÁCULOS

a. A densa vegetação entrecortada por rios e igarapés, alguns não vadeáveis, e por igapós e chavascais, com árvores caídas e terreno erodido, faz da floresta obstáculo. Com isso, os movimentos são dificultados, restringindo a manobra, o apoio de fogo e o apoio logístico.

b. As armadilhas antipessoal e os campos minados constituem os obstáculos artificiais mais comumente utilizados em região de selva.

1-13. ACIDENTES CAPITAIS

a. Constituem, em área de selva, acidentes capitais, as regiões de passagem obrigatória, as localidades, os portos, os atracadouros, os aeroportos, os campos de pouso, a foz e a confluência dos rios, as partes estreitas das aquavias, as pontes, as passagens a vau, as clareiras, as regiões desmatadas que permitem o estabelecimento e a instalação de zona de pouso de helicóptero e todos os acidentes do terreno que exerçam influência sobre a circulação.

b. As localidades, em princípio, são os acidentes capitais mais importantes, por contribuírem para o controle de uma região, seja pela influência que exercem à sua volta, seja pelos recursos locais e instalações que venham a oferecer. Além disso, aumenta-lhes a importância o fato de, normalmente, disporem de aeroportos ou campos de pouso e estarem situadas às margens de rios navegáveis.

1-14. VIAS DE ACESSO

a. Aplica-se o conceito militar clássico de via de acesso apenas às regiões desmatadas ou de campos naturais.

b. A própria floresta pode constituir via de acesso variante ou alternativa. O batalhão pode realizar deslocamentos através da selva como um todo ou descentralizando o movimento para as companhias.

c. As vias de acesso são, geralmente, as vias de circulação: terrestres (estradas, trilhas, varadouros, regiões desmatadas, a floresta) e fluviais (rios, lagos, igarapés). Em algumas situações, a única alternativa de se atingir uma determinada região será o deslocamento aéreo.

ARTIGO IV

CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES

1-15. OPERAÇÕES NA SELVA

a. Na região amazônica, as dificuldades de emprego de tropa crescem proporcionalmente ao vulto das forças empenhadas. Devido às restrições à manobra, as principais ações táticas são conduzidas ao longo das vias de circulação terrestres e fluviais.

b. As operações se desenvolvem em grandes áreas, com enormes espaços vazios e dispersão significativa dos objetivos militares mais importantes. A vantagem tática é obtida pelo domínio e controle de regiões taticamente importantes e que exerçam influência sobre a circulação.

c. As ações em região de selva são descentralizadas devido à impossibilidade de se manobrar com efetivos maiores, às dificuldades de circulação e à necessidade de se aplicar a força sobre o maior número possível de pontos críticos. É normal a brigada descentralizar as ações dos seus batalhões, bem como estes fazerem o mesmo com as suas companhias de fuzileiros.

d. Para que a descentralização das ações não venha a prejudicar a unidade de comando, é vital que o batalhão conheça muito bem os objetivos e a manobra da brigada e as missões das suas companhias.

e. As operações em região de selva são lentas e prolongadas. Pode-se afirmar que elas se caracterizam por longos períodos em que as forças em presença procuram esclarecer a situação e localizar o inimigo e ainda por curtos períodos de violentos combates, algumas vezes inesperados.

f. Uma região de floresta, em si, não justifica a sua ocupação ou manutenção, sendo apenas utilizada como área de trânsito para regiões importantes sob o ponto de vista tático ou logístico. Assim, o que se objetiva é a destruição do inimigo e a posse de acidentes capitais essenciais ao controle de determinada área.

g. As áreas de selva onde as ações não possam ser sustentadas a partir das áreas ribeirinhas, são de muito difícil manutenção, por sua distância, pelos óbices naturais e pela própria adversidade da floresta, sobretudo a grandes efetivos que demandam maiores exigências logísticas.

1-16. OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

a. Na Amazônia Brasileira, as operações ribeirinhas estão integradas às demais operações na selva. O batalhão pode empregar, simultaneamente, uma companhia de fuzileiros de selva realizando operações na floresta e uma companhia executando operações ribeirinhas; e, no decorrer destas, realizar ainda ações aeromóveis.

b. Numa área de combate ribeirinha, visa-se à destruição do inimigo e ao controle das aquavias e da região terrestre adjacente aos rios e lagos.

c. O batalhão, contando ou não com o apoio da Força Naval, pode constituir ou fazer parte de uma força ribeirinha.

1-17. OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

a. O batalhão, para conseguir aplicar o seu poder de combate em todos os pontos críticos da área sob a sua responsabilidade, precisa contar com meios aéreos, normalmente os helicópteros da Aviação do Exército. A execução de operações aeromóveis depende muito da disponibilidade de aeronaves, da existência de zonas de pouso e da infra-estrutura de apoio de solo, bem como de condições meteorológicas estáveis nos períodos previstos para o combate.

b. O batalhão, para realizar uma operação aeromóvel, constitui, normalmente, uma força-tarefa aeromóvel com as frações de helicóptero que o apoiam.

1-18. ÁREA DE COMBATE

a. Entende-se por Área de Combate a região sob a responsabilidade do batalhão e onde este desenvolve as ações das companhias de fuzileiros de selva. Cada subunidade, por sua vez, pode receber do batalhão uma área de combate respectiva.

b. A área de combate do batalhão é prescrita pela brigada e se assemelha à zona de ação clássica, sem haver, no entanto, a obrigatoriedade de limpeza de zona de ação por parte da unidade. Pode haver ocasionalmente, por imposição do terreno, imprecisão nos seus limites.

c. A responsabilidade pelas operações na área de combate do batalhão é do seu comandante.

d. A cada área de combate corresponde uma base de combate de batalhão, ponto focal de onde o comandante da unidade conduz as operações e onde a brigada faz chegar o seu apoio.

e. Na base de combate localizam-se o comando, os órgãos de apoio ao combate, a reserva e os trens da unidade. Sempre que possível, possui campo de pouso e uma zona de embarque/desembarque para helicópteros.

f. Algumas finalidades da base de combate do batalhão:

(1) facilitar a ligação com a brigada;

(2) facilitar a ligação com as companhias de fuzileiros de selva e o controle de suas ações;

(3) assegurar o apoio logístico às companhias de fuzileiros de selva, por intermédio da instalação de postos de suprimento ou distribuição;

(4) constituir-se em ponto-forte, para impedir a ação do inimigo na retaguarda e possibilitar o acolhimento de elementos amigos;

(5) facilitar o rodízio de pessoal;
(6) assegurar condições para o recebimento de novos meios e reforços;
(7) permitir a maior duração da tropa na ação.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

2-1. GENERALIDADES

a. O batalhão de infantaria de selva desloca-se de sua sede para a área de operações, normalmente, utilizando viaturas, embarcações e aeronaves. Para isso, necessita receber o apoio do escalão superior em viaturas, meios fluviais e aéreos, uma vez que os seus meios orgânicos de transporte não são suficientes para transportar todo o seu pessoal e material.

b. Os deslocamentos fluviais predominam na região amazônica. O batalhão de infantaria de selva, ao deslocar-se por aquavias e/ou realizar uma marcha para o combate fluvial, emprega as suas embarcações orgânicas e as que recebe do escalão superior.

c. Na região amazônica, por causa da escassez de estradas e também do ciclo da vazante - época em que o nível dos rios baixa consideravelmente, diminuindo-lhes a capacidade de navegabilidade - depende-se enormemente de transporte aéreo. Por isso, não raro, o batalhão necessita do apoio da Aviação do Exército ou da Força Aérea e, até mesmo, das aeronaves da Marinha.

d. As condições meteorológicas, instáveis na região amazônica, muitas vezes comprometem os deslocamentos aéreos. As chuvas freqüentes afetam a visibilidade e erosionam as pista de pouso não asfaltadas.

e. A malha rodoviária, na maior parte da região amazônica, é pobre, com precárias condições de trafegabilidade, particularmente na estação das chuvas. Além disso, a ausência de obras de arte exige a utilização de balsas para a travessia de cursos de água, o que compromete a rapidez dos deslocamentos. Com isso, os movimentos rodoviários do BIS restringem-se ao interior das localidades e às estradas que existirem em sua área de responsabilidade.

f. Os movimentos rodoviários são feitos à semelhança dos que se realizam no terreno dito convencional.

g. Algumas vezes, em deslocamentos normalmente pouco extensos, o batalhão realiza marchas através da floresta, seja pela impossibilidade de fazê-lo por estradas e rios, seja para aproveitar as condições de ocultação propiciada pela vegetação. Dificilmente, porém, marchará através da selva com todos os seus meios, podendo combinar processos de deslocamento: por exemplo, uma companhia desloca-se embarcada em helicópteros; outra, em embarcações táticas; a terceira, através da floresta.

h. A opção pelo deslocamento através da floresta depende da situação, da distância a ser percorrida, da possibilidade ou não de se utilizar outra via, da composição de meios do batalhão, da urgência do movimento, das condições da tropa e da disponibilidade e capacidade de outros meios de transporte.

i. Há necessidade de se fazer um planejamento minucioso na carta, traçando com precisão os itinerários de marcha. O estado-maior do batalhão deve considerar, além da técnica de marcha na selva, a necessidade de se estabelecer e manter as ligações com o escalão superior e os elementos subordinados, bem como as imposições do apoio logístico.

j. Não é recomendada a marcha noturna através da floresta, por ser extremamente desgastante e pouco compensadora, mesmo quando se utiliza equipamento de visão noturna. Normalmente, compensa mais estacionar à noite e prosseguir no deslocamento pela manhã. Só se marcha à noite quando for imperioso.

l. O batalhão de infantaria de selva, em campanha, estaciona em uma base de combate, que pode ser imposta pela brigada ou selecionada pelo comandante da unidade.

2-2. FORMAÇÕES DE MARCHA

a. Podem ser adotadas pelo batalhão as seguintes formações de marcha:
(1) em coluna por um;
(2) por companhias sucessivas;
(3) por companhias justapostas.

b. A formação em coluna por um é adotada em deslocamentos curtos, quando a vegetação dificultar o movimento de tropa a pé ou só for possível marchar pelas trilhas. O grande inconveniente é a longa cauda que se forma e a vulnerabilidade do batalhão à ação inimiga.

c. Por companhias sucessivas, o batalhão marcha com as subunidades uma à retaguarda da outra e separadas entre si sem que se perca o contato. As companhias, por sua vez, adotam para si a formação que lhes for mais conveniente.

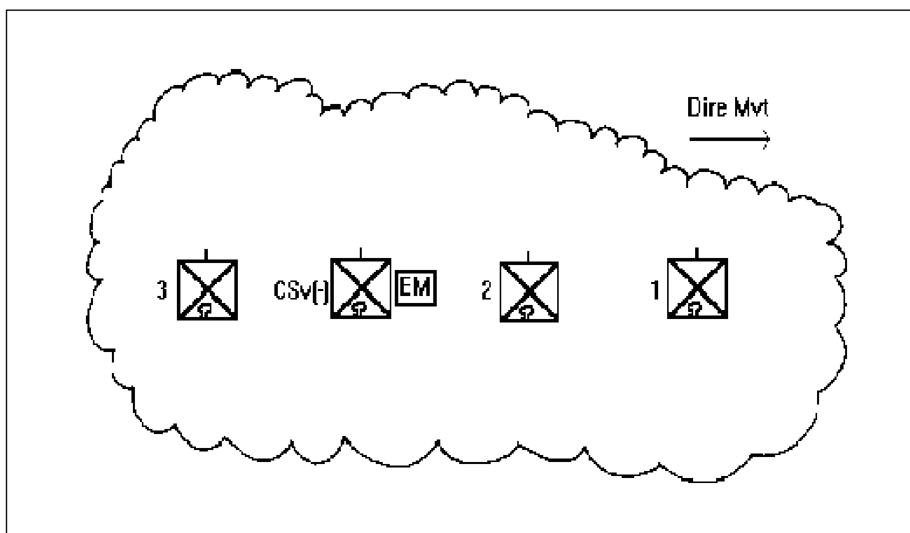


Fig 2-1.O BIS realizando marcha através da floresta na formação por companhias sucessivas.

d. Por companhias justapostas, o batalhão marcha com as subunidades separadas lateralmente entre si sem que se perca o contato visual. As companhias, por sua vez, adotam a formação que lhes for mais conveniente.

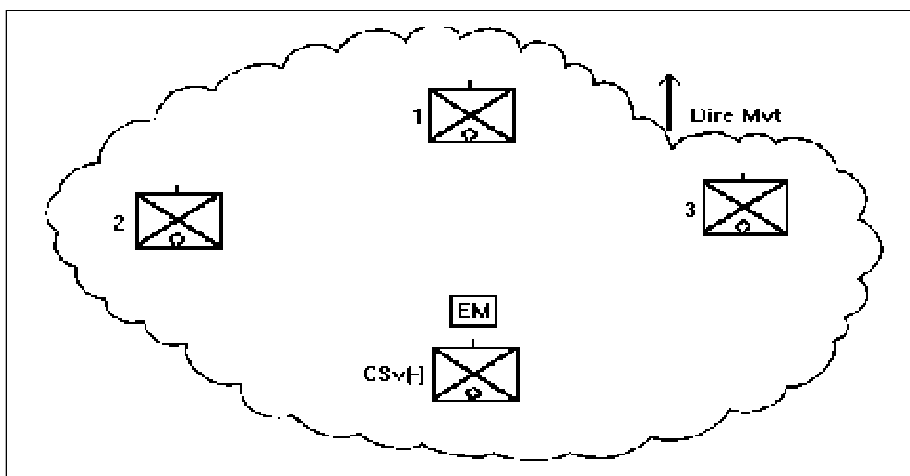


Fig 2-2. O BIS realizando marcha através da floresta na formação por companhias justapostas.

e. Qualquer que seja a formação adotada, a tropa conduz apenas o armamento, o equipamento e o suprimento necessários para o cumprimento da missão, ficando o restante do material na base de combate do BIS. Seguem, pelo interior da floresta, apenas os elementos essenciais à missão.

2-3. VELOCIDADE DE MARCHA

a. Em região de floresta, considera-se mais o aspecto "tempo" do que "distância" para o planejamento das marchas. A tropa marcha "uma jornada ou dez horas diárias" em vez de "tantos quilômetros".

b. Para fins de planejamento, a etapa de marcha diária do BIS é de aproximadamente oito quilômetros pelo interior da floresta.

2-4. SEGURANÇA NOS DESLOCAMENTOS

a. Se o batalhão estiver marchando com todos os seus meios, iniciando a marcha em um mesmo local de partida, deve ser feito o seguinte:

(1) Adotando a formação por companhias justapostas:

- as companhias laterais são encarregadas da segurança nos respectivos flancos, bem como à sua frente e à sua retaguarda;
- a companhia do centro lança segurança à sua frente e à sua retaguarda;
- o valor ideal da segurança destacada por cada subunidade é de grupo de combate; estes, durante a marcha, mantêm o contato visual com a sua companhia.

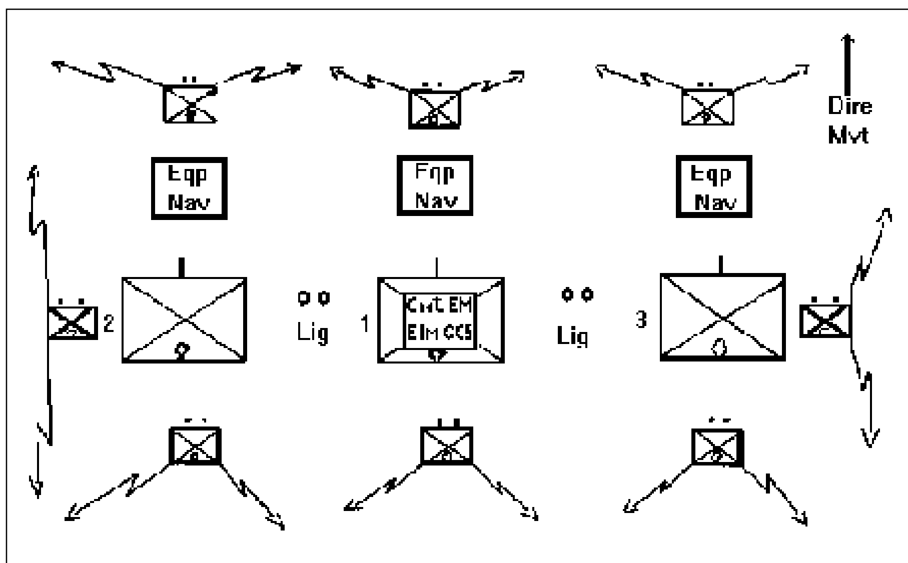


Fig 2-3. O BIS marchando por companhias justapostas.

(2) Adotando a formação por companhias sucessivas:

- a companhia da frente é encarregada da segurança à frente do grupamento de marcha; a da retaguarda, da segurança à retaguarda;
- todas as companhias se encarregam da segurança dos flancos.

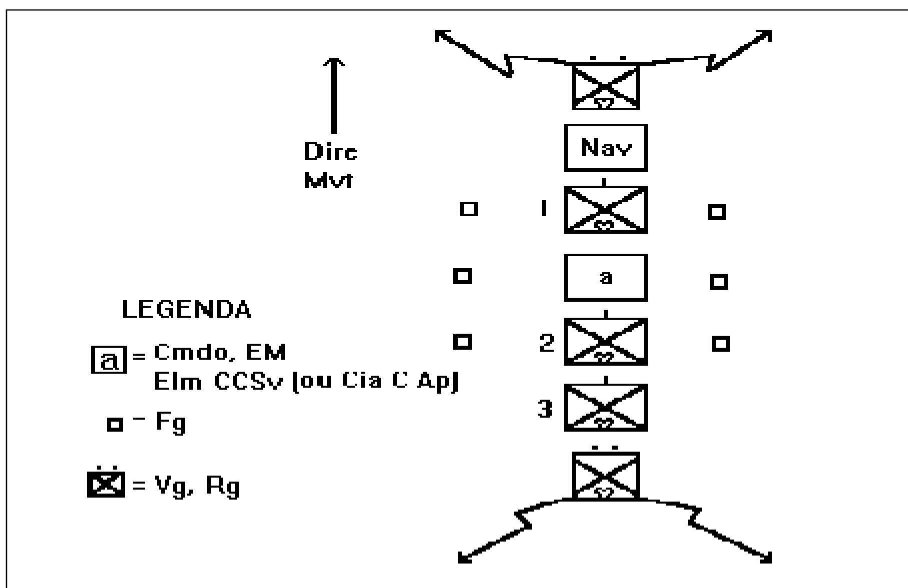


Fig 2-4. O BIS marchando por companhias sucessivas.

(3) Adotando a formação em coluna:

- o estabelecimento da segurança à frente e à retaguarda é feito nos moldes anteriormente descritos; a segurança de flanco é feita por todos os homens, designados individualmente, ou por frações, de acordo com as Normas Gerais de Ação do batalhão, para dirigirem sua vigilância, uns para a direita e outros para a esquerda.

2-5. COORDENAÇÃO E CONTROLE

Quando o batalhão estiver marchando com todos os seus meios, através da floresta, serão adotadas as seguintes medidas de coordenação e controle:

- trabalho das equipes de navegação à frente das companhias;
- emprego dos meios de comunicações, especialmente os mensageiros e rádio;
- linhas de controle e objetivos de marcha;
- patrulhas de ligação entre as companhias;
- manutenção do contato visual, dentro do possível.

2-6. DISPOSITIVOS DEFENSIVOS PARA O ALTO

a. Se o batalhão estiver marchando com todos os seus meios, iniciando a marcha em um mesmo local de partida, deve ser adotado o seguinte:

(1) ao se fazer o alto, cada companhia de fuzileiros de selva estabelece o seu dispositivo de segurança. Se o alto for de pequena duração, são estabelecidas as seguranças à frente, nos flancos e à retaguarda, sem a obrigatoriedade de estabelecer-se um sistema defensivo;

(2) quando se tratar do alto para o pernoite, cada companhia de fuzileiros de selva estabelece o seu dispositivo circular. O comando, o estado-maior e elementos da companhia de comando e serviços (ou da companhia de comando e apoio no caso do BIS sediado em área de fronteira) instalam-se em um dos dispositivos de companhia;

(3) por ocasião do alto, as companhias estabelecem a sua defesa circular, tomando-se especial cuidado com os setores de tiro para se evitar fogos sobre elementos amigos.

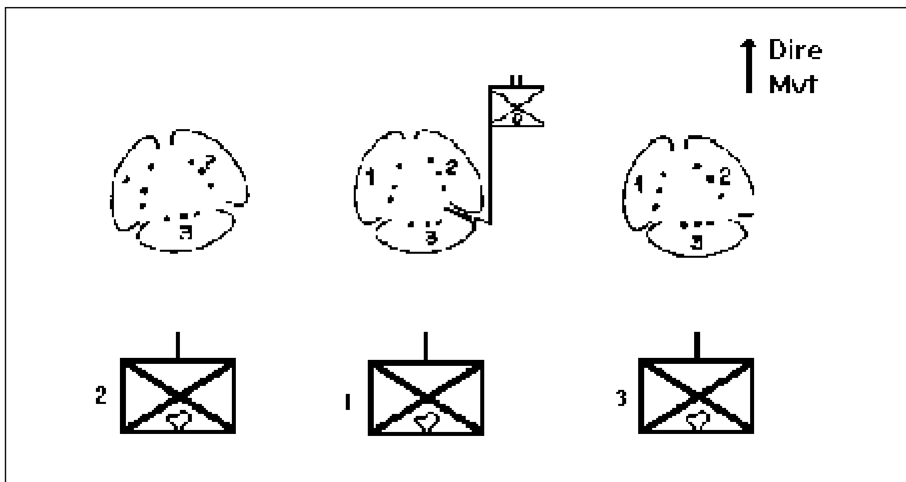


Fig 2-5. Um exemplo de alto para o pernoite na floresta, quando o BIS deslocar-se com todos os seus meios por companhias justapostas.

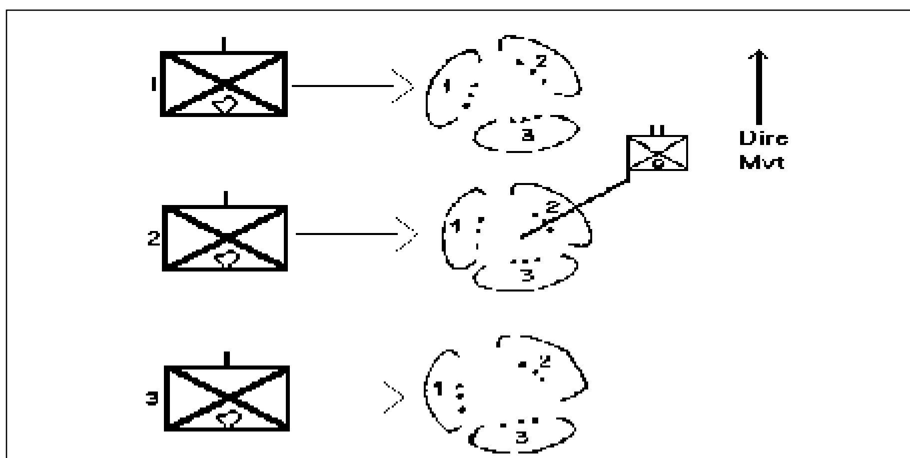


Fig 2-6. Um exemplo de alto para o pernoite, quando o BIS deslocar-se com todos os seus meios por companhias sucessivas.

b. Quando o batalhão estacionar com todos os seus meios, em um mesmo local, também pode adotar o dispositivo circular.

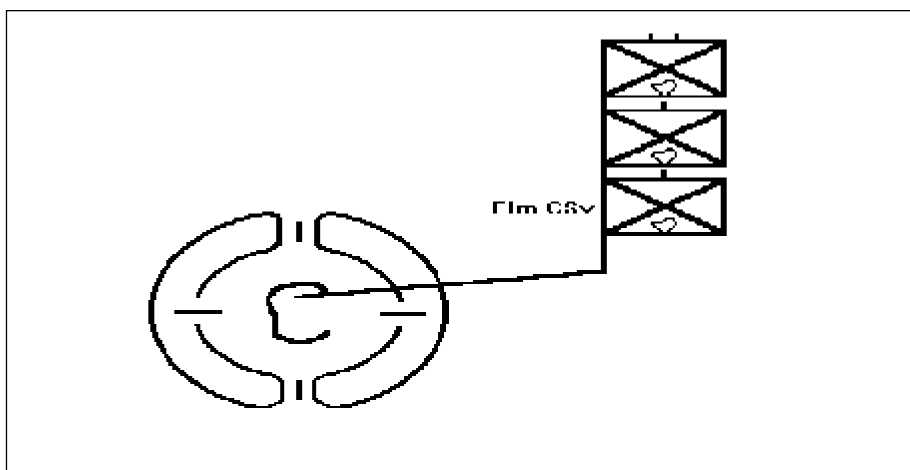


Fig 2-7. Um exemplo de alto para o pernoite com o BIS em dispositivo circular.

2-7. ÁREA DE ESTACIONAMENTO

a. A área de estacionamento do BIS, em final de marcha, em princípio designada pela brigada, coincide com a sua base de combate. Nesta, permanecem o comando, o estado-maior, a CCSv e os fuzileiros que compõem a reserva. Ao descentralizar o emprego das demais companhias de fuzileiros, o comandante do batalhão designa a base de combate destas, escolhendo o seu local ou acolhendo propostas dos comandantes de subunidade.

b. Nas regiões desmatadas ou desprovidas de floresta, o estabelecimento e a ocupação de uma área de estacionamento processam-se semelhantemente ao que ocorre no terreno dito convencional.

c. No interior da floresta, o estacionamento da tropa ocorre da seguinte maneira:

- próximo ao local de estacionamento previsto, o comandante do batalhão determina às companhias que façam alto e providenciem a segurança aproximada enquanto o grupo de estacionamento se prepara para cumprir a sua missão;
- cada subunidade designa pelo menos dois guias para acompanhar o grupo de estacionamento;
- o grupo de estacionamento, acompanhado por uma equipe de navegação e com a segurança de pelo menos um grupo de combate, faz os reconhecimentos e balizamentos necessários à área de estacionamento;
- os guias, identificadas as porções da área de estacionamento que cabem às suas subunidades, retornam para conduzir a tropa;
- conforme a ordem de ocupação prevista, as subunidades se deslocam para a área de estacionamento, podendo esta ser uma única posição (dispositivo circular) ou várias posições de companhia;
- a ocupação da área de estacionamento se faz com a adoção de medidas de segurança.

CAPÍTULO 3

OPERAÇÕES OFENSIVAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

3-1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. A densa vegetação, a pouca visibilidade no interior da floresta, o terreno irregular e a grande rede de rios e igarapés dificultam o comando, a coordenação e o controle.

b. A densidade e a extensão da floresta dificultam a localização do inimigo, particularmente quando se trata de força irregular.

c. O combate em selva é, fundamentalmente, uma luta de pequenas frações, tendo em vista a descentralização das ações devido principalmente à rarefação demográfica e à existência de amplos espaços vazios entre as localidades na região. Caracteriza-se, predominantemente, por incursões, infiltrações e técnicas de guerrilha.

d. A tática ofensiva em selva é comumente associada a contínuos esclarecimentos da situação, devendo o comandante do batalhão basear-se em informações atualizadas sobre o inimigo e o terreno, para realizar um planejamento coerente com a situação. O sucesso da ofensiva, pode-se assim dizer, depende, em grande parte, da exploração das peculiaridades da selva.

e. Como, normalmente, as ações são descentralizadas, somente o perfeito entendimento da missão permite ao comandante de unidade cumprir a missão, independentemente de estar ou não em contato com o escalão superior.

f. As manobras devem ser simples.

g. A mobilidade da tropa de infantaria de selva é, geralmente, a do homem a pé. As peças de manobra, normalmente, necessitam de apoio do escalão superior em meios aéreos e fluviais.

h. A vegetação densa restringe o apoio de fogo, dificultando a observação e o ajuste de fogos das armas de trajetórias verticais. Além disso, é fatigante o transporte das armas e da munição através da floresta.

3-2. CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES OFENSIVAS EM SELVA

a. No quadro geral, as operações ofensivas numa região de selva se desenvolvem ao longo dos eixos, os quais são caracterizados por uma via de transporte terrestre ou fluvial. Os movimentos e as ações das forças dependem ou são condicionados à utilização de uma via de transporte.

b. É difícil estabelecer a linha de contato, bem como determinar, com precisão, a área de atuação das forças contendoras. Como a floresta pode ser usada como via de acesso, são comuns as ações calcadas na surpresa sobre os objetivos situados nas suas proximidades.

c. A opção pelo deslocamento através da floresta pode ser condicionada pelos seguintes fatores:

- tempo disponível para o cumprimento da missão;
- dispositivo do inimigo no objetivo;
- inexistência de outra via para o deslocamento;
- necessidade de segurança;
- condições de navegabilidade dos rios;
- condições de transitabilidade das rodovias;
- aproveitamento da ocultação propiciada pela floresta, explorando-se a surpresa ao máximo.

d. Os deslocamentos realizados no interior da floresta necessitam ser apoiados por via aérea quando não se puder contar com o apoio logístico prestado a partir de estradas e rios.

e. As ações aeromóveis são largamente empregadas.

3-3. TIPOS DE OPERAÇÕES OFENSIVAS

a. Em região de selva, são realizadas:

(1) marcha para o combate;
(2) reconhecimento em força;
(3) ataque coordenado;
(4) aproveitamento do êxito;
(5) perseguição.

b. O combate de encontro pode acontecer ao longo dos rios e estradas; no interior da floresta, há maior possibilidade de ocorrência nas trilhas, nos varadouros e nas proximidades do objetivo.

ARTIGO II

A MARCHA PARA O COMBATE

3-4. GENERALIDADES

a. A marcha para o combate pode ser realizada ao longo de um eixo fluvial, rodoviário ou através da floresta.

b. Na marcha para o combate por estrada adotam-se procedimentos semelhantes aos tomados no terreno dito convencional.

3-5. MARCHA PARA O COMBATE ATRAVÉS DA FLORESTA

a. Ao marchar através da floresta, o batalhão procura aproveitar ao máximo a ocultação propiciada pela vegetação. Em princípio, não há força amiga intercalada entre o batalhão e o inimigo, pois, neste caso, pode não se justificar o deslocamento pelo interior da floresta e ser mais aconselhável utilizar os eixos.

b. Ressalte-se, porém, que, ao mesmo tempo em que a floresta oferece proteção, permite também ao inimigo dela se valer para atuar de surpresa sobre nossas forças.

c. Quando se optar pela marcha através da floresta, deve-se fazê-lo apenas durante o dia, pois os deslocamentos à noite, mesmo quando se dispõe de equipamento de visão noturna, são pouco compensadores, desgastantes e podem submeter a tropa a emboscadas.

d. Dispositivos

(1) As particularidades da área de atuação do batalhão (selva primária ou secundária, maior ou menor irregularidade do terreno, existência de obstáculos como rios e igarapés não-vadeáveis etc.) e a quantidade de informações sobre o inimigo condicionam os dispositivos adotados pela unidade.

(2) Quando o batalhão adotar um dispositivo em profundidade, a unidade pode deslocar-se em coluna por um (caso de trechos de floresta impermeável ou em deslocamentos por trilhas) ou por companhias sucessivas. As subunidades, normalmente, adotam a formação que lhes for mais conveniente.

(3) Durante todo o deslocamento, são lançadas frações como vanguarda, flanco-guarda e retaguarda.

(4) Ao se atravessar um ponto crítico áreas desmatadas ou clareiras, é necessário destacar patrulhas para reconhecê-lo e proporcionar segurança ao batalhão. Estes elementos se reúnem à coluna de marcha tão logo todos tenham ultrapassado aquele ponto.

e. Formações táticas

(1) Adota-se a formação em marcha de aproximação quando houver poucas informações sobre o inimigo e este for capaz de utilizar a floresta para atuar sobre o batalhão.

(2) Havendo informações atualizadas sobre o inimigo e/ou este for pouco capaz de operar no interior da floresta, pode o batalhão adotar a coluna tática ou até mesmo a coluna de marcha.

(3) Em marcha de aproximação, o batalhão utiliza a formação por companhias sucessivas, destacando uma companhia de fuzileiros de selva como escalão de combate.

(4) Quando o batalhão marchar por companhias sucessivas, a companhia destacada como escalão de combate marcha em torno de cinco a dez minutos à frente da unidade.

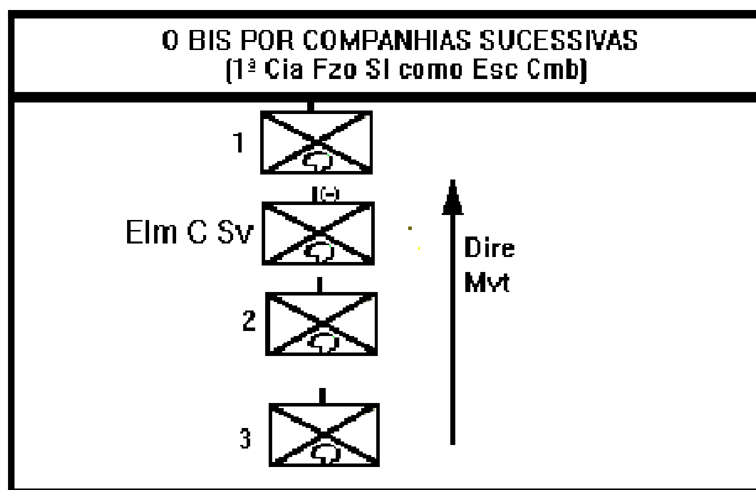


Fig 3-1. Formação adotada pelo BIS em marcha para o combate através da floresta

f. Principais medidas de coordenação e controle

(1) Direção de progressão: as equipes de navegação marcham, normalmente, numa direção geral balizada pelo azimute de progressão estabelecido.

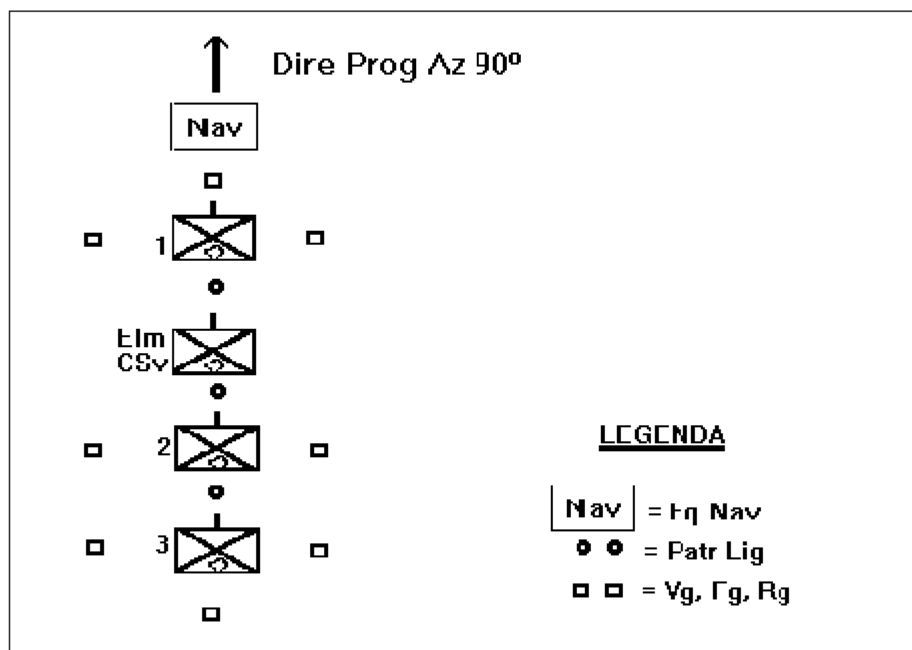


Fig 3-2. O BIS em marcha para o combate através da floresta.

(2) Itinerário de marcha: baseado numa direção de deslocamento pelo interior da floresta com utilização de trilhas e varadouros.

(3) Hora: a previsão para início e fim provável do movimento, bem como para os altos de pernoite.

(4) Local de partida: a região onde se inicia o movimento. Conforme for a situação, pode haver mais de um, particularmente quando as companhias estiverem em locais distintos.



Fig 3-3. O BIS deslocando-se a partir de dois locais distintos.

(5) Objetivos de marcha:

- Acidentes do terreno, no interior da floresta - clareiras, confluência de igarapés etc. - para os quais o batalhão se dirige.

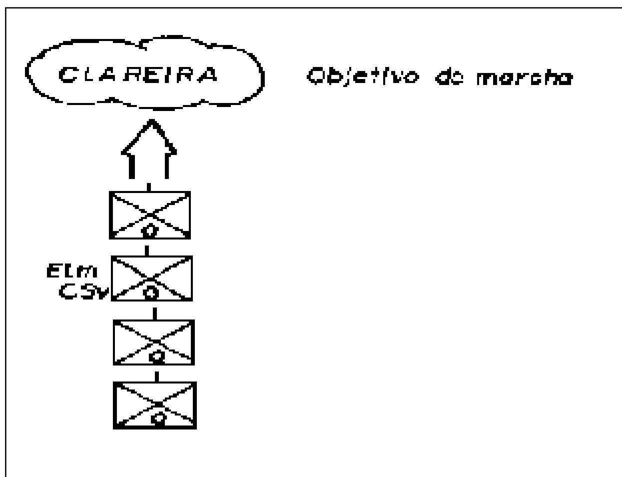


Fig 3-4. O objetivo de marcha: uma clareira

- Ao atingir cada objetivo de marcha, o comandante do batalhão informa o escalão superior, utilizando com parcimônia o meio rádio e empregando o processo de mensagens preestabelecidas. Isto é muito importante, principalmente quando o inimigo possuir superioridade tecnológica e for capaz de detectar as comunicações rádio e a presença de nossas forças. Após informar o escalão superior que atingiu um objetivo de marcha, o comandante do batalhão aguarda ordem para prosseguir no movimento.

- quando for atingido um objetivo de marcha estabelecido, todos tomam conhecimento disso por meio do rádio ou das patrulhas de ligação.

(6) Pontos e linhas de controle:

- normalmente, o comandante de batalhão estabelece os pontos e as linhas de controle nos acidentes do terreno perfeitamente identificáveis, na direção de marcha;

- a conduta ao se atingir cada ponto ou linha de controle é informar o escalão superior e progredir.

(7) Patrulhas de ligação: são pequenos efetivos lançados entre as companhias para se manter o contato entre estas e realizar as ligações necessárias.

(8) Emprego dos meios de comunicações:

- são intensamente empregados os mensageiros e o rádio;

- as prescrições relativas à segurança das comunicações devem ser rigorosamente obedecidas.

3-6. MARCHA PARA O COMBATE FLUVIAL

a. Considerações básicas

(1) A exemplo da marcha para o combate terrestre, a marcha para o combate fluvial é um movimento tático executado para estabelecer o contato com o inimigo, ou restabelecê-lo quando perdido, assegurando ao batalhão as melhores condições para combater.

(2) Para realizar a marcha para o combate fluvial, o batalhão recebe do escalão superior o apoio em embarcações táticas e logísticas. Estas podem também ser fornecidas pela Força Naval e/ou contratadas ou requisitadas no meio civil.

(3) A marcha para o combate fluvial pode ser coberta ou descoberta.

(4) As técnicas de progressão fluvial se assemelham às utilizadas no movimento terrestre, devendo-se considerar as características de cada rio, as possibilidades de contato com o inimigo, os tipos de embarcações empregadas e a situação aérea.

b. Formações táticas

(1) Assemelham-se às adotadas na marcha para o combate terrestre.

(2) O BIS estima uma região onde o inimigo possa atuar a partir das margens e/ou com forças embarcadas, para definir a linha de pior hipótese e a linha de provável encontro com o inimigo, onde se adotam, respectivamente, as formações em coluna tática e marcha de aproximação.

(3) O batalhão se escalona em escalão de combate - a companhia vanguarda, a qual, por sua vez, lança o escalão de reconhecimento - e reserva - o comando do batalhão e demais companhias.

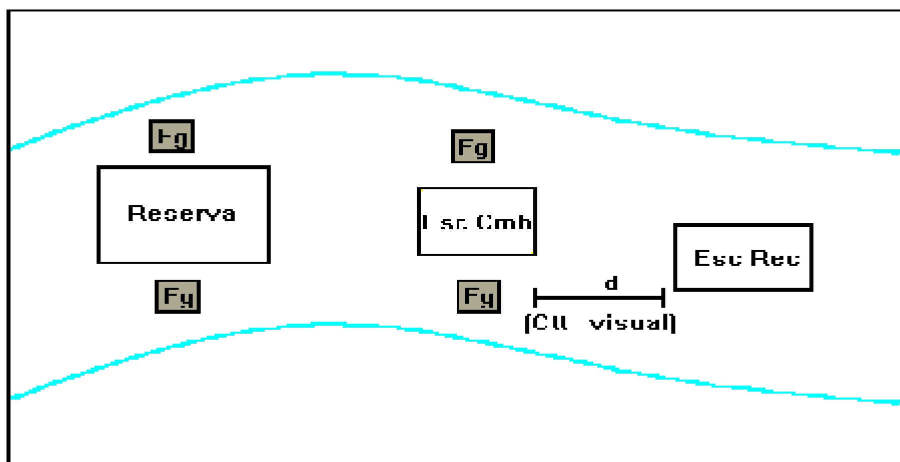


Fig 3-5. Escalonamento do BIS na marcha para o combate fluvial

c. Medidas de segurança

(1) Cada fração de tropa estabelece medidas de segurança para proteger o batalhão contra ações do inimigo.

(2) O sigilo, o emprego de elementos de reconhecimento e a segurança à frente, nos flancos e retaguarda, propiciam segurança ao batalhão.

(3) O escalão superior proporciona segurança ao batalhão por intermédio do emprego de forças de cobertura ou fornecendo meios fluviais e/ou aéreos sob controle operacional.

(4) A reserva deve evitar deslocar-se no mesmo trecho do rio em que se encontrar o escalão de combate, preservando a sua liberdade de ação.

(5) A segurança aeromóvel é a mais adequada para o batalhão na marcha para o combate fluvial, pois lhe preserva a liberdade de manobra.

d. Medidas de coordenação e controle

O batalhão pode prescrever aos seus elementos subordinados as seguintes medidas de coordenação e controle:

(1) eixo de progressão;
(2) itinerário de marcha;
(3) objetivos de marcha;
(4) hora;
(5) local de partida;
(6) região de destino;
(7) pontos e linhas de controle;
(8) zonas de reunião.

ARTIGO III

RECONHECIMENTO EM FORÇA

3-7. O BIS NO RECONHECIMENTO EM FORÇA

a. Em região de selva, o batalhão pode realizar um reconhecimento em força para obter informações sobre o inimigo, quando estas não puderem ser obtidas de outra forma. Neste caso, o normal é determinar a uma companhia de fuzileiros de selva que realize uma incursão contra uma posição inimiga, a fim de obrigar o inimigo a reagir e assim expor sua natureza, dispositivo, valor e outros dados de interesse.

b. Dificilmente o batalhão vai centralizar os seus meios para realizar um ataque com objetivo limitado, pois a centralização dos meios só compensa quando se dispõe de informações suficientes sobre o inimigo e se justifique a realização de um ataque coordenado.

c. Quando for realizado o reconhecimento em força, o batalhão assegura à fração que realiza a incursão as condições necessárias para o seu desengajamento.

ARTIGO IV

ATAQUE COORDENADO

3-8. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Na selva, o batalhão pode realizar ataques contra resistências descontínuas, contra forças inimigas de pequeno vulto e contra pontos-fortes de valor companhia.

b. Qualquer que seja o ataque desencadeado pelo batalhão, o sucesso deste depende, em muito, da manutenção do sigilo e da surpresa.

c. Na floresta, os objetivos de ataque são, em princípio, as tropas inimigas.

d. Fora da floresta, os objetivos são, em princípio, as bases e as instalações inimigas, bem como as posições no terreno taticamente importantes e que estejam sob a posse do inimigo. Neste caso, a situação ideal para o ataque é aproximar-se pela selva, valendo-se da ocultação que ela propicia, para então atacar os objetivos, em princípio mediante manobras de infiltração, de desbordamento ou de envolvimento

e. As ações noturnas, geralmente, são executadas por pequenas frações, apesar de não serem normais devido às dificuldades de controle e ao desgaste excessivo da tropa decorrente do deslocamento através da mata.

3-9. PLANEJAMENTO DO ATAQUE

a. Quando for o caso de um ataque coordenado de batalhão, o seu comandante recebe a missão, normalmente, na base de combate da brigada.

b. A brigada atribui ao batalhão, de forma clara e precisa, a missão de destruir as forças inimigas, bem como conquistar acidentes do terreno e instalações diversas.

c. Do estudo de situação e planejamento da utilização do tempo disponível, resulta o plano de ataque do BIS: um esquema de manobra e um plano de apoio de fogo.

d. O plano de ataque do batalhão deve ser bastante detalhado e a manobra o mais simples possível.

e. O comandante do batalhão considera os fatores da decisão para concluir se é compensador ou não deslocar-se pelo interior da floresta.

f. Para obter informações mais precisas sobre o inimigo e o terreno, o comandante do batalhão utiliza todos os meios disponíveis para a realização de reconhecimentos. As informações por satélites e/ou fotografias aéreas devem ser minuciosamente consideradas, particularmente no que se refere aos movimentos e à logística do inimigo.

g. Após a decisão do comandante do batalhão, segue-se a fase de preparação e de expedição de ordens. Nesta oportunidade, é importante considerar que deve ser concedido aos elementos subordinados um tempo suficiente para a realização de seus estudos de situação, reconhecimentos, planos e a conseqüente emissão de ordens. Ordens subsequentes ou mudanças no planejamento inicial são emitidas sob forma de ordens fragmentárias. A liderança pessoal e a fiscalização são exercidas por todos os comandantes, desde que se inicia o planejamento até a conclusão do ataque.

3-10. DISPOSITIVO E SEGURANÇA

a. O dispositivo do ataque deve ser organizado em profundidade e se assemelha ao do ataque noturno.

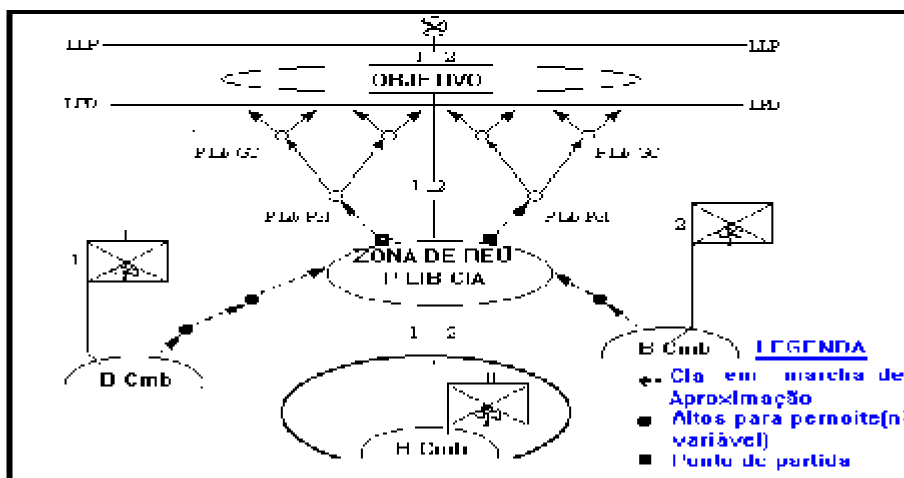


Fig 3-6. O BIS no ataque coordenado, quando utiliza a floresta como via de acesso ao objetivo

b. Durante o deslocamento para o objetivo, adotam-se as medidas de segurança necessárias.

c. As distâncias entre a zona de reunião e os pontos de liberação, bem como entre estes e a linha de provável desenvolvimento variam de acordo com o dispositivo das forças inimigas e as características particulares do terreno.

3-11. MOVIMENTO PARA O ATAQUE

a. O batalhão inicia o seu movimento a partir da base de combate. Desloca-se na direção do objetivo e ocupa a zona de reunião.

b. As zonas de reunião são estabelecidas preferencialmente dentro da floresta.

c. O batalhão, para chegar ao seu objetivo, desloca-se pelos eixos terrestres e fluviais ou utiliza a floresta como via de acesso. Pode ainda realizar deslocamentos aéreos se receber aeronaves da Aviação do Exército sob controle operacional.

3-12. EXECUÇÃO DO ATAQUE

a. Embora as companhias ataquem sob o controle do batalhão, vale ressaltar que, na selva, isso acontece diferentemente da guerra em terreno dito convencional. Apesar de o planejamento ser bastante minucioso e centralizado, a execução é relativamente descentralizada.

b. Em regiões muito desmatadas ou mais urbanizadas, a orla da floresta, que constitui a linha de provável desenvolvimento, pode ficar longe do objetivo propriamente dito. Neste caso, a tropa precisa progredir sob as vistas e os fogos inimigos empregando o fogo e o movimento, à semelhança do que ocorre na guerra em terreno dito convencional.

c. A hora do ataque é o momento da transposição da linha de provável desenvolvimento, diferentemente do que ocorre no terreno dito convencional.

d. O comandante do batalhão vale-se principalmente do rádio para coordenar e controlar a execução do ataque.

e. As medidas e ajustes pertinentes a uma posição de ataque devem ser executadas nos pontos de liberação e na linha de provável desenvolvimento.

f. O apoio de fogo, apesar de todas as dificuldades para sua execução, deve ser explorado ao máximo. Por isso, nos reconhecimentos, as patrulhas devem identificar os alvos e localizá-los nas cartas, facilitando a ajustagem e a realização dos fogos. É importante o levantamento das possíveis vias para contra-ataques e retraimentos que possam ser usadas pelo inimigo.

g. Fumígenos devem ser utilizados para se dificultar a observação inimiga e reduzir a sua capacidade de reagir.

3-13. CONDUTA DO ATAQUE

a. Da zona de reunião à linha de provável desenvolvimento

(1) O comandante do batalhão planeja o deslocamento do escalão de ataque para que o assalto ao objetivo seja feito, simultaneamente, pelas companhias de primeiro escalão.

(2) Uma progressão cautelosa é essencial para o sigilo.

(3) Durante a progressão, os vários comandantes procuram assegurar um estreito controle sobre o deslocamento.

(4) Ao atingirem os seus respectivos pontos de liberação, as companhias, pelotões e os grupos de combate, tomam novas direções, mais ou menos paralelas, facilitando o prosseguimento no movimento.

(5) A ação das patrulhas ou postos de vigilância e/ou escuta do inimigo pode forçar o desenvolvimento do todo ou parte do escalão de ataque, antes da hora prevista. Quando isto ocorrer, o restante do escalão de ataque continua o deslocamento conforme o planejado.

(6) Ultrapassados os sucessivos pontos de liberação, as frações de assalto desenvolvem-se para formar a linha de assalto, ficando em condições de assaltar conforme o previamente convencionado.

b. Assalto

(1) O desenvolvimento pode ser forçado pela ação do inimigo ou executado quando da chegada à linha de provável desenvolvimento. São tomadas todas as medidas para evitar um assalto prematuro.

(2) Após o desenvolvimento, a progressão é retomada ao passo, até que seja encontrada resistência inimiga, quando o assalto será iniciado.

(3) Todas as tropas assaltantes atacam com a maior violência possível; todo esforço deve ser feito para manter a formação em linha.

(4) Todo cuidado deve ser tomado face a franco-atiradores, às minas e às armadilhas improvisadas, verificando-se ainda se o inimigo construiu túneis para manobrar sobre a retaguarda do escalão de ataque.

(5) Enquanto realiza o assalto, o batalhão concentra seus fogos sobre as posições inimigas identificadas.

c. Reserva

A companhia de fuzileiros de selva reserva segue imediatamente à retaguarda do escalão de ataque, pronta para intervir no combate, de preferência à esteira da companhia do ataque principal.

d. Consolidação

Tão logo o objetivo seja conquistado, realiza-se a consolidação, com a adoção de um dispositivo defensivo circular.

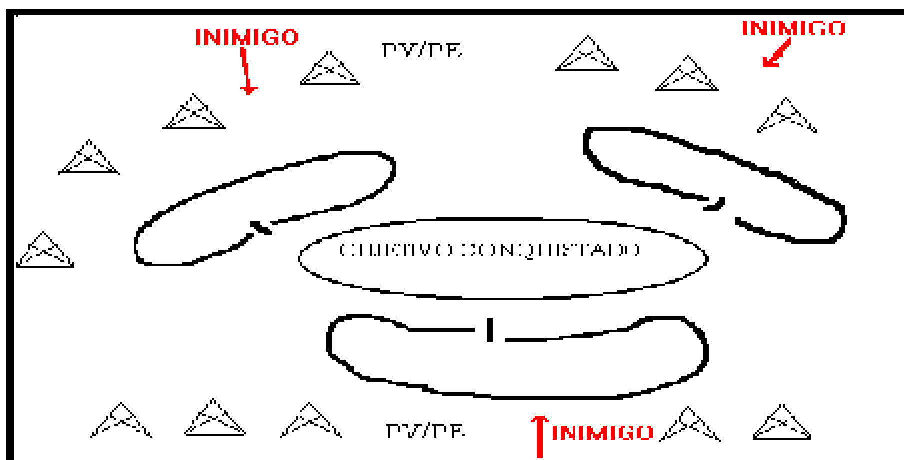


Fig 3-7. A consolidação realizada pelo BIS

e. Reorganização

(1) A reorganização trata de medidas logísticas que visam à redistribuição do pessoal, à evacuação e ao suprimento, bem como ao restabelecimento das comunicações; os comandantes de companhia informam a situação e aguardam ordens para manter o objetivo e/ou prosseguir na missão.

(2) A máxima utilização do apoio de fogo é feita durante este período crítico.

(3) Quando for o caso de o batalhão prosseguir para outro objetivo, os trens e os elementos de apoio logístico são deslocados para a frente; não havendo previsão de missão futura, no entanto, os meios logísticos podem permanecer na base de combate anterior, desde que não se comprometa o respectivo apoio.

3-14. O APOIO DE FOGO NO ATAQUE

a. O apoio de fogo orgânico do batalhão de infantaria de selva restringe-se aos fogos dos pelotões de apoio das companhias de fuzileiros de selva.

b. O batalhão pode contar, também, com o apoio de fogo propiciado pelo escalão superior. Sempre que possível, recebe em reforço uma bateria de artilharia de campanha de selva. Cabe ao comandante de batalhão planejar e controlar o emprego desta bateria.

ARTIGO V

ATAQUE À LOCALIDADE TÍPICA DE SELVA

3-15. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Normalmente, as cidades e vilas amazônicas situam-se ao longo dos rios e estradas. São de pequenas dimensões, construídas sem maiores planejamentos, com um casario de alvenaria concentrado no seu centro e muitas casas de madeira na periferia.

b. Algumas delas têm ao seu redor extensas áreas desmatadas, com fazendas e sítios. Outras, porém, têm sua periferia encostada na floresta.

c. A infra-estrutura dessas cidades costuma ser deficiente. Na maior parte delas, há quase completa dependência do rio para o provimento de sua subsistência. Os meios aéreos, por sua vez, costumam complementar a utilização dos meios fluviais, particularmente para evacuações médicas, o que explica a existência de pistas de pouso em quase todas as localidades amazônicas.

d. Algumas cidades e vilas são servidas por estradas, notadamente nas áreas da Amazônia mais próximas dos centros desenvolvidos do país. Tais rodovias, no entanto, seja por peculiaridades do solo, seja pelas dificuldades de manutenção, são sensivelmente afetadas na estação das chuvas. A trafegabilidade torna-se precária e há perda considerável da capacidade de transporte.

e. Qualquer localidade amazônica pode constituir-se em acidente capital, desde que facilite o controle da circulação e seja do interesse da manobra. Cada uma delas tem a sua área de influência, onde gravitam as vilas e pequenas comunidades ribeirinhas ou de lavradores de beira de estrada. Assim, as localidades constituem os objetivos táticos e estratégicos mais importantes da guerra na selva.

f. As formas mais comuns de abordagem e ataque de uma localidade amazônica são as seguintes:

(1) por um assalto ribeirinho;

(2) por um assalto aeromóvel, com desembarque próximo à localidade e deslocamento para ela preferencialmente através da selva;

(3) por um assalto com tropas aerotransportadas, desde que conquistado o aeroporto (aeródromo ou campo de pouso) previamente;

(4) por um desembarque ribeirinho nas proximidades da localidade e um desbordamento preferencial pelo interior da floresta;

(5) por um ataque coordenado através das regiões desmatadas circunjacentes.

3-16. FASES DO ATAQUE

a. O ataque a uma localidade típica da Amazônia pode se realizar em duas ou três fases, conforme as características da cidade ou vila. Ao se tratar de localidade de maior porte, onde haja alguns prédios e sua periferia esteja razoavelmente distante da orla da floresta, é normal o ataque se desenvolver em três fases: o isolamento da localidade, a conquista de uma área de apoio na periferia e a progressão no interior da localidade.

b. Sendo a localidade de pequena proporção, com poucos ou nenhum prédio de porte, e estando a periferia próxima da mata, o normal é o ataque se processar em duas fases: o isolamento da localidade e a progressão por seu interior.

c. A primeira fase destina-se a isolar a localidade, bloqueando as vias de acesso e conquistando campos de pouso situados na periferia. Geralmente, são feitos bloqueios fluviais e terrestres, bem como lançadas patrulhas de emboscadas na área de floresta ao redor da localidade.

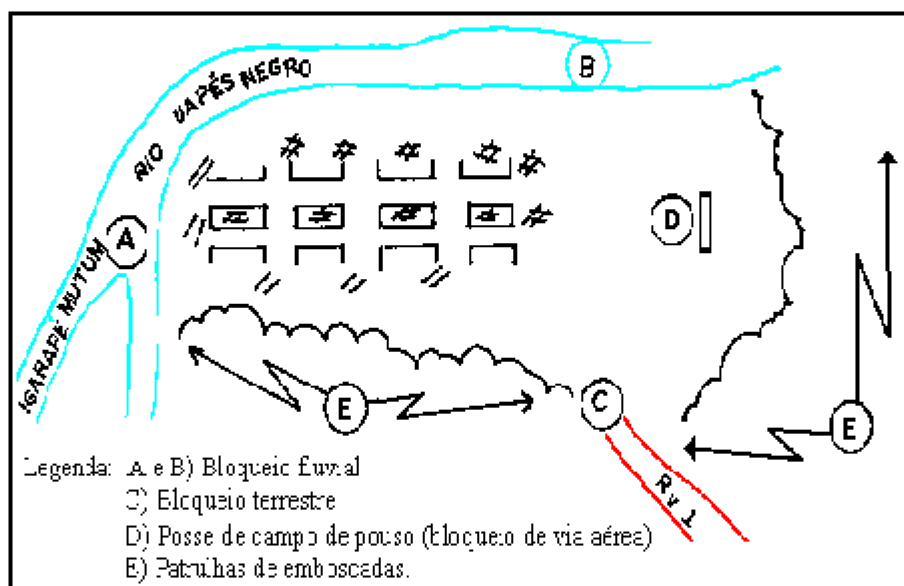


Fig 3-8 O isolamento de uma localidade.

d. A 2ª fase, quando houver, consiste na conquista de uma área de apoio na periferia da localidade. Algumas edificações são conquistadas na orla anterior da localidade, de modo a eliminar ou reduzir a observação terrestre e os tiros diretos do defensor, particularmente quando em torno dela for grande a região desmatada.

e. A 3ª fase é o investimento propriamente dito sobre a localidade, ou seja, a progressão e o combate sistemático, casa por casa, quarteirão por quarteirão, através da área edificada.

3-17. EXECUÇÃO DO ATAQUE

a. No ataque a uma localidade típica da Amazônia, o batalhão de infantaria de selva pode constituir:

(1) a força encarregada do isolamento, com todos os seus meios ou com parte destes;

(2) a força encarregada de investir sobre a localidade, com todos os seus meios ou com parte destes;

(3) simultaneamente, as forças de isolamento e de investimento sobre a localidade.

b. Ao constituir simultaneamente as forças de isolamento e de investimento sobre a localidade, o batalhão pode receber o reforço de pelo menos uma companhia de fuzileiros de selva, a qual é empregada, em princípio, para isolar a área edificada.

c. Para aproximar os seus meios, o batalhão pode receber o apoio do escalão superior em viaturas, embarcações táticas e logísticas e helicópteros.

d. Quando for necessário conquistar um aeródromo (campo de pouso), o batalhão pode realizar um assalto aeroterrestre, desde que conte com o apoio da Força Aérea em aeronaves. Se a conquista se der por um assalto aeromóvel, a unidade conta com frações de helicópteros da Aviação do Exército sob controle operacional.

e. Quando a aproximação do escalão de ataque se fizer por via fluvial, o batalhão pode realizar o assalto ribeirinho ou o desembarque ribeirinho, com a abordagem final preferencialmente pela floresta.

f. Na progressão pelo interior da localidade, devido à inexistência de arruamento planejado e à imprecisão dos quarteirões, maior atenção deve ser dada às medidas de coordenação e controle.

ARTIGO VI

ATAQUE NOTURNO

3-18. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Quando a aproximação do escalão de ataque se fizer pela floresta, é pouco recomendável fazê-lo à noite, por ser desgastante e pouco compensador, ainda que a tropa venha a utilizar equipamentos de visão noturna.

b. Se o batalhão, havendo utilizado a floresta para se aproximar do objetivo, conseguir, ao anoitecer, posicionar-se bem próximo deste, pode ser viável o ataque noturno. O mesmo se aplica ao caso em que entre o objetivo e a orla da selva houver região desmatada onde o escalão de ataque possa ser detido ou sofrer elevadas baixas quando submetido à observação terrestre e aos fogos diretos do inimigo. Neste caso, adota-se o prescrito para o ataque noturno em terreno dito convencional.

c. Devem ser empregados todos os meios disponíveis com a finalidade de se iluminar o objetivo por ocasião do assalto.

ARTIGO VII

APROVEITAMENTO DO ÊXITO

3-19. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Nas operações defensivas em região de selva, o defensor executa a defesa ocupando posições de onde controla e/ou bloqueia as vias de circulação, não havendo a distribuição compacta dos meios à semelhança do que ocorre nas operações realizadas em terreno dito convencional.

b. Assim, ao cair uma posição inimiga, não ocorre, necessariamente, a quebra da continuidade da defesa, oportunidade em que o atacante pode iniciar o aproveitamento do êxito.

c. Deste modo, pode-se afirmar que, em vez do aproveitamento do êxito tradicionalmente conhecido, o que ocorre, em região de selva, é uma exploração dos êxitos obtidos pelo batalhão ou por suas frações.

d. Para explorar este êxito, o batalhão pode necessitar do apoio do escalão superior em meios fluviais, aéreos e de apoio de fogo.

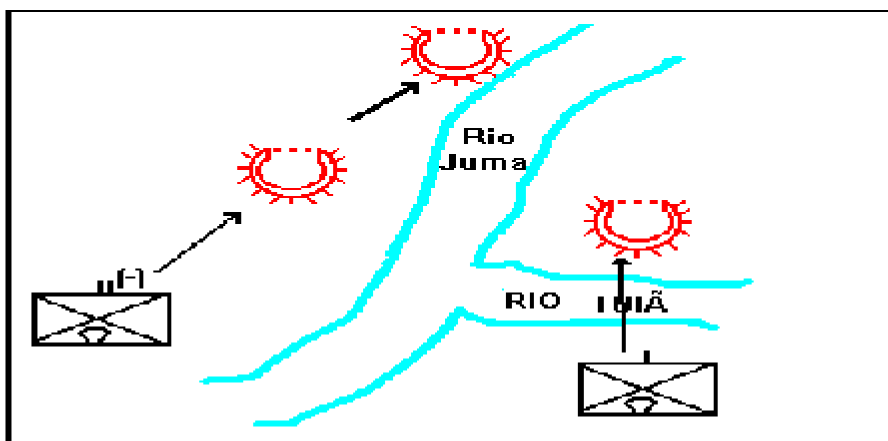


Fig 3-9 Aproveitamento do êxito do BIS.

ARTIGO VIII

PERSEGUIÇÃO

3-20. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Como uma continuação da exploração do êxito de suas ações ofensivas, o batalhão de infantaria de selva pode realizar a perseguição para destruir a força inimiga em desengajamento.

b. É necessário o batalhão de infantaria de selva apoiar uma ou mais de uma companhia de fuzileiros de selva com helicópteros e embarcações táticas, para aumentar-lhes a velocidade de deslocamento e a capacidade de realizar a perseguição.

c. Entretanto, a baixa velocidade da força de pressão direta (perseguição) empregada pelo BIS não lhe permite lançar, com muita profundidade, uma de suas companhias numa operação aeromóvel para cortar o movimento do inimigo, pelo risco de não se realizar a junção no prazo estabelecido. Assim, é difícil para o batalhão executar sozinho uma perseguição.

d. Este tipo de operação, em região de selva, é, na realidade, o arremate final do aproveitamento do êxito.

ARTIGO IX

O BIS RESERVA

3-21. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. A reserva, em princípio, é empregada de forma articulada ou fracionada, desde o início das operações devido às dificuldades de movimento em região de selva, ficando o mais à frente possível, próximo ao escalão de ataque para facilitar o seu emprego.

b. Os comandantes das frações reservas são responsáveis pela ocupação das zonas prescritas às suas tropas e terão de manter-se, constantemente, a par da situação e dos planos do comandante da brigada.

c. O comandante da brigada mantém o batalhão reserva informado quanto às prováveis missões futuras, permitindo-lhe planejar o emprego da tropa para as diversas hipóteses de emprego.

d. É normal que o batalhão reserva receba meios aéreos e fluviais, sob controle operacional, na iminência do seu emprego.

3-22. MISSÃO

Cabe ao batalhão reserva uma das seguintes missões:

- substituir ou reforçar uma unidade exausta ou esgotada, mas não detida;
- explorar o êxito de uma unidade avançada;
- repelir contra-ataque inimigo;
- proteger os flancos e a retaguarda do escalão de ataque;
- limpar uma posição conquistada ou ultrapassada.

CAPÍTULO 4

OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I

CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTOS DA DEFESA EM SELVA

4-1. MISSÃO E FINALIDADE

a. As missões do batalhão de infantaria de selva na defensiva são:

(1) deter o inimigo à frente da posição defensiva, normalmente organizada em ponto-forte, e repelir o seu assalto pelo combate aproximado;

(2) destruir ou expulsar o inimigo da posição defensiva, pelo contra-ataque;

(3) destruir o inimigo canalizado para uma região que lhe seja desfavorável;

(4) manter acidentes capitais mesmo que dispersos, em sua área de combate;

(5) bloquear trechos de vias de circulação, notadamente as aquavias.

b. As finalidades da operação defensiva são:

(1) ganhar tempo, propiciando a preparação de operações ofensivas subsequentes, em condições mais favoráveis;

(2) economizar forças, a fim de possibilitar ao escalão superior concentrar maiores meios em outra parte da frente;

(3) impedir ao inimigo o acesso e a posse de uma região vital, pela não utilização das vias de circulação;

(4) destruir ou infligir o máximo de desgaste ao inimigo, reduzindo a sua capacidade ofensiva;

(5) proteger a manobra de outra força amiga;

(6) restringir a capacidade de manobra do inimigo, impedindo-lhe e/ou dificultando-lhe o uso das vias de circulação.

4-2. CARACTERÍSTICAS

a. As características do combate defensivo, a seguir transcritas, aplicam-se àquelas regiões cobertas por floresta e recortadas por significativa malha aquática e escassa rede de estradas. Há, nestas circunstâncias, em princípio, execução de ações defensivas mais dispersas, sem a estruturação de uma defesa organizada compactadamente conforme a doutrina preconizada para o terreno dito convencional.

b. Algumas das características do combate defensivo em selva:

(1) observação e campos de tiro limitados;

(2) a defesa é, normalmente, estruturada em pontos-fortes de valor mínimo SU e núcleos de valor pelotão (ocasionalmente, em caráter excepcional, de grupo de combate); tais pontos-fortes são, via de regra, irregularmente espaçados entre si em largura e profundidade;

(3) apoio mútuo deficiente entre os núcleos de defesa de um mesmo ponto-forte;

(4) inexistência de apoio mútuo entre os pontos-fortes estabelecidos pelas companhias;

(5) a densa vegetação dificulta a detecção da abordagem do atacante, quando este utiliza a floresta como via de acesso;

(6) a floresta restringe a velocidade dos movimentos, dificultando a reação da reserva, o que exige, com freqüência, o emprego de meios aéreos e fluviais para o seu deslocamento em razão disso, necessita-se de uma reserva altamente móvel;

(7) as operações defensivas são executadas ao longo das vias de circulação fluviais e terrestres, sendo por estas condicionadas;

(8) no interior da floresta, o combate defensivo justifica-se, em princípio, apenas para a manutenção de clareiras, cuja localização lhes confere importância para a infiltração aeromóvel da tropa e para o apoio logístico;

(9) quando a intenção defensiva for a manutenção de vários pontos críticos, normalmente afastados entre si, verifica-se a predominância das ações descentralizadas das pequenas frações;

(10) dificuldade para se manter a regularidade do apoio logístico.

4-3. FUNDAMENTOS

a. Destacam-se, entre os fundamentos defensivos, o da defesa em todas as direções, o do máximo emprego de ações ofensivas e o da segurança.

b. Peculiaridades sobre os fundamentos de defesa aplicados à região de selva

(1) Apropriada utilização do terreno

(a) Ao empregar as suas companhias de fuzileiros de selva, o comandante do batalhão mantém os acidentes do terreno essenciais à circulação, impedindo e/ou restringindo os movimentos do inimigo.

(b) O comandante do batalhão escolhe o local mais adequado para posicionar a reserva, de modo a agilizar-lhe o emprego.

(c) Os acidentes capitais defendidos ou a defender devem ser do conhecimento pormenorizado dos comandantes, em todos os níveis, no âmbito da unidade.

(d) Nos trabalhos de organização de terreno, é preciso manter a vegetação existente, modificando-a apenas no que for essencial para o cumprimento da missão.

(2) Segurança

(a) A preocupação prioritária do batalhão deve ser com os possíveis movimentos desbordantes do inimigo, sejam estes executados pelo interior da floresta, pelas vias fluviais e terrestres, ou mesmo por movimento aéreo.

(b) O lançamento das forças de segurança à frente da região defendida e o uso de patrulhas de emboscada e obstáculos na floresta e nos prováveis locais de aterragem de aeronaves são medidas essenciais para a garantia da segurança.

(c) O contato com o inimigo deve ser buscado o quanto antes através de patrulhas de reconhecimento, pois o conhecimento da direção de ataque do inimigo é de capital importância na defesa em selva.

(3) Apoio mútuo

(a) Não é possível, normalmente, obter o apoio mútuo entre os pontos-fortes, uma vez que estes costumam situar-se muito afastados entre si. Porém, no interior do ponto-forte, as forças são localizadas de modo a se obter a dispersão e o apoio mútuo desejados em combate.

(b) Na defesa circular, observar ainda a necessidade de controlar os intervalos e as brechas entre as peças de manobra.

(4) Defesa em todas as direções

(a) Este fundamento está bem caracterizado pela adoção da defesa circular, amplamente utilizada na região de selva.

(b) Além das vias de acesso clássicas de possível uso pelo inimigo, considerar ainda que o inimigo pode abordar a posição defendida utilizando-se da floresta ou de deslocamentos aéreos.

(5) Defesa em profundidade

No interior dos pontos-fortes, a profundidade é propiciada pela organização do terreno na área de defesa, pelo preparo de posições de aprofundamento, pelo escalonamento de obstáculos e pela localização adequada da reserva.

(6) Máximo emprego de ações ofensivas

(a) Este fundamento se caracteriza pela atuação de frações da unidade sobre a força inimiga enquanto esta ainda estiver manobrando, para impedir ou desorganizar-lhe o ataque.

(b) O defensor lança patrulhas de emboscada pelo interior da floresta próximo à região defendida, determinando-lhes a atuação de surpresa sobre o atacante. Podem ainda ser utilizadas as vias fluviais e as vias aéreas para deslocar as forças que antecipar-se-ão às ações do inimigo.

(7) Flexibilidade

(a) O emprego da reserva e dos meios de apoio de fogo caracteriza este fundamento defensivo.

(b) Como as posições defensivas estão, normalmente, muito afastadas e irregularmente espaçadas entre si, o comandante do batalhão localiza a reserva de modo a permitir-lhe o emprego rápido e oportuno. Se dispuser de meios aéreos, deve empregá-los para deslocar a reserva, cobrindo grandes distâncias no menor espaço de tempo possível. Quando, por outro lado, não contar com meios aéreos, deve aproximar a reserva às frações de primeiro escalão, podendo articulá-la ou fracioná-la quando as frentes defendidas forem amplas.

(c) Para o emprego dos meios de apoio de fogo, o comandante do batalhão faz uso dos que lhe são orgânicos e dos que lhe são proporcionados pelo escalão superior. É normal o emprego das baterias de obuses em reforço ao BIS em região de selva, devido à descentralização das unidades, à demanda de pedidos de fogo e à impossibilidade técnica da Artilharia de cumprir a sua missão com os meios centralizados.

(8) Dispersão

(a) Por executar a defesa em largas frentes e em grandes profundidades, o batalhão dispersa as suas frações por toda a área de combate, garantindo a manutenção dos acidentes capitais essenciais à circulação.

(b) Quando o batalhão centralizar os seus meios em um ponto-forte, a dispersão deve ser compatível com o adequado desdobramento da tropa no terreno, com a necessidade do apoio mútuo e com o posicionamento da reserva.

(9) Utilização do tempo disponível

(a) Devido às características do combate na selva ritmo lento, longos perío-dos para esclarecimento da situação e rápidos e violentos combates, geralmente se dispõe de tempo para o preparo das posições antes do ataque inimigo.

(b) O máximo de tempo deve ser concedido aos elementos subordinados para os reconhecimento e o preparo da posição.

(c) Deve-se estabelecer, o mais cedo possível, um patrulhamento para obtenção de informes, principalmente sobre o inimigo.

(10) Integração e coordenação de planos e medidas defensivas

(a) Como são incipientes os meios de apoio de fogo do BIS, é imprescindível a integração com o plano de fogos do escalão superior, particularmente quando o batalhão centralizar os seus meios para defender uma posição organizada em ponto-forte. Em algumas circunstâncias, observa-se o emprego descentralizado da Artilharia para apoiar os batalhões.

(b) O apoio da engenharia de combate, reforçada com equipamentos de construção, é essencial para o preparo das posições.

(c) Como os rios constituem a principal via de circulação na Amazônia, deve-se elaborar o plano de defesa contra embarcação para neutralizar a mobilidade e as bases de fogo e logísticas embarcadas do inimigo.

(d) Quanto ao Plano de Barreiras, a localização dos obstáculos deve atender, prioritariamente, à necessidade de se impedir e/ou dificultar o movimento do inimigo pelas vias de circulação e regiões adjacentes.

ARTIGO II

DEFESA DE ÁREA

4-4. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. A execução da defesa de área, em região de selva, objetiva o controle da circulação. Para isso se faz necessária a manutenção da região capital de defesa ou de pontos críticos.

b. Quando o batalhão receber a missão de manter uma determinada região, nesta reúne a maioria de seus meios, constituindo a área de defesa avançada. O batalhão lança postos avançados e outros elementos na área de segurança, principalmente ao longo dos rios e estradas, para obter o alerta oportuno da aproximação do inimigo e, também, negar-lhe a possibilidade de observação terrestre sobre a posição.

c. Quando for o caso de se defender localidades ou acidentes capitais localizados em regiões desmatadas, o BIS pode ser substituído por unidades de infantaria motorizada, liberando-o para missões diretamente associadas à floresta. Apesar disso, o batalhão deve estar em condições, permanentemente, de realizar a defesa em posição em terreno limpo ou desmatado.

4-5. ESCALONAMENTO DA DEFESA

a. Área de segurança (A Seg)

(1) Ocupada pelos pelotões de fuzileiros de selva, excepcionalmente por grupos de combate, constituindo postos de vigilância ou patrulhas.

(2) As frações retardam o avanço do inimigo, desgastam-no e dão o alerta oportuno de sua aproximação.

b. Área de Defesa Avançada (ADA)

(1) É onde se localiza a região capital de defesa do batalhão, aí estando a maioria dos meios da unidade.

(2) O normal é o batalhão adotar a defesa circular devido às peculiaridades do terreno e à possibilidade do inimigo realizar um ataque partindo de qualquer direção.

c. Área de Reserva (A Res)

É onde se localiza a reserva, geralmente no centro do dispositivo defensivo.

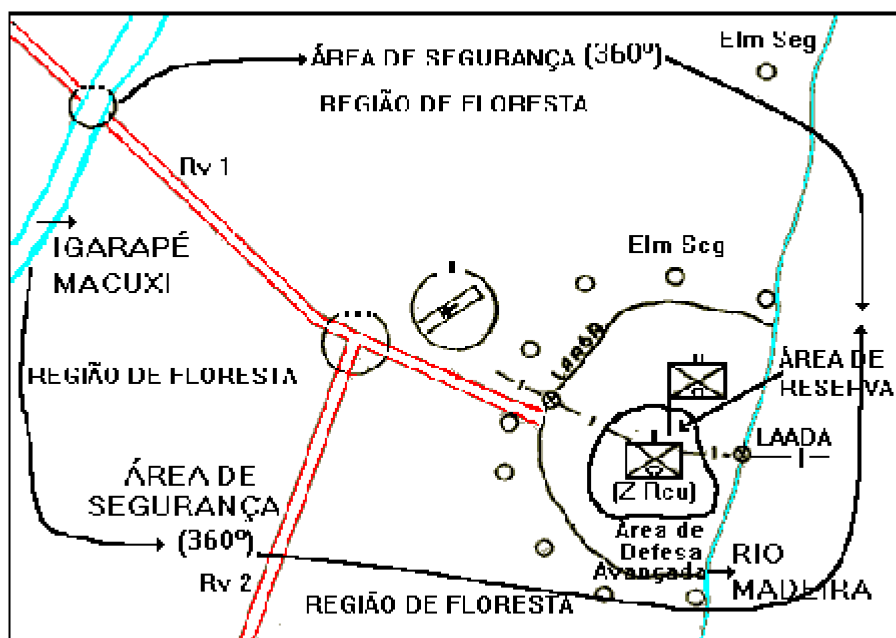


Fig 4-1 Um exemplo de defesa de área executada pelo BIS.

4-6. PLANEJAMENTO E PREPARO DA DEFESA

a. Para o planejamento e o preparo da defesa, aplicam-se criteriosamente os fundamentos defensivos considerando-se as peculiaridades do ambiente operacional amazônico.

b. Quando o batalhão centralizar os seus meios para manter uma determinada região, o planejamento, o preparo e a execução da defesa são feitos de forma centralizada.

c. Quando houver o emprego descentralizado das companhias, o planejamento é minucioso e centralizado, porém o preparo e a execução são descentralizados.

d. São realizados reconhecimentos preliminares para se obter informações, prioritariamente, sobre:

(1) eixos de suprimentos e vias de transporte;

(2) posições a serem ocupadas pelas frações que vão atuar na área de segurança;

(3) acidentes capitais essenciais à circulação, inclusive pistas de pouso e locais para aterragem de helicópteros;

(4) perímetro da área de combate estabelecido pelo escalão superior;

(5) posições a serem ocupadas pelas armas de apoio e as zonas que serão batidas por seus fogos;
(6) obstáculos;
(7) posições em que serão instaladas as bases de combate ou pontos-fortes.

e. Após tomar as medidas de segurança para o preparo da posição, o comandante do batalhão estabelece uma prioridade de trabalhos. Um exemplo:
(1) ocupação da posição:
(a) estabelecimento de ligações preliminares do batalhão com as suas peças de manobra;
(b) instalação de armamento antiaéreo;
(c) lançamento de postos avançados;
(d) instalação dos morteiros e, se for o caso, peças de artilharia;
(e) posicionamento das metralhadoras, canhões e mísseis barrando as vias de aproximação do inimigo;
(e) ocupação preliminar do perímetro interno.
(2) estabelecimento das comunicações:
(a) instalação do PC do batalhão e das SU;
(b) complementação e manutenção das ligações.
(3) instalação dos trens da unidade na base de combate.
(4) organização do terreno no perímetro interno:
(a) preparo dos abrigos e espaldões, podendo contar ou não com o apoio da engenharia;
(b) limpeza dos campos de tiro;
(c) plano de barreiras;
(d) plano de fogos;
(e) plano de defesa contra embarcação;
(f) plano de proteção antiaérea.
(5) complementação e melhoramentos:
(a) construção de telheiros para os abrigos e espaldões;
(b) camuflagem das posições;
(c) completar a instalação dos trens;
(d) preparo de itinerários para suprimentos, comunicações e evacuações;
(e) instalação de uma zona de pouso de helicópteros, se possível;
(f) instalação de obstáculos na região de floresta ao redor da posição defensiva, particularmente armadilhas improvisadas antipessoal;
(g) melhoramento contínuo da posição.
(6) ensaios:
principalmente os de contra-ataques.

4-7. EXECUÇÃO DA DEFESA

Exemplos de como o BIS pode cumprir missões defensivas em região de selva

(1) O BIS centraliza as suas companhias de fuzileiros de selva, reunindo-as em uma área de defesa circular, organizada em ponto-forte, e destaca frações para atuar na área de segurança ao longo das vias de circulação.

(2) No caso apresentado na figura 4-2, o BIS organiza um ponto-forte, deixando um núcleo de defesa de SU preparado e não ocupado. Esta companhia recebe o encargo de empregar as suas frações na área de segurança. As frações destacadas, na área de segurança, retardam e/ou vigiam o inimigo ao longo das vias de circulação e desgastam-no o máximo possível sem engajar-se decisivamente no combate.

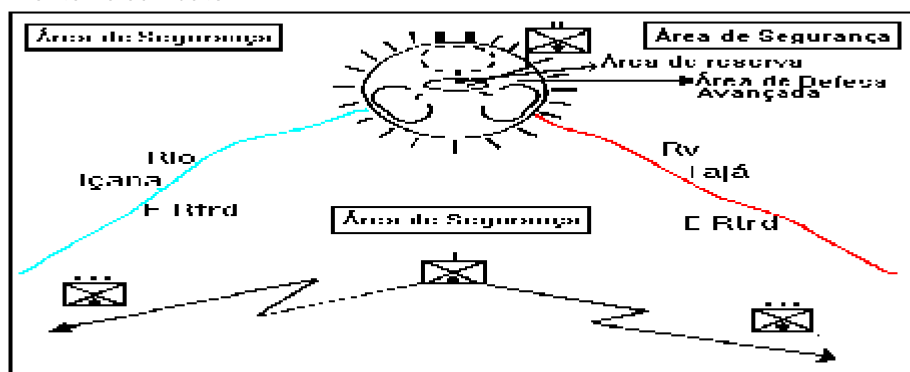


Fig 4-2. Um exemplo de execução de defesa de área pelo BIS.

(3) No caso apresentado na figura 4-3, o BIS, após ocupar uma base de combate, descentraliza as suas companhias de fuzileiros de selva, atribuindo-lhes áreas de combate e a missão de manter acidentes capitais importantes e bloquear as vias de circulação.

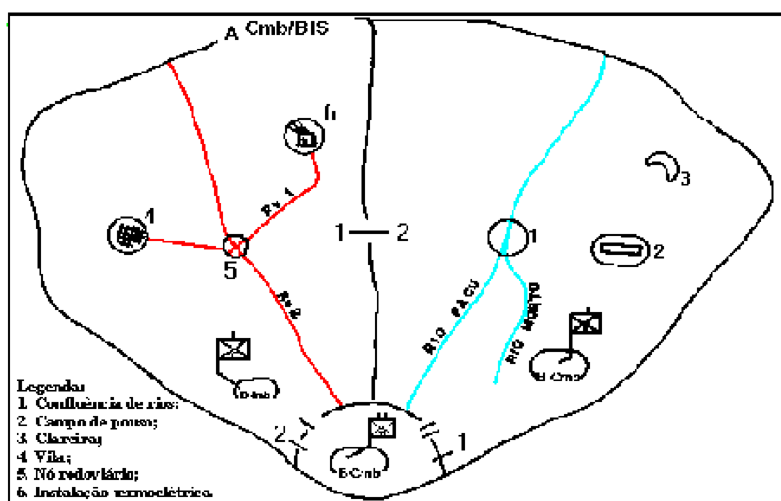


Fig 4-3. O BIS na manutenção de acidentes capitais e no bloqueio de vias de circulação.

ARTIGO III

DEFESA DE LOCALIDADE

4-8. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. As localidades constituem os mais importantes acidentes capitais na região amazônica. A sua manutenção é imprescindível para o controle da circulação, para o desenvolvimento das operações e para o apoio logístico.

b. O que vai influenciar na execução da defesa, prioritariamente, é a dimensão da área desmatada em torno da localidade. Estando a floresta bem próxima da periferia, a defesa concentra-se na área edificada e na orla da selva. Por outro lado, se extensa for a região desmatada, o combate defensivo se processa à semelhança da defesa de localidade situada em terreno dito convencional.

c. Como a circulação na Amazônia é mais restrita do que em outras regiões do país, com grande dependência de eixos fluviais e de vias aéreas, o comandante do batalhão precisa assegurar a posse do porto (ou atracadouro de embarcações) e do aeródromo (ou campo de pouso). Estes pontos lhe são vitais para o desembarque de forças e para o apoio logístico, bem como essenciais ao inimigo para garantir-lhe o isolamento da localidade e, quando for o caso, da conquista de uma área de apoio na periferia.

4-9. CARACTERÍSTICAS DO COMBATE DEFENSIVO NAS LOCALIDADES AMAZÔNICAS

a. Nas cidades de maior porte, particularmente as capitais, o combate se desenvolve à semelhança do que ocorre no terreno dito convencional. A diferença consiste na forma de abordagem da localidade pelo inimigo, devido às peculiaridades das vias de circulação: significativa malha aquática, escassa rede de estradas e o uso acentuado dos meios aéreos.

b. Nas cidades e vilas do interior amazônico, é possível ao inimigo utilizar a floresta como via de acesso e explorar ao máximo a surpresa. O atacante pode realizar um assalto aeromóvel com desembarque a alguma distância do objetivo e posterior deslocamento através da floresta.

c. Para planejar, preparar e executar o combate defensivo nas localidades amazônicas, considerar, entre outras, algumas de suas peculiaridades:

(1) a área edificada, normalmente construída de madeira e, algumas vezes, de palha (exceto o centro da cidade, onde há edifícios de alvenaria de pequeno porte), oferece pouca proteção ao defensor e impõe a organização do terreno;

(2) a edificação de alvenaria é apropriada para a instalação dos órgãos de comando e trens do batalhão;

(3) há carência de postos de observação, devido ao terreno plano e à inexistência de edifícios altos;

(4) por estarem, normalmente, apoiadas em rios, as localidades oferecem boas condições de observação e bons campos de tiro sobre as aquavias que favorecem a aproximação do inimigo;

(5) quando a floresta circundar a localidade, com pouca região desmatada ao redor desta, ficam limitadas a observação terrestre e os campos de tiro, favorecendo a abordagem do atacante;

(6) as forma mais comuns da abordagem do atacante são:

(a) por um desembarque ribeirinho nas proximidades da localidade e um desbordamento preferencialmente pelo interior da floresta;

(b) por um assalto aeromóvel, com desembarque próximo à localidade e deslocamento para ela, preferencialmente através da selva;

(c) pelo ataque coordenado através das regiões desmatadas circunjacentes;

(d) por um assalto com tropas aerotransportadas, com desembarque de assalto no aeroporto (aeródromo, campo de pouso);

(e) por um assalto ribeirinho.

4-10. PLANEJAMENTO, PREPARO E EXECUÇÃO

a. A defesa de localidade, em região de selva, é organizada em ponto-forte, devido à impossibilidade de se determinar, com precisão, a direção de ataque do inimigo. O dispositivo é, em princípio, o da defesa circular.

b. O traçado do LAADA, quando houver regiões desmatadas circunjacentes, em princípio é estabelecido na orla da localidade.

c. Quando a floresta está muito próxima da periferia da cidade (ou vila), o traçado do LAADA é feito à frente da localidade, passando pela orla da mata. Impõe-se, antecipadamente, o combate ao inimigo pelos elementos de segurança enquanto ele manobra dentro da selva, particularmente pelos pontos de passagem obrigatória.

d. As frentes e profundidades adotadas dependem das dimensões da localidade.

e. É aconselhável a preparação de posições de emboscadas, o estabelecimento de obstáculos e mesmo a organização de ponto-forte ou núcleo de defesa nas prováveis zonas de pouso de helicópteros e nos locais de possível desembarque fluvial nos arredores da localidade.

f. Os fogos disponíveis pelo batalhão devem ser dirigidos contra as vias de aproximação fluviais, estradas, varadouros e trilhas existentes, prováveis zonas de pouso de helicópteros e regiões desmatadas.

g. Havendo indícios de conquista iminente, por parte do inimigo, do porto e/ou do aeroporto, sem que haja possibilidade de os retomar pelo contra-ataque, tais pontos podem ser destruídos mediante ordem ou autorização do escalão superior.

h. O combate defensivo é, basicamente, conduzido de maneira semelhante à defesa circular.

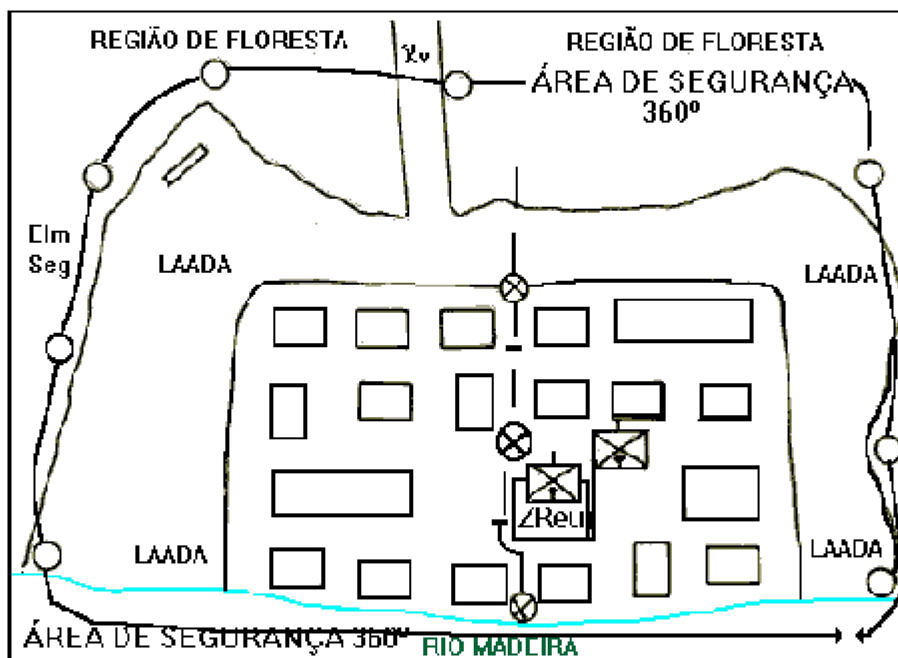


Fig 4-4. Um exemplo de defesa em localidade executada pelo BIS.

ARTIGO IV

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

4-11. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Os movimentos retrógrados, em área de selva, crescem de importância no contexto geral das operações defensivas, pela dificuldade de se manter uma posição defensiva por longos períodos de tempo.

b. Em princípio, os movimentos retrógrados são realizados pelos eixos fluviais, admitindo-se o retraimento feito através da selva, sobretudo sob pressão do inimigo.

c. Nas regiões desmatadas e áreas adjacentes às localidades de maior porte, normalmente recortadas por uma rodovia principal e estradas vicinais, os movimentos retrógrados podem ser diurnos ou noturnos. Os deslocamentos pelo interior da floresta, em princípio, são feitos durante o dia. Porém, pequenos deslocamentos, devidamente balizados e ensaiados, podem ser feitos à noite, visando facilitar o rompimento do contato com o inimigo.

d. Para realizar um movimento retrógrado, o BIS, devido à sua baixa mobilidade, precisa receber do escalão superior o apoio em embarcações e meios aéreos. Com isso, pode realizar reconhecimentos de itinerários e áreas propícias para futuras zonas de reunião, bem como das posições de emboscada, de morteiros, de artilharia e as regiões de obstáculos.

e. Para diminuir a mobilidade do inimigo, o batalhão pode adotar algumas medidas, tais como:

(1) emboscadas ao longo dos eixos;

(2) lançamento de obstáculos terrestre e fluviais;

(3) emprego dos morteiros orgânicos, bem como dos fogos de artilharia e do apoio de fogo aéreo propiciados pelo escalão superior;

(4) emprego de forças de helicópteros para atuar sobre os rios.

f. Ações ofensivas empreendidas pelo inimigo no interior da selva são contrapostas, sobretudo, por emboscadas, obstáculos e franco-atiradores.

4-12. RETRAIMENTO

a. Quando as forças em retraimento estiverem se deslocando pelo interior da mata, necessitam, do apoio do escalão superior para ter assegurado o apoio logístico.

b. É essencial o apoio do escalão superior em embarcações e helicópteros, propiciando à tropa que retrai maior mobilidade do que a do inimigo.

c. Os retraimentos através da selva são realizados durante o dia. Os deslocamentos se processam à semelhança da marcha para o combate.

d. O emprego de habitantes locais como guias pode facilitar os reconhecimentos das zonas de reunião e dos itinerários de retraimento, dando maior rapidez aos deslocamentos.

e. Sob pressão do inimigo, a melhor via de retraimento é a própria floresta.

f. Para assegurar um movimento organizado, o comandante do batalhão atribui às companhias, geralmente, um ou mais itinerários de retraimento, estabelecendo, se for o caso, a prioridade dos itinerários que devem ser usados.

g. Quando for utilizada a via de retraimento da floresta, deve-se evitar o uso de trilhas enquanto houver possibilidade de o inimigo atuar sobre as tropas em retraimento.

h. No retraimento através da floresta, especialmente quando houver pressão inimiga, frações são destacadas à retaguarda, como força de segurança, para instalar obstáculos (armadilhas antipessoal) e realizar emboscadas.

4-13. RETRAIMENTO SEM PRESSÃO DO INIMIGO

a. Distribuição das forças

Normalmente o escalão superior não provém o batalhão de uma força de segurança.

b. Destacamento de contato

(1) Quando o batalhão emprega as suas companhias de fuzileiros de selva descentralizadamente, cada uma delas encarregada de estabelecer um ponto-forte, a constituição do destacamento de contato é encargo destas subunidades com o valor de um pelotão de fuzileiros de selva reforçado.

(2) Normalmente, o destacamento de contato retrai à ocorrência de uma contingência específica; neste caso, é preciso alertar, de imediato, os elementos que estiverem em apoio ou em reforço ao BIS.

(3) Após o retraimento do grosso, o destacamento de contato deve adotar um dispositivo de segurança em todas as direções, podendo ocupar as posições preparadas no perímetro interno do ponto-forte.

c. Medidas de coordenação e controle

(1) As zonas de reunião são previstas para cada ponto-forte e para todo o batalhão, o mais próximo possível das posições, não sendo obrigatória a sua ocupação.

(2) Os itinerários de retraimento devem ser balizados desde as posições defensivas até a passagem dos obstáculos do perímetro externo.

d. Execução

(1) Quando o batalhão empregar todos os seus meios em uma única posição, o retraimento sem pressão se processa à semelhança do que ocorre no terreno dito convencional.

(2) Quando a defesa for executada em pontos-fortes de valor SU, o ponto-forte onde se concentra a maioria de meios do batalhão ou o mais recuado sobre o eixo e na direção de progressão do inimigo podem, se for o caso, acolher os demais elementos que retraem.

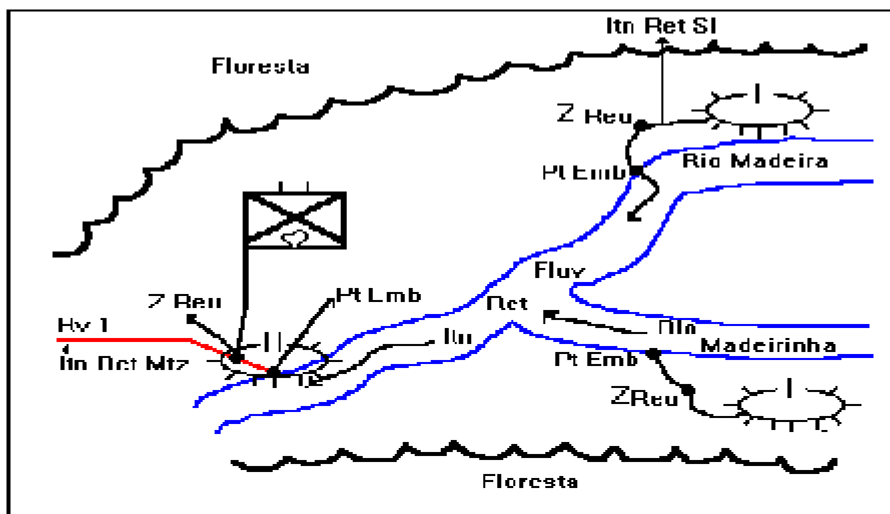


Fig 4-5. O retraimento sem pressão do inimigo (SU empregadas descentralizadamente)

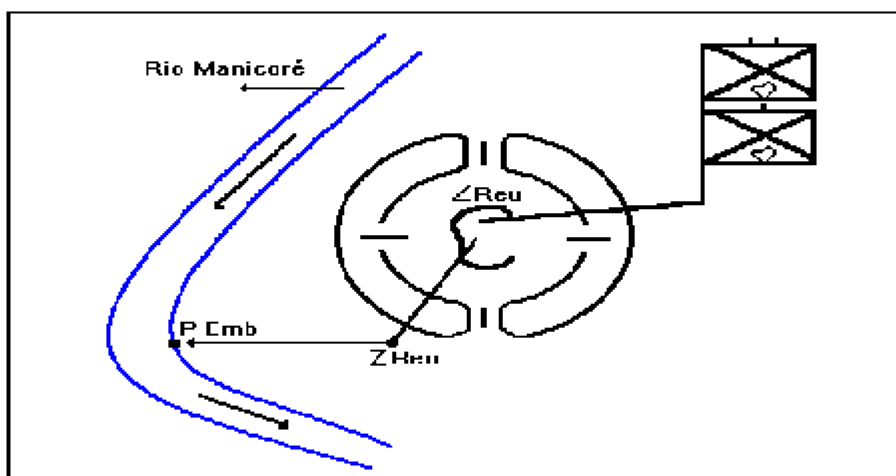


Fig 4-6. O retraimento sem pressão do inimigo (SU empregadas centralizadamente)

4-14. RETRAIMENTO SOB PRESSÃO DO INIMIGO

a. Força de segurança

(1) A força de segurança, normalmente, é provida pelo próprio batalhão (empregando as suas peças de manobra centralizadamente) ou pelas companhias de fuzileiros de selva (emprego descentralizado das subunidades).

(2) Geralmente é de efetivo reduzido.

(3) Posiciona-se, normalmente, na orla da floresta ou nos núcleos preparados na segunda linha se o terreno assim permitir, na direção de aproximação do inimigo, com a missão principal de apoiar o retraimento e de cobrir a retirada do grosso.

(4) No cumprimento de sua missão, deve lançar minas e armadilhas ao longo dos itinerários de retraimento.

b. Medidas de coordenação e controle

São as mesmas previstas para o retraimento sem pressão do inimigo.

c. Execução

(1) O retraimento sob pressão do inimigo é feito sob a proteção da força de segurança.

(2) Normalmente o retraimento sob pressão só ocorre no ponto-forte abordado pelo inimigo, cabendo ao mais recuado acolher os elementos que retraem e executar, a partir daí, um retraimento sem pressão.

(3) A força de segurança só inicia o deslocamento para a região de destino mediante ordem do comandante do batalhão.

(4) Esta operação deve ser executada com rapidez, para que se evite o engajamento decisivo das forças.

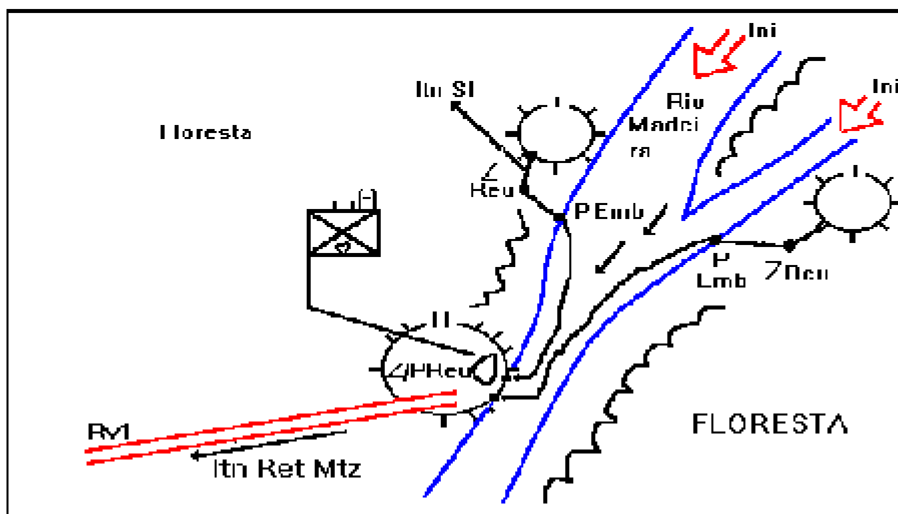


Fig 4-7. Retraimento sob pressão do inimigo (SU empregadas descentralizadamente).

Fig 4-8. Retraimento sob pressão do inimigo (SU empregadas centralizadamente).

4-15. AÇÃO RETARDADORA

a. A ação retardadora, em região de selva, pode ser conduzida pelo batalhão em um eixo de retardamento ou em uma área de combate para as companhias.

b. Características

(1) Realizada predominantemente pelas aquavias.

(2) Tempo de permanência reduzido em cada posição, condicionado à ocorrência de uma contingência específica e não a uma hora determinada.

(3) Menor número de posições de retardamento, situadas a maiores distâncias entre si, o que amplia a importância do retardamento contínuo entre as posições.

(4) Necessidade de apoio em helicópteros e embarcações táticas, para aumentar a mobilidade do batalhão.

(5) O rompimento do contato com o inimigo e o abandono da posição são facilitados pela floresta.

(6) Necessidade de uma reserva preferencialmente apoiada por meios aéreos.

(7) A utilização de obstáculos aumenta consideravelmente a capacidade de retardamento da força, obrigando o inimigo a desbordar pela floresta e/ou liberar o eixo, infligindo-lhe grande perda de tempo.

(8) Possibilidade de agravamento dos obstáculos naturais existentes.

(9) Grande dificuldade de realização de contra-ataque.

(10) Grande utilização de meios visuais para a identificação das tropas que retraem.

c. O processo de execução mais comum é o retardamento em posições alternadas.

d. Normalmente, ocorre a seguinte seqüência:

(1) ações na posição inicial de retardamento;

(2) retraimento;

(3) retardamento contínuo;

(4) movimento para a ocupação de novas posições de retardamento;

(5) ocupação das posições defensivas ou o acolhimento pelo escalão superior.

e. Via de regra, a ação retardadora é executada ao longo dos rios e estradas, em princípio um eixo de retardamento por batalhão. Se lhe for vantajoso, pela menor exposição à ação do inimigo, e houver eixos paralelos, pode a unidade retardar por subunidades em itinerários distintos.

f. É fundamental que, além do retardamento realizado nas posições de retardamento, haja o máximo de aproveitamento da selva ao longo dos eixos para o desencadeamento do retardamento contínuo. Como exemplo: uma seção de CSR (ou mísseis) pode causar danos consideráveis a um comboio fluvial inimigo, depois retrair para o interior da floresta e ser resgatada por helicóptero ou embarcações.

g. Em algumas circunstâncias, é vantajoso posicionar na floresta, por um período de tempo maior, ao longo dos eixos, as frações encarregadas de emboscadas, a fim de que estas deixem passar os primeiros elementos da vanguarda inimiga e atuem sobre o grosso de suas tropas. Isto é bastante recomendável no retardamento executado nas aquavias.

h. As ações nas posições de retardamento, ao longo dos eixos fluviais, devem ser conduzidas a partir das margens que dominam o rio, organizando-as de acordo com a disponibilidade de tempo e meios.

i. Escalonamento das forças

(1) Escalão de segurança: é composto, normalmente, apenas pelo destacamento retardador, o qual pode ser constituído por frações da reserva.

(2) Escalão de defesa avançada:

(a) composto pelas frações que ocupam as posições de retardamento;

(b) organizado para a defesa em todas as direções, localiza-se de modo a executar o maior volume de fogos sobre o eixo de progressão do inimigo;

(c) ao longo dos cursos de água, seus elementos são lançados em ambas as margens, nas posições de retardamento.

(3) Escalão reserva: deve ser altamente móvel e disposto no terreno em zona de reunião, de modo a possibilitar o seu emprego com rapidez, sobretudo quando for o caso de se realizar contra-ataques de desaferramento.

j. Características das posições de retardamento

(1) Devem prover bons campos de tiro e boa observação, como, por exemplo, os trechos retos e as grandes curvas dos cursos de água, especialmente quando associados às partes altas do terreno.

(2) Estabelecidas em terreno que melhor dificulte o movimento e a

manobra terrestre do inimigo, bem como o seu desembarque (galharias, bancos de areia, cachoeiras, igapós, margens taludadas, chavascais etc.).

(3) Locais cobertos e abrigados, de fácil acesso e que também facilitem a ocultação dos meios de transporte empregados no retraimento.

(4) Localizadas em pontos de convergência ou irradiação de eixos.

l. Organização das posições de retardamento

(1) Prever e balizar itinerários de retraimento e de contra-ataque dentro da floresta, em todos os níveis, inclusive para deslocamentos noturnos.

(2) Lançar e/ou agravar obstáculos à frente da posição, para dificultar a manobra terrestre do inimigo.

(3) Lançar e/ou agravar obstáculos nos cursos de água, quando for o caso, para canalizar o inimigo às margens onde este se posicione o mais desfavoravelmente possível.

(4) Preparar posições suplementares que, ocupadas, venham a permitir a segurança em todas as direções.

Fig 4-9. Um exemplo de ação retardadora conduzida pelo BIS em eixo fluvial.

4-16. RETIRADA

a. Considera-se que a retirada pode ser feita:

(1) por itinerários de retirada, principalmente os fluviais;

(2) pelo interior da floresta.

b. A retirada por rios e estradas, quando não for possível ser realizada à noite, necessita de proteção aérea, particularmente nos casos de grandes efetivos.

c. Pelo interior da floresta, a retirada é realizada durante o dia. Pequenos deslocamentos devidamente balizados podem ser realizados à noite.

ARTIGO V

O BIS RESERVA

4-17. MISSÕES

a. São as seguintes:

(1) realizar contra-ataques;

(2) substituir elementos de primeiro escalão;

(3) executar missões de segurança na base de combate de brigada;

(4) constituir força de segurança da brigada quando esta executar movimentos retrógrados como um todo.

b. O batalhão reserva pode permanecer na base de combate da brigada ou ser posicionado o mais próximo possível dos elementos de primeiro escalão, geralmente eixado com a peça de manobra encarregada da defesa da parte mais importante da área de combate da brigada. Devido às características das operações na selva, é normal que seja articulado ou fracionado, sendo mais comum o seu fracionamento.

c. Ao ser empregado, o BIS reserva pode contar com meios aeromóveis, fluviais e motorizados, os quais lhe são fornecidos pelo escalão superior para ampliar-lhe a mobilidade e a flexibilidade de emprego.

CAPÍTULO 5

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

5-1. O COMBATE RIBEIRINHO

a. Operações ribeirinhas são aquelas realizadas em águas interiores e áreas terrestres adjacentes, por forças militares que empregam, de forma combinada, meios fluviais e terrestres. Destinam-se a obter o domínio sobre os rios e a conquista e manutenção de pontos ou regiões críticas de uma área de combate ribeirinha. A ação principal é terrestre, ao longo das margens ou partindo destas para o interior. A sua finalidade é o domínio e o controle de uma grande área terrestre.

b. O combate ribeirinho baseia-se na destruição do inimigo e/ou na conquista de acidentes capitais ao longo dos rios, para estabelecer e manter o domínio das áreas terrestres adjacentes às aquavias.

c. A execução do combate ribeirinho exige grande mobilidade que pode ser obtida com o emprego de forças aeromóveis e/ou com a utilização de embarcações táticas.

d. Controlar uma área de combate ribeirinha significa:

(1) conquistar e/ou manter acidentes capitais importantes para o controle da circulação;

(2) controlar a população;

(3) dominar os cursos de água.

e. O domínio dos cursos de água mais importantes para as operações militares do Teatro de Operações Terrestre é, normalmente, missão da Força

Naval. Às forças do Exército, algumas vezes reforçadas por elementos navais, cabe executar as ações militares terrestres.

5-2. FORÇA RIBEIRINHA

a. É uma força basicamente organizada por elementos terrestres, contando com as suas embarcações e helicópteros. Quando necessário, pode ser apoiada pela Força Naval e pela Força Aérea.

b. Opera a partir de bases flutuantes ou terrestres.

c. O vulto da operação determina a composição da força ribeirinha, que pode receber as seguintes denominações:

(1) Força Ribeirinha Combinada - quando houver a formação de um comando combinado;

(2) Força Ribeirinha - quando houver preponderância da Força Terrestre e participação limitada da Marinha, não sendo necessária a formação de um comando combinado.

d. Em se tratando de operações combinadas, é uma força organizada basicamente por unidades do Exército e da Marinha, para realização de operações ribeirinhas. Pode ser apoiada, quando necessário, pela Força Aérea.

e. O BIS pode tanto constituir uma Força Ribeirinha quanto uma Força Ribeirinha Combinada. Pode também integrar uma força ribeirinha de valor brigada ou uma Força Ribeirinha Combinada, constituindo-se na Componente Terrestre da mesma.

5-3. MEIOS FLUVIAIS

a. O BIS pode empregar embarcações leves e orgânicas, que lhe conferem mobilidade e autonomia para pequenos deslocamentos.

b. O batalhão pode receber também o apoio de uma companhia de embarcações táticas, bem como embarcações-base de Artilharia, helicópteros, comunicações e saúde.

c. Pode ainda o batalhão empregar barcos regionais e balsas, desde que devidamente adaptadas.

5-4. ÁREA DE COMBATE RIBEIRINHA

a. É uma área razoavelmente delimitada em um ambiente ribeirinho, abrangendo, necessariamente, os objetivos relacionados, as hidrovias a serem controladas e a região terrestre adjacente necessária à manobra da força.

b. Se integrante de uma Força Ribeirinha, o batalhão recebe uma área de combate ribeirinha e coopera com o escalão superior no domínio e no controle da área.

c. Operando isoladamente como Força Ribeirinha, cabe ao batalhão obter o domínio e o controle da área de combate ribeirinha que lhe foi designada.

d. O batalhão pode dividir a sua área de combate em áreas de combate ribeirinhas de subunidades, ou operar nela com todos os seus meios centralizados, atribuindo, neste caso, missões específicas às suas peças de manobra.

e. Na área de combate ribeirinha são instaladas a base de combate do batalhão e as das companhias.

5-5. BASE DE COMBATE RIBEIRINHA

a. É o ponto focal de onde se irradiam as operações e o apoio do batalhão e para onde converge o apoio logístico do escalão superior. Nela encontram-se o posto de comando, a reserva e a área de trens do batalhão. Pode ser terrestre ou flutuante.

b. Quando terrestre, abrange, além da área em terra, parte da aquavia a ela adjacente e que lhe é necessária para o emprego dos meios fluviais e para o estabelecimento de sua segurança.

c. Quando flutuante, abrange parte do rio (ou lago) e a área terrestre necessária ao estabelecimento da segurança e de algumas instalações logísticas. Empregam-se, normalmente, as embarcações destinadas à Cia C Sv/PC do batalhão (Cia C Ap no caso do BIS sediado em área de fronteira).

d. A base de combate do batalhão muda de local por exigência da situação tática e/ou logística.

e. Em algumas situações, o comandante do batalhão pode ocupar um posto de comando avançado em embarcações que lhe permitam acompanhar melhor o desenvolvimento das operações.

5-6. ÁREAS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

a. Área de embarque é uma área às margens de um curso de água que possibilita ao batalhão embarcar sua tropa e material.

b. Os locais de embarque e desembarque são trechos da margem de um curso de água, nos quais se selecionam os pontos que permitem o acostamento das embarcações para o embarque e desembarque das tropas e carregamento e descarregamento de material.

c. O normal é que, numa área de embarque ou desembarque do BIS, haja pelo menos um local de embarque ou desembarque para cada companhia de fuzileiros de selva, bem como um para a companhia de comando e serviços/PC do batalhão. (companhia de comando e apoio/PC do BIS sediado em área de fronteira).

ARTIGO II

FASES DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

5-7. GENERALIDADES

São cinco as fases em que se desenvolvem as operações ribeirinhas:

- 1ª fase: planejamento;
- 2ª fase: aprestamento;
- 3ª fase: embarque e carregamento;
- 4ª fase: movimento da área de embarque para a área de combate ribeirinha;
- 5ª fase: desenvolvimento das operações.

5-8. PLANEJAMENTO

O planejamento deve abranger:

- esquema de manobra;
- plano de embarque;
- plano de movimento;
- plano de dissimulação;
- plano de desembarque ou assalto ribeirinho.

5-9. APRESTAMENTO

a. O aprestamento do batalhão de infantaria de selva visa preparar tática e logisticamente a unidade para o cumprimento de missões em ambiente ribeirinho.

b. O plano de aprestamento trata da instrução e do adestramento específico para as operações ribeirinhas e do apronto operacional da unidade.

c. O apronto operacional do batalhão é baseado em suas próprias normas gerais de ação.

d. Realizam-se os ensaios de todas as etapas da missão, particularmente do embarque da tropa, do carregamento de material, das ações durante o movimento fluvial e do desembarque ou assalto ribeirinho.

5-10. EMBARQUE E CARREGAMENTO

a. Esta fase consiste em distribuir as subunidades nas embarcações táticas sob controle operacional do batalhão, procurando manter a integridade tática da tropa.

b. É responsabilidade dos comandantes de subunidade a fiscalização do embarque do seu pessoal e o carregamento de todo o equipamento e suprimento previsto no manifesto de embarque e carregamento das subunidades.

c. O plano de embarque e carregamento do batalhão é o conjunto dos planos de embarque e carregamento das subunidades.

5-11. MOVIMENTO DA ÁREA DE EMBARQUE PARA A ÁREA DE COMBATE RIBEIRINHA

a. O batalhão pode ser introduzido em sua área de combate ribeirinha por quaisquer meios de transporte disponíveis, inclusive viaturas e aeronaves.

b. O movimento do batalhão abrange o seu deslocamento e ações, desde a partida da área de embarque até a área de combate ribeirinha. É feito mantendo-se o apoio entre as embarcações com a manutenção do contato visual. São adotadas as técnicas da marcha para o combate fluvial, de acordo com as possibilidades de contato com o inimigo.

c. Na fase final do movimento, o dispositivo tático deve facilitar o desdobramento do batalhão em sua área de combate ribeirinha, permitindo que as bases de combate da unidade e das subunidades sejam instaladas e iniciado o cumprimento da missão.

d. Ao aproximar-se de sua área de combate ribeirinha, o comandante do batalhão determina que o escalão de combate fluvial realize os reconhecimentos necessários para uma abordagem segura.

e. O movimento termina com a ocupação de uma base de combate ribeirinha.

5-12. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

a. O batalhão estabelece a sua base de combate ribeirinha e, a partir desta, inicia as operações para destruir as forças inimigas e controlar a circulação na área sob a sua responsabilidade.

b. Pode o batalhão conduzir as operações com os seus meios centralizados ou descentralizando a sua área de combate por suas companhias de fuzileiros de selva.

c. As ações e operações ribeirinhas executadas pelo batalhão podem ser terrestres, fluviais ou combinadas.

d. São as seguintes as ações, operações ou tarefas ribeirinhas que o batalhão pode executar:

(1) esclarecimento e reconhecimento;
(2) patrulhamento e vigilância das vias fluviais;
(3) bloqueio da via fluvial;
(4) assalto ribeirinho;
(5) desembarque ribeirinho;
(6) incursões;
(7) emboscadas;
(8) retiradas.

e. Especial atenção deve ser dada ao bloqueio de via fluvial e ao assalto ribeirinho, por serem ações típicas de um ambiente operacional ribeirinho.

f. A Força Aérea apóia as ações na área de combate ribeirinha do batalhão, conforme o planejamento do escalão superior para as operações aerotáticas.

ARTIGO III

O BLOQUEIO FLUVIAL

5-13. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

Com esta ação, o batalhão visa impedir a utilização de uma determinada via fluvial pelo inimigo, mediante o controle de acidentes capitais ribeirinhos, particularmente junto à foz ou em pontos de passagem obrigatória.

5-14. EXECUÇÃO

a. O batalhão, para executar o bloqueio fluvial, pode centralizar os seus meios em vias fluviais de maiores dimensões ou determinar às suas companhias de fuzileiros de selva que estabeleçam postos de bloqueio e controle fluvial em aquavias de menores proporções.

b. O bloqueio fluvial pode ser realizado com meios fluviais e terrestres. O emprego destes últimos exige que o trecho da via fluvial bloqueada permita a comunicação visual de uma margem à outra.

c. O bloqueio fluvial é efetivado por intermédio de:

(1) posições defensivas instaladas em pontos que, das margens, dominem a aquavia;
(2) emprego do fogo das armas de tiro tenso a partir de meios fluviais ou de posições localizadas às margens;
(3) barragem de fogo de artilharia e morteiros;
(4) minagem de trechos de hidrovia;
(5) estabelecimento de posto(s) de bloqueio e controle fluvial.

d. Para se estabelecer um posto de bloqueio e controle fluvial, deve-se fazê-lo em locais como:

(1) após as curvas de rio;
(2) onde o rio é mais estreito;
(3) onde as margens favoreçam a defesa;
(4) onde existam obstáculos naturais;
(5) favoráveis ao ocultamento das embarcações;
(6) que facilitem a camuflagem.

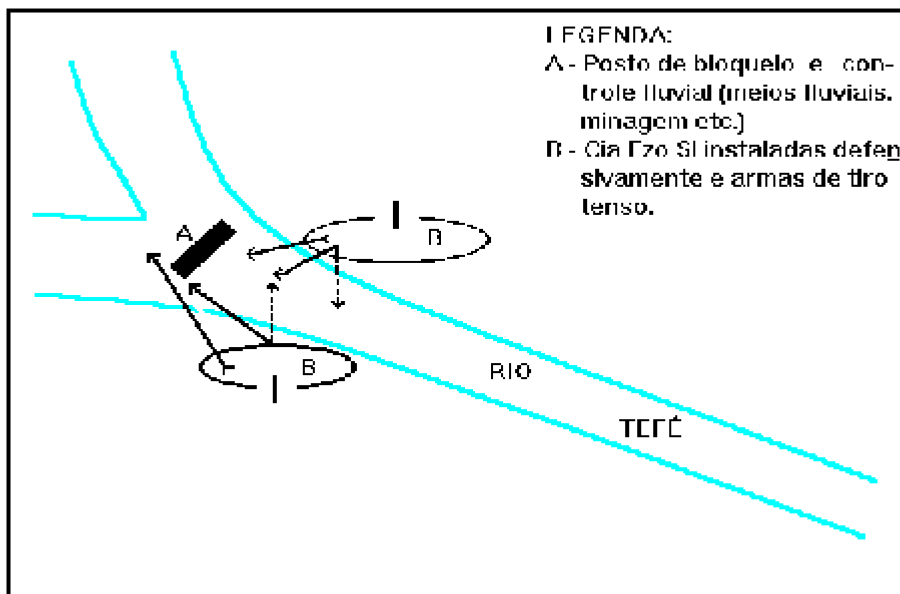


Fig 5-1. Bloqueio fluvial realizado pelo BIS.

ARTIGO IV

ASSALTO RIBEIRINHO

5-15. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Assalto ribeirinho é a ação ribeirinha que se caracteriza pelo desembarque de forças em margem defendida, para a conquista de objetivos terrestres nela existentes.

b. Cabeça-de-praia ribeirinha é uma área determinada às margens de rios e lagos que, capturada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material e proporciona espaço de manobra para operações em terra, indispensáveis ao cumprimento da missão.

c. O assalto ribeirinho só é justificável quando for inviável o desembarque em locais não defendidos. Pode constituir a fase inicial das ações terrestres do batalhão ou ainda constituir a ação principal da unidade.

d. O BIS, normalmente, executa o assalto ribeirinho realizando o bloqueio fluvial, o desembarque das forças e a ação terrestre.

e. O comandante do batalhão planeja o emprego de todos os seus meios e forças disponíveis, para que o assalto ribeirinho tenha êxito. Estas ações podem ser realizadas em conjunto com elementos navais, nos casos em que se constitui a Força Ribeirinha Combinada ou que o batalhão seja apenas apoiado ou reforçado.

f. Normalmente, o batalhão recebe o apoio de fogo do escalão superior para a execução do assalto ribeirinho.

5-16. A EXECUÇÃO DO ASSALTO RIBEIRINHO

a. O assalto ribeirinho é executado para se estabelecer uma cabeça-de-praia ribeirinha ou conquistar acidentes capitais à margem do curso de água. O esquema de manobra posiciona as forças de bloqueio, as que realizam o assalto propriamente dito e as encarregadas do apoio de fogo.

b. A seqüência de desembarque para o assalto deve proporcionar movimentos rápidos e ordenados em terra, bem como a capacidade de avanço imediato para a conquista dos objetivos próximos aos locais de desembarque. As embarcações do escalão de assalto fluvial, embarcações de patrulha de grupo (EPG) e/ou embarcações de patrulha de esquadra (EPE) localizam-se de modo a proporcionar fogos nos flancos, à retaguarda e à frente dos elementos de manobra desembarcados, o que torna necessário o estabelecimento de rígidas medidas de coordenação e de segurança à tropa.

c. O desembarque e a reorganização são períodos críticos para os elementos de manobra.

d. As fases do assalto ribeirinho, normalmente, são: planejamento, aprestamento, embarque, ensaio, movimento fluvial, tomada do dispositivo e assalto propiamente dito.

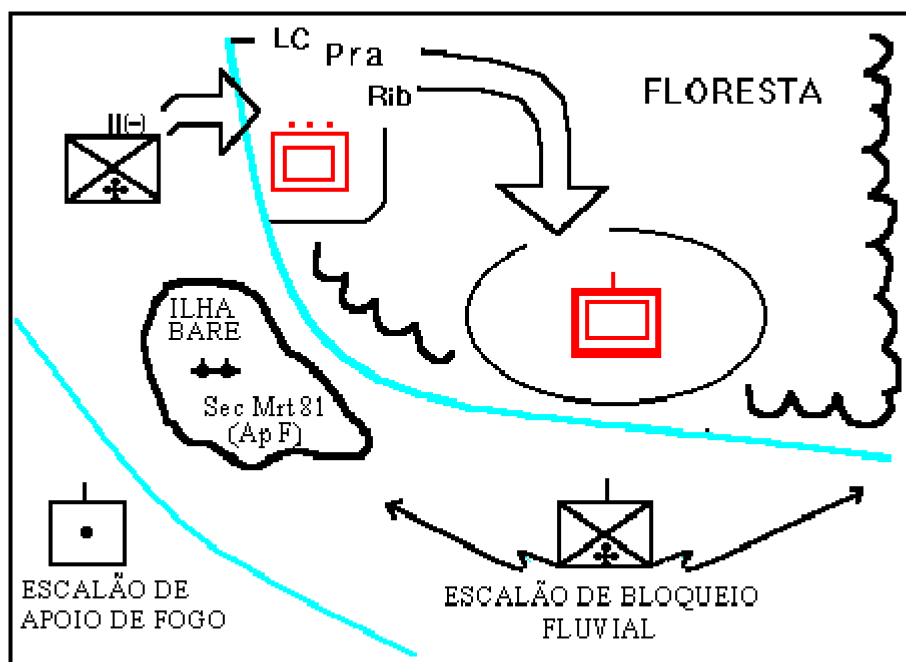


Fig 5-2. Um exemplo de assalto ribeirinho executado pelo BIS.

e. O comandante do batalhão coordena o assalto, estabelecendo o seu posto de comando em terra ou embarcado, de forma a intervir na operação com a presteza devida.

f. A decisão de se manter a reserva embarcada ou eixada no esforço principal terrestre é fruto da evolução da situação. É necessário preservar a flexibilidade de emprego da reserva.

5-17. CABEÇA-DE-PRAIA RIBEIRINHA

a. A cabeça-de-praia ribeirinha é estabelecida após o assalto ribeirinho, quando a força de desembarque ribeirinha ocupa as posições que garantam o desembarque de tropas e material para o prosseguimento das operações. Isto normalmente é conseguido quando o batalhão impede que o inimigo execute tiros diretos sobre os locais de desembarque.

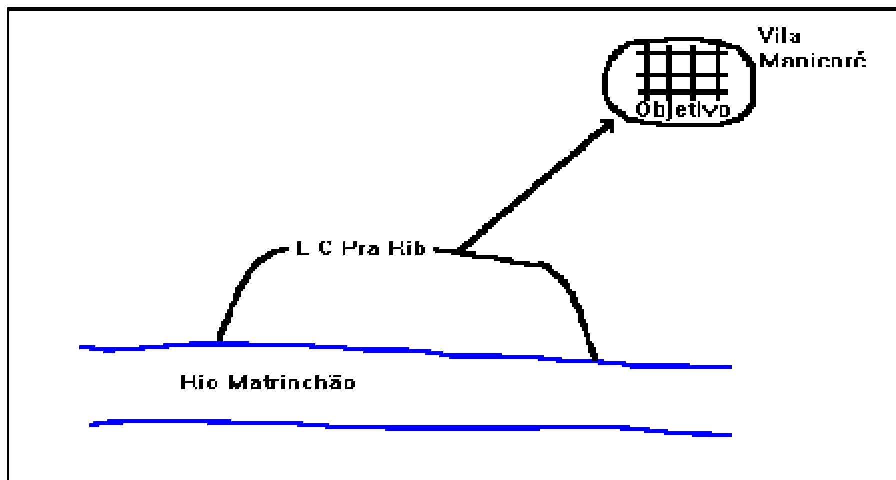


Fig 5-3. Estabelecimento de uma cabeca-de-praia ribeirinha, de modo a permitir o avanço da tropa para a conquista de uma localidade.

b. Pode a cabeça-de-praia ribeirinha ser também estabelecida após um desembarque ribeirinho, ou seja, quando o batalhão realizar o desembarque de tropa afastado das posições defensivas do inimigo.

ARTIGO V

O APOIO DE FOGO

5-18. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. O batalhão emprega os fogos orgânicos disponíveis, podendo receber apoio de fogo naval, aéreo e de artilharia de campanha.

b. O emprego dos meios de apoio de fogo visa à neutralização de pessoal e armas inimigas situadas às margens ou em embarcações, à destruição de embarcações e campos de pouso, bem como à interdição de eixos fluviais ou rodoviários.

c. As dificuldades de coordenação e observação são atenuadas pelo emprego de helicópteros e de observadores adestrados na utilização de processos expeditos para a condução dos fogos.

d. Para a autodefesa do batalhão, a proteção antiaérea é realizada utilizando-se mísseis antiaéreos e o armamento orgânico da unidade, buscando-se atingir particularmente os helicópteros inimigos.

5-19. A EXECUÇÃO DO APOIO DE FOGO

a. As posições de tiro podem estar localizadas em regiões descobertas ou a cavaleiro das aquavias. As posições devem proporcionar campo de tiro de 6400 milésimos, tendo em vista que, em região de selva, os alvos podem surgir em qualquer direção. Os fogos podem ser realizados com as peças montadas em embarcações apropriadas ou em plataformas ancoradas junto às margens dos cursos de água.

b. Normalmente, as frações de metralhadoras e canhões (ou mísseis), atuam em reforço ou em apoio direto aos pelotões de fuzileiros. As seções de morteiros, por sua vez, costumam ser empregadas em ação de conjunto às companhias de fuzileiros de selva das quais são orgânicas, podendo, se for mais vantajoso, serem centralizadas, total ou parcialmente, pelo batalhão, para apoiarem a manobra como um todo.

c. Os meios de apoio de fogo do escalão superior, normalmente, são empregados descentralizadamente, operando com baterias de obuses em apoio direto ou em reforço ao BIS.

CAPÍTULO 6

OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

ARTIGO I

GENERALIDADES

6-1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. O batalhão de infantaria de selva pode ser empregado em operações aeromóveis inserido num quadro tático da manobra do escalão superior ou isoladamente.

b. Os objetivos definidos para a operação aeromóvel a ser realizada pelo batalhão de infantaria de selva podem conduzir ao seu emprego com todos os seus meios centralizados ou fracionado.

c. O batalhão de infantaria de selva é o menor escalão em condições de receber uma subunidade aérea no ambiente operacional amazônico, com encargos operacionais e logísticos (exceto os exclusivos da Aviação do Exército). Ainda que a operação aeromóvel seja desencadeada por apenas uma subunidade, o engajamento do batalhão é total, pela necessidade de se atender aos encargos anteriormente descritos.

d. Em uma operação aeromóvel, o batalhão de infantaria de selva, ao receber uma fração de helicópteros sob controle operacional, pode constituir força-tarefa com suas frações orgânicas e a de helicópteros. É o batalhão o menor escalão capaz de coordenar toda a operação.

e. O valor da menor fração da Aviação do Exército a passar sob o controle operacional do batalhão é a subunidade aérea.

f. Durante o planejamento de uma operação aeromóvel, o comandante do

batalhão deve considerar as medidas de coordenação e controle do espaço aéreo impostas pelo escalão superior. Deve ainda levantar necessidades de medidas de coordenação do uso do espaço aéreo a serem propostas para o cumprimento da missão do batalhão.

6-2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

a. Itinerário de vôo: percurso desenfiado realizado pela fração de helicópteros a partir da linha de engajamento até a região de objetivo.

b. Linha de aproximação (LA): linha nítida no terreno, a partir da qual considera-se que os meios optrônicos de monitoração do inimigo podem detectar as aeronaves. A partir desta linha torna-se impositivo o vôo de contorno.

c. Linha de engajamento (LE): linha nítida no terreno, a partir da qual considera-se que a defesa antiaérea inimiga pode engajar as aeronaves. A partir desta linha torna-se impositivo o vôo desenfiado.

d. Local de aterragem (Loc Ater): área destinada ao pouso de uma fração de helicópteros, comportando um ou mais pontos de toque para as aeronaves.

e. Navegação a baixa altura (NBA): tipo de vôo realizado com uma proa, velocidade e altitude constantes. A altitude deste tipo de vôo é a suficiente para vencer as elevações médias da região. É realizado após a decolagem na zona de embarque até a linha de aproximação.

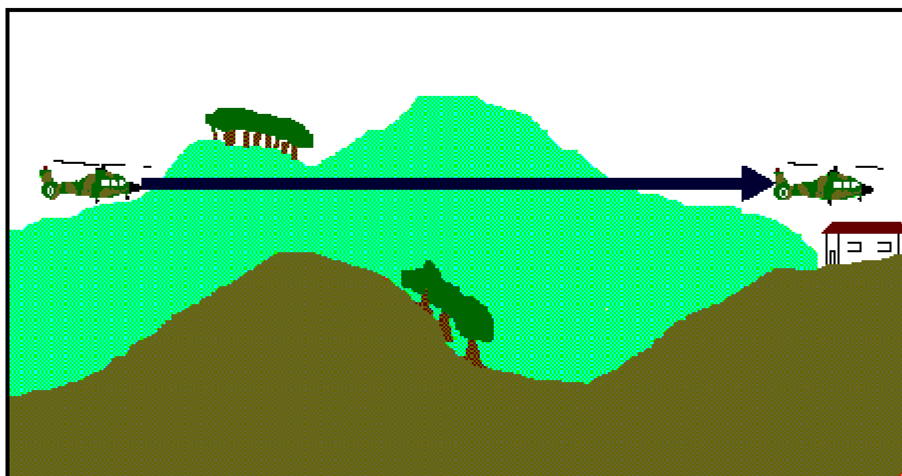


Fig 6-1. Navegação à baixa altura (NBA).

f. Ponto de liberação (P Lib): é um ponto pré-determinado, em local de fácil identificação, a partir do qual as frações de helicópteros dirigem-se às suas zonas de desembarque.

g. Ponto de referência das comunicações (PRC): ponto nítido no terreno e de fácil identificação, localizado a cerca de três a cinco minutos da ZPH, onde o comandante da fração de helicópteros entra em contato com os guias aeromóveis no solo para a chamada inicial e instruções para o pouso da fração de helicópteros.

h. Rota de aproximação: é o percurso em vôo de contorno realizado pela fração de helicópteros entre a linha de aproximação e a linha de engajamento.

i. Rota de vôo: é o percurso em navegação à baixa altura realizado pela fração de helicópteros a partir da zona de embarque até a linha de aproximação.

j. Vaga: é cada um dos deslocamentos sucessivos de uma fração de helicópteros conduzindo pessoal e/ou material.

k. Vôo de contorno: normalmente é realizado entre a linha de aproximação e a linha de engajamento. As aeronaves deslocam-se por uma rota de aproximação, definida por azimutes preestabelecidos, rente ao solo, acompanhando a altimetria do terreno.

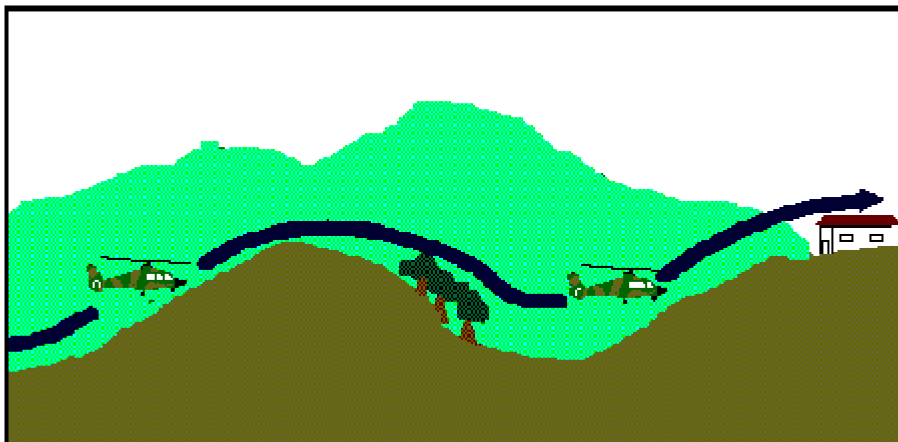


Fig 6-2. Vôo de contorno.

l. Vôo desenfiado: vôo executado após a linha de engajamento até a região de objetivo. As aeronaves deslocam-se por um itinerário de vôo preestabelecido, rente ao solo, utilizando a proteção proporcionada pelo terreno. Neste tipo de vôo variam a velocidade, altitude e direção.

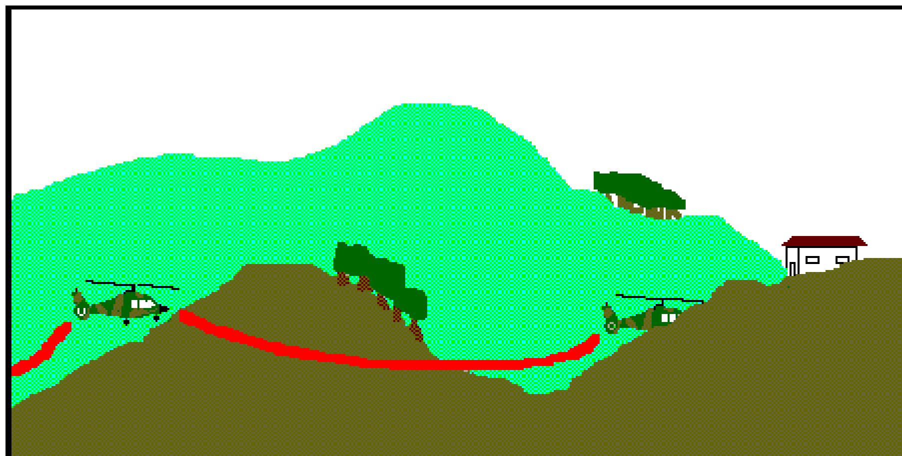


Fig 6-3. Vôo desenfiado.

m. Zona de desembarque (Z Dbq): região onde se realiza o desembarque de pessoal e/ou material.

n. Zona de embarque (Z Emb): região onde se realiza o embarque de pessoal e/ou material.

o. Zona de pouso de helicópteros (ZPH): é o local destinado ao pouso de helicópteros. Deve comportar tantos locais de aterragem (Loc Ater) quantos forem necessários ao escalão considerado.

6-3. APRESTAMENTO OPERACIONAL DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA COM A AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

a. Medidas preliminares

(1) Após o recebimento da missão, o estado-maior do batalhão deve, de imediato, procurar o contato com a fração da Aviação do Exército que o apóia. A troca antecipada de informações sobre a missão, desde o início do seu planejamento, é essencial para o êxito da operação aeromóvel.

(2) Caso a reunião preliminar não seja possível, reuniões posteriores são necessárias para se evitar o comprometimento da missão.

(3) É imprescindível a integração dos planejamentos do batalhão e da fração de helicópteros para o melhor cumprimento da missão.

b. Aprestamento

(1) O aprestamento da tropa instrução, adestramento e preparo logístico é fator determinante para o sucesso da operação aeromóvel. Durante os ensaios, as frações combatentes exercitam-se nas técnicas aeromóveis e aprimoram a sua capacidade operacional.

(2) As frações de comunicações do batalhão devem estar plenamente adestradas na exploração terra-ar.

(3) O oficial de comunicações do batalhão deve conhecer as possibilidades e limitações dos equipamentos-rádios das aeronaves, bem como a compatibilidade destes com os da unidade.

(4) Os oficiais de comunicações do batalhão e da fração de helicópteros sob controle operacional da unidade, para cada operação aeromóvel, preparam Instruções para o Emprego das Comunicações (IECom) específicas.

(5) A fração de helicópteros sob controle operacional do batalhão utiliza o sistema de comunicações do batalhão para realizar ligações externas.

(6) Podem ser utilizados nas operações aeromóveis os sistemas de comunicação visuais, como, por exemplo, fumígenos, bandeirolas e painéis, pois não são vulneráveis à monitoração e à interferência eletrônica do inimigo.

(7) Ao se organizar frações para o apoio a uma operação aeromóvel estabelecimento e operação de zonas de embarque/desembarque, deve-se empregar elementos orgânicos do batalhão especializados em técnicas aeromóveis (guias aeromóveis).

(8) Os comandantes, em todos os níveis, envolvidos diretamente numa operação aeromóvel, devem conhecer bem as medidas de coordenação e controle previstas na ordem de operações e seus anexos.

(9) A ordem de operações do batalhão deve detalhar as condutas previstas para os casos de pane de aeronave, pouso de emergência e outros imponderáveis. Além disso, são imprescindíveis os planos alternativos para fazer face a tais situações, os quais devem prever zonas de embarque/desembarque, itinerário de vôo etc.

ARTIGO II

O ASSALTO AEROMÓVEL

6-4. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Assalto aeromóvel é a operação em que uma fração de helicópteros, integrando uma força-tarefa aeromóvel, sob o comando da fração ou unidade de Arma-base, desloca tropas adestradas e equipadas, para a destruição de forças ou instalações inimigas e/ou a conquista de acidentes capitais.

b. O batalhão de infantaria de selva pode ser empregado numa operação de assalto aeromóvel com todos os seus meios centralizados ou fracionado, com pelo menos uma companhia de fuzileiros de selva.

c. O batalhão, normalmente, realiza o assalto aeromóvel para surpreender o inimigo e acelerar-lhe a destruição, bem como para conquistar acidentes capitais com o máximo de rapidez. Alguns exemplos de missões que justificam a realização de um assalto aeromóvel:

(1) explorar êxitos táticos;

(2) completar um cerco;

(3) conquistar um aeródromo ou pista de pouso;
(4) bloquear uma via de circulação;
(5) assegurar a utilização de uma passagem obrigatória, como nós rodoviários, confluência e foz de rios etc.

d. Limitações à realização de um assalto aeromóvel:
(1) autonomia das aeronaves;
(2) condições meteorológicas e climáticas adversas;
(3) insuficiência de zonas de desembarque compatíveis com o escalão empregado;
(4) deficiência de informações sobre a área do objetivo, particularmente quando houver dificuldades para infiltrar, previamente, equipes de guias aeromóveis;
(5) necessidade de desdobramento de postos de ressuprimento avançados de suprimentos classe III-A e V, e, eventualmente, de classe IX.

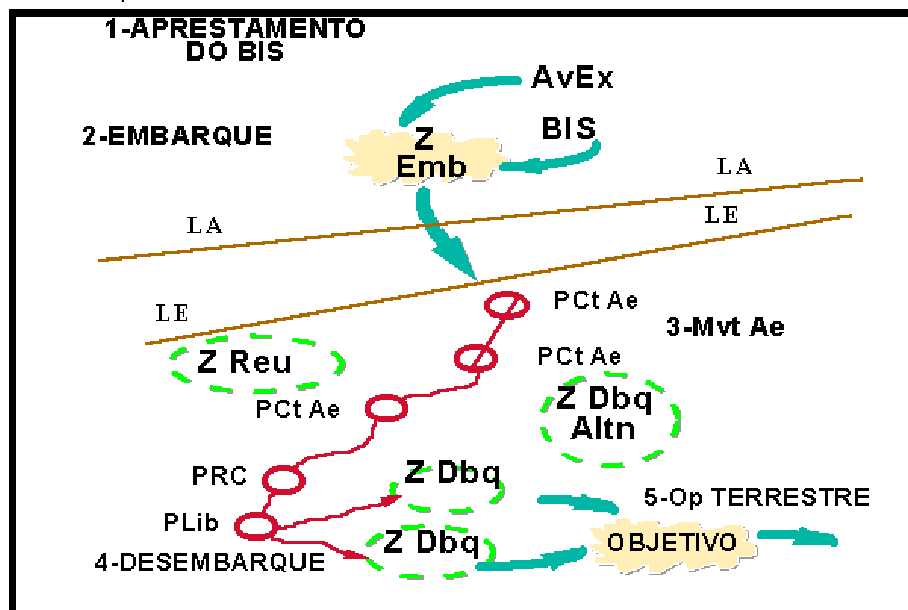


Fig 6-4 Exemplo de operação aeromóvel.

6-5. PLANEJAMENTO DO ASSALTO AEROMÓVEL

a. O comandante do batalhão, ao planejar o assalto aeromóvel, estabelece, em sua diretriz ao estado-maior, que sejam considerados, no mínimo, os seguintes aspectos:
(1) período em que a fração de helicópteros permanecerá sob o seu controle operacional e os prazos estimados para o cumprimento da missão;
(2) disponibilidade de horas de vôo e quantidade de aeronaves para cumprir a missão;

(3) previsão das condições meteorológicas para o período considerado;
(4) possibilidade de infiltração prévia de equipes de guias aeromóveis para a preparação das zonas de desembarque;
(5) a missão futura do batalhão após a conquista do objetivo por meio de assalto aeromóvel;
(6) o fluxo de apoio logístico para a operação, inclusive na fase posterior ao assalto;
(7) planos alternativos para o caso de suspensão da missão, por problemas decorrentes de falhas mecânicas em aeronaves, de mudanças meteorológicas ou da ação do inimigo.

b. Plano Tático Terrestre (PTT)

Expedida a ordem preparatória, a tropa prepara-se para a ação aeromóvel, ao mesmo tempo em que se processam os reconhecimentos e o planejamento. O estado-maior do batalhão, os comandantes de subunidades e o comandante da fração de helicópteros trabalham em conjunto o tempo todo.

c. Fazem parte da ordem de operações do batalhão para o assalto aeromóvel:
(1) plano tático terrestre;
(2) plano de desembarque;
(3) plano de movimento aéreo;
(4) plano de carregamento.

d. O plano tático terrestre é executado imediatamente após o desembarque do escalão de assalto até a conquista do objetivo. Quando o escalão de assalto desembarcar por levas sucessivas, considera-se o início da execução deste plano o momento após a reorganização da tropa.

e. O plano tático terrestre, normalmente, inclui, além do esquema de manobra para a conquista do objetivo, as medidas de defesa, junção, retraimento, resgate, apoio aéreo e outras que se façam necessárias.

f. O principal objetivo do plano de desembarque é a colocação do escalão de assalto na proximidade do objetivo, organizado para o combate, em condições de realizar o assalto e conquistar o objetivo designado.

g. O assalto aeromóvel pode ser feito com o desembarque do escalão de assalto em região próxima ao objetivo ou afastada deste. Desembarcar perto ou afastado do objetivo é uma decisão que o comandante do batalhão toma conforme a situação do inimigo e do terreno, sendo extremamente importantes as informações que tratam sobre a existência, a quantidade e as características das zonas de desembarque.

h. As frações de Aviação do Exército encarregadas de prover reconhecimento e segurança, estabelecem previamente a proteção da zona de desembarque até a reorganização da tropa desembarcada. Após a reorganização da tropa, as frações da Aviação do Exército continuam a prover segurança, realizando missões de apoio de fogo.

i. Para o preparo do plano de desembarque, considerar o seguinte:

(1) é baseado no plano tático terrestre;

(2) necessidade de previsão de zonas de desembarque alternativas;

(3) necessidade de prescrições para o desembarque em zonas alternativas e para a suspensão da missão;

(4) o planejamento de desembarque no início do crepúsculo matutino náutico só é exeqüível se a fração de helicópteros for capaz de realizar o movimento aéreo anterior sob condições de relativa obscuridade;

(5) o plano deve definir ações para a reorganização da tropa desembarcada.

j. O comandante da fração de helicópteros é o responsável pelo plano de movimento aéreo, adequando-se às restrições impostas pelo escalão superior para a utilização do espaço aéreo e às necessidades do batalhão. Ressalte-se ainda que o comandante de cada aeronave deve informar ao comandante da tropa embarcada a passagem sobre cada ponto de controle aéreo, PRC, pontos de liberação e outros, permitindo que este faça o acompanhamento do movimento aéreo realizado.

l. O plano de carregamento deve definir o pessoal e material a serem embarcados em cada aeronave, detalhando, inclusive, o posicionamento de cada homem com o seu fardo no interior dos helicópteros. Procura-se manter a integridade tática das frações.

6-6. SELEÇÃO DAS ZONAS DE DESEMBARQUE

a. O comandante do batalhão, ao selecionar as zonas de desembarque para um assalto aeromóvel, considera:

(1) regiões mais apropriadas para o seu estabelecimento;

(2) dimensões e distâncias entre elas;

(3) distância entre elas e o objetivo do assalto aeromóvel;

(4) as rotas de aproximação e abordagem;

(5) existência de obstáculos;

(6) presença de forças inimigas;

(7) condições meteorológicas locais;

(8) a necessidade de zonas de desembarque alternativas.

b. Na região amazônica, as áreas mais propícias ao estabelecimento de zonas de desembarque são:

(1) regiões desmatadas;

(2) praias, especialmente na estação das secas;

(3) clareiras.

c. Quando for necessário fazer uso de clareiras, é conveniente empregar previamente equipes de guias aeromóveis.

d. A escolha de zonas de desembarque única ou múltiplas está condicionada aos fatores da decisão. É importante considerar que a escassez de zonas de desembarque, na região amazônica, normalmente conduz à escolha de zona de desembarque única.

e. A proximidade ou não da zona de desembarque do objetivo está intrinsecamente ligada à atuação do inimigo no mesmo. Em geral, o comandante do batalhão pode optar pela segurança proporcionada pelo desembarque afastado do objetivo e realizar um reduzido deslocamento até o mesmo.

6-7. ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

a. O batalhão pode constituir força-tarefa aeromóvel com todos os seus meios centralizados ou com parte de suas peças de manobra. Em qualquer dos casos, organiza-se para o combate em um escalão de assalto, um escalão de acompanhamento e um escalão recuado.

b. O escalão de assalto é constituído pelos elementos necessários à conquista dos objetivos iniciais. Normalmente, o comandante acompanha o escalão de assalto.

c. O escalão de acompanhamento enquadra os demais elementos necessários ao cumprimento da missão como um todo e não empregados na conquista dos objetivos iniciais.

d. O escalão recuado é organizado com os demais integrantes do batalhão não empenhados no assalto aeromóvel a partir do movimento aéreo. Neste escalão, incluem-se os elementos encarregados de operar a zona de carregamento e embarque inicial.

e. O comandante do batalhão organiza a tropa para o combate baseando-se nos fatores da decisão.

6-8. EXECUÇÃO DO ASSALTO AEROMÓVEL

a. O desembarque da tropa, se possível, deve ser antecedido pelos trabalhos da fração de guias aeromóveis: balizamento da zona de desembarque e dos itinerários para o objetivo.

b. O desembarque é uma fase crítica, pela aparente falta de coordenação que ocorre no pouso de um grande número de helicópteros, desembarque de efetivos consideráveis e decolagem imediata das aeronaves. Por isso, sempre que possível, o melhor é realizar o desembarque em uma zona afastada do objetivo para evitar os fogos inimigos.

c. Imediatamente após o desembarque, a fração de guias aeromóveis, previamente infiltrada, auxilia o comandante na reorganização da tropa desembarcada, para que as frações de fuzileiros possam cumprir o previsto no plano tático terrestre. Nesta reorganização, podem ser utilizados meios visuais para indicar o local específico de reunião da fração correspondente.

d. O assalto deve ser executado o mais rápido possível, aproveitando-se a vantagem tática da surpresa. Tão logo seja o objetivo conquistado, o batalhão toma as medidas necessárias para mantê-lo pelo tempo que lhe foi imposto pelo escalão superior.

e. A fração de helicópteros, após o desembarque, pode continuar executando outras missões combate, apoio ao combate e logísticas em proveito do batalhão.

6-9. O ESTABELECIMENTO E A MANUTENÇÃO DA CABEÇA-DE-PON-TE AEROMÓVEL

a. A cabeça-de-ponte aeromóvel, normalmente, pode ser estabelecida em proveito da manobra do batalhão ou do escalão superior ou para facilitar as futuras missões.

b. A conquista e a manutenção de um acidente capital, por meio de um assalto aeromóvel, em região de selva, implica, geralmente, no estabelecimento de um ponto-forte.

c. O plano tático terrestre do comandante do BIS comporta as ações de conquista do objetivo e as de sua defesa, de modo a garantir a manutenção do acidente capital no prazo determinado pelo escalão superior.

6-10. APOIO DE FOGO AEROMÓVEL

a. As aeronaves de reconhecimento e ataque que executam a segurança da força-tarefa aeromóvel, após o desembarque, podem proporcionar apoio de fogo ao batalhão.

b. Este apoio de fogo é realizado por meio do fogo aéreo concentrado sobre objetivos. Os alvos podem ser engajados de forma associada, ou não, ao fogo da força de superfície.

c. Normalmente, são alvos compensadores para o apoio de fogo aeromóvel:
(1) forças inimigas que tentam manobrar, reforçar ou retrair;
(2) posições do inimigo;
(3) embarcações e viaturas ao longo dos principais eixos que conduzem ao objetivo.

d. O comandante do batalhão, para solicitar as missões de apoio de fogo aeromóvel, faz uso da rede de comando do batalhão.

6-11. COMUNICAÇÕES

a. Durante todas as fases do assalto aeromóvel, são mantidas as comunicações-rádio terra-terra, ar-terra e ar-ar.

b. A fração de helicópteros sob controle operacional integra a rede de comando do batalhão.

c. Dadas as características de mobilidade das operações aeromóveis, os meios-rádio são os mais utilizados. Os meios de comunicação visual ?? painéis,

bandeirolas, fumígenos e outros ? são utilizados particularmente durante as operações de embarque, desembarque e reorganização.

d. Deve ser dada ênfase ao uso de contra-contra-medidas eletrônicas (CCME), bem como medidas de segurança como autenticações e mensagens preestabelecidas, previstas nas IEComElt preparadas para a operação.

ARTIGO III

PARTICIPAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM OUTRAS MISSÕES DE COMBATE

6-12. RECONHECIMENTO AEROMÓVEL

a. O batalhão pode determinar à fração de helicópteros sob seu controle operacional a missão de reconhecimento aeromóvel, podendo constituir ou não uma força-tarefa aeromóvel.

b. A missão de reconhecimento aeromóvel é da Aviação do Exército, que costuma empregar frações de helicópteros de reconhecimento e ataque e frações de helicópteros de manobra simultaneamente. Em algumas ocasiões, quando for necessário um reconhecimento terrestre em locais que não puderam ser bem reconhecidos a partir das aeronaves, pequenas frações do batalhão desembarcam e cooperam na missão.

c. O comando desta operação é da Aviação do Exército.

d. O reconhecimento aeromóvel é valioso nas operações em região de selva pela necessidade de se obter o máximo de informações sobre as áreas de combate normalmente de grande dimensões.

e. Quando o batalhão necessitar do reconhecimento aeromóvel, deve deixar bem claro ao elemento da Aviação do Exército o que deseja. É normal a confecção de um plano de reconhecimento aeromóvel fundamentado nos Elementos Essenciais de Informação definidos pelo batalhão.

6-13. SEGURANÇA AEROMÓVEL

a. Normalmente constituindo força-tarefa aeromóvel, o batalhão, ou parte dele, pode realizar a segurança aeromóvel em proveito da brigada, particularmente quando esta deslocar-se por vias fluviais.

b. É conduzida a operação sobre o eixo principal em que se desloca o escalão superior, bem como sobre as vias secundárias que conduzem àquele, ou seja, faz-se a segurança sobre o rio principal e afluentes ou sobre rodovias e estradas vicinais.

c. O comando da operação tanto pode ficar a cargo do batalhão quanto do elemento da Aviação do Exército.

6-14. INFILTRAÇÃO TÁTICA AEROMÓVEL

a. As frações do batalhão de infantaria de selva podem participar de uma infiltração tática aeromóvel em proveito da própria unidade ou do escalão superior.

b. Combinando a técnica de infiltração com qualquer forma de manobra ofensiva, o batalhão utiliza os helicópteros para desdobrar as suas frações à retaguarda de uma posição inimiga.

6-15. INCURSÃO AEROMÓVEL

a. O batalhão emprega pequenas frações, normalmente o pelotão de fuzileiros de selva, para, com o apoio de uma fração de helicópteros, neutralizar ou destruir pessoal e instalações inimigas.

b. A incursão aeromóvel assemelha-se ao assalto aeromóvel. A diferença está no pequeno efetivo empregado, bem como na intenção de atuar e romper o contato com o inimigo o mais rápido possível. Não há manutenção do objetivo atacado.

6-16. EXFILTRAÇÃO AEROMÓVEL

a. O batalhão pode contar com o apoio de uma fração de helicópteros sempre que precisar extrair seu pessoal de áreas sob o controle do inimigo.

b. É normal a confecção de um plano de exfiltração.

ARTIGO IV

APOIO AO COMBATE PROPORCIONADO PELA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

6-17. LIGAÇÃO DE COMANDO

a. As operações aeromóveis exigem elevado grau de integração em todos os níveis de comando, sendo indispensável a coordenação entre o batalhão e as frações de helicópteros em todas as fases das operações aéreas e terrestres.

b. O meio aéreo proporciona ao comandante do batalhão de infantaria de selva as melhores condições para ligar-se com as suas subunidades e com o escalão superior, amenizando as dificuldades de coordenação e controle decorrentes da grande extensão de sua área de combate.

6-18. OUTRAS MISSÕES DE APOIO AO COMBATE

a. O batalhão pode contar com o apoio da Aviação do Exército para o cumprimento de missões de guerra eletrônica, lançamento de obstáculos e monitoramento químico, biológico e nuclear.

b. Para o cumprimento dessas missões, a fração de helicópteros sob o controle operacional do batalhão deve contar com aeronaves especialmente equipadas para o desempenho requerido.

ARTIGO V

O APOIO LOGÍSTICO PROPORCIONADO PELA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

6-19. SUPRIMENTO AEROMÓVEL

a. Considerando as dificuldades de se manter a regularidade do fluxo de suprimento em região de selva, o ressuprimento feito pela Aviação do Exército é extremamente valioso. Em algumas circunstâncias, é a única forma de suprir a tropa empenhada no combate, como, por exemplo, no caso das frações estarem no interior da floresta.

b. No planejamento logístico, dispondo-se do apoio da Aviação do Exército, considerar os seguintes fatores, além dos tradicionalmente analisados no estudo de situação:

(1) disponibilidade e capacidade das aeronaves;

(2) exeqüilibilidade ou não do transporte de cargas externas em função de limitações táticas e técnicas;

(3) tempo de desembarque das cargas;

(4) distância entre as zonas de embarque e desembarque das cargas;

(5) preparo antecipado das cargas para o ressuprimento;

(6) planejamentos alternativos de suprimento aeromóvel.

c. Deve ser considerada, no planejamento das missões de suprimento, a alternativa do lançamento de fardos sobre regiões de difícil acesso, tanto pelo processo da queda livre como pelo uso de pára-quedas convencionais ou improvisados. Para o recebimento dos fardos, são usadas, entre outras, as seguintes medidas de coordenação e controle: identificação das aeronaves, balizamentos em terra e sistemas de autenticação.

d. Outras técnicas que podem ser utilizadas, dependendo da situação tática, são:

(1) descida da carga por guincho;

(2) transporte da carga externamente;

(3) descida por rapel;

(4) uso de freio hidráulico.

6-20. EVACUAÇÃO AEROMÉDICA (Ev Aem)

a. Trata-se da evacuação de pessoal ferido por meios aéreos, favorecendo a recuperação mais rápida das baixas e permitindo a manutenção do moral da tropa.

b. Na atividade de evacuação aeromédica devem ser utilizadas aeronaves especialmente designadas para este fim. Tais aeronaves, além de contarem com material médico e pessoal de saúde, devem ter tripulações adestradas em evacuação de feridos.

c. Em situações de conduta, aeronaves que retornam à zona de embarque podem transportar feridos. Para isso, o batalhão deve prever a instalação de refúgios de feridos nas zonas de embarque e desembarque.

CAPÍTULO 7

SUBSTITUIÇÕES E JUNÇÃO

ARTIGO I

SUBSTITUIÇÕES

7-1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. As condições ambientais amazônicas, a descentralização das ações, o ritmo lento das operações e o grande desgaste psicológico podem impor substituições periódicas das unidades.

b. Em região de selva, onde as operações são comunente descentralizadas, torna-se necessário, com freqüência, antes de se executar uma substituição, realizar uma junção entre a força substituta e a força substituída.

7-2. ULTRAPASSAGEM

a. Nas áreas de presença predominante de floresta, onde há dificuldade para a identificação das forças em presença e da linha de contato, a ultrapassagem é feita, prioritariamente, pelas regiões de passagem ao longo dos eixos fluviais e terrestres.

b. Ao selecionar os locais de passagem, o comandante do batalhão que vai ultrapassar considera as aquavias, as estradas, as regiões desmatadas e a própria floresta. Na região amazônica, os rios e os lagos constituem, geralmente, as melhores vias de aproximação da força encarregada da ultrapassagem.

c. O BIS que vai ultrapassar recebe a prioridade de uso das aquavias e estradas para o interior e dentro da área de combate do batalhão que será ultrapassado, especialmente próximo às posições ocupadas por este último.

d. As frações do batalhão encarregado da ultrapassagem, partindo de zonas de reunião à retaguarda, deslocam-se para frente em períodos da reduzida visibilidade. É necessário um cuidadoso cálculo de tempo que permita à unidade cumprir a sua missão sem a ocupação de zonas de reunião avançadas, exceto no caso de deslocamentos aeromóveis.

e. Em algumas circunstâncias, devido às grandes frentes e profundidades em que as operações na selva se realizam, pode ser aconselhável um deslocamento aeromóvel das frações do batalhão encarregado da ultrapassagem até zonas de reunião avançadas próximas às posições das forças a serem ultrapassadas.

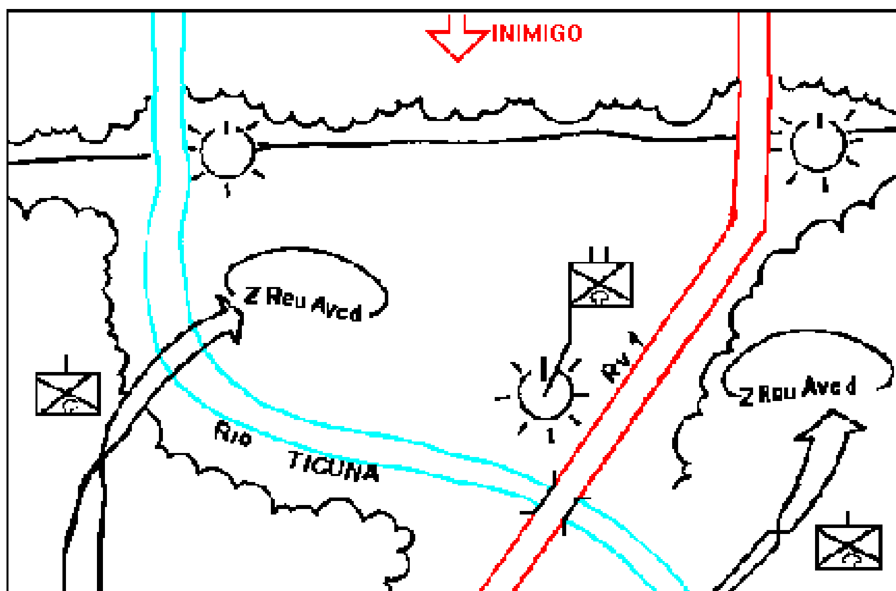


Fig 7-1. Deslocamento aeromóvel das frações de um BIS encarregado de realizar uma ultrapassagem, para zonas de reunião avançadas.

f. Quando houver uma linha de contato bem definida, a hora da passagem de comando é a hora em que o batalhão encarregado de ultrapassar a cruza ou mesmo antes disso. Por outro lado, quando as frações do batalhão em contato estiverem atuando dispersas, obrigando a ultrapassagem em diversos locais, a passagem de comando se concretiza quando as diferentes posições são ultrapassadas.

g. Os comandantes da força que vai ultrapassar e da que será ultrapassada devem combinar previamente a hora e as circunstâncias da assunção da responsabilidade pela área de combate, principalmente quando a ultrapassagem ocorrer de forma descentralizada.

h. Havendo disponibilidade de tempo e sendo o caso aproveitar a ocultação proporcionada pela floresta, as frações do batalhão podem realizar a utrapassagem deslocando-se através da mata.

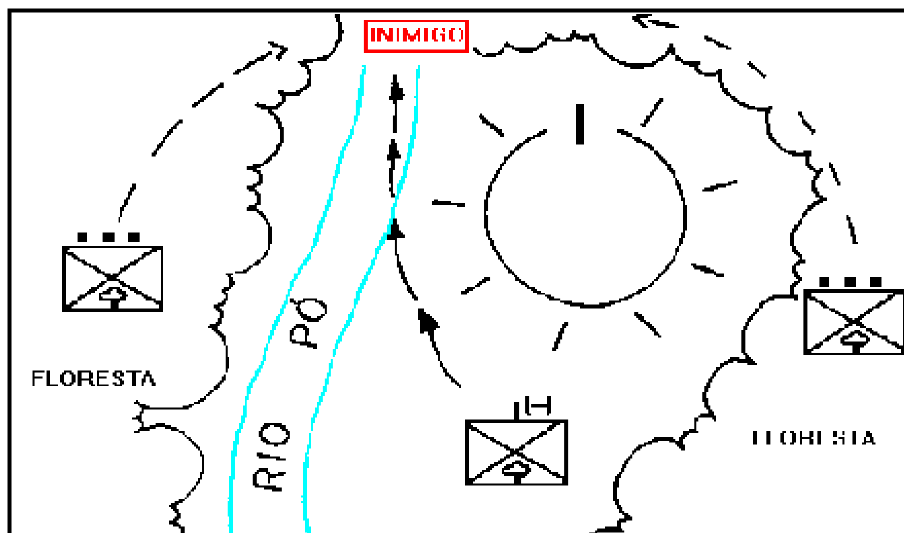


Fig 7-2. A utilização da floresta por frações que realizam a ultrapassagem de uma posição amiga.

7-3. SUBSTITUIÇÃO EM POSIÇÃO

a. O batalhão pode receber da brigada a missão de, com todos os seus meios ou parte deles, substituir outra força, a fim de realizar um ataque ou ainda continuar a defesa de um ponto-forte.

b. Na região de selva, a substituição em posição é, em princípio, precedida por uma operação de junção.

c. Não podendo o batalhão substituto utilizar os eixos para aproximar-se da tropa que substituirá, utilizam-se meios aéreos para conduzir a tropa até as posições que lhe foram designadas.

d. A principal característica da substituição por via aérea é que a força substituta realiza um deslocamento aerotransportado ou aeromóvel até o interior da posição ocupada pela tropa a ser substituída. A substituição é feita, em princípio, a partir do centro para o perímetro do dispositivo, só devendo ser executada quando for restrita a capacidade do inimigo de empregar meios de apoio de fogo e se contar com superioridade aérea local.

e. Se possível, aproveitam-se os meios aéreos empregados na introdução da tropa substituta para a retirada dos elementos substituídos.

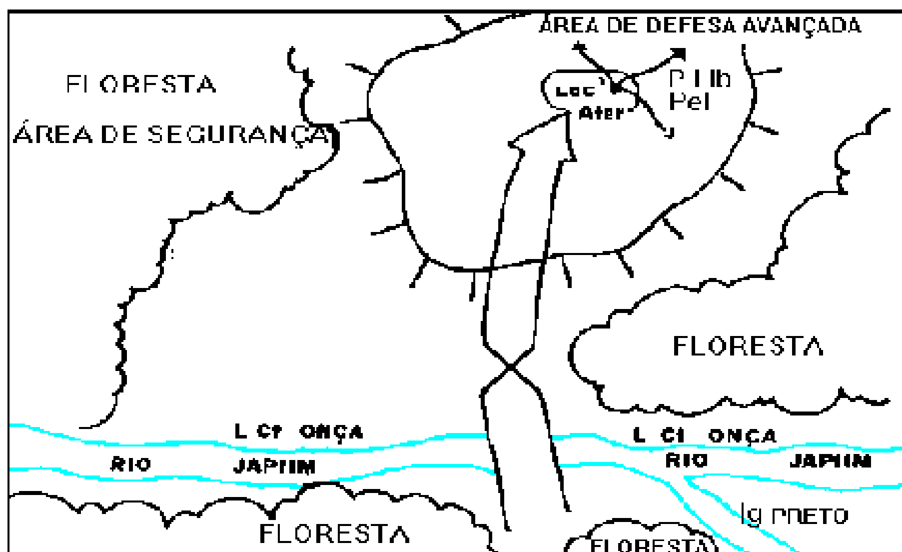


Fig 7-3. Um exemplo de substituição por via aérea.

7-4. SUBSTITUIÇÃO NO ATAQUE

a. Se a intenção do escalão superior for continuar um ataque, optando por uma substituição em posição em vez de uma ultrapassagem, o batalhão substituto, ou parte dele, ocupa uma porção da área de combate da unidade substituída. Em seguida, prepara-se para o ataque simultaneamente com a assunção da responsabilidade pela defesa da área.

b. A substituição para o ataque requer o mesmo planejamento detalhado que a substituição para continuar a defesa.

c. Ao substituir outra unidade que esteja operando descentralizadamente, o batalhão, em princípio, realiza a substituição por frações constituídas: as companhias substituem as subunidades que operam isoladamente, uma a uma, e o comando e a reserva fazem o mesmo ocupando a base de combate do batalhão substituído.

7-5. SUBSTITUIÇÃO NA DEFESA

a. A substituição se processa, em princípio, durante a noite. A exemplo do que ocorre no terreno dito convencional, pode durar uma ou duas noites, cabendo ao comandante do batalhão avaliar a situação e determinar a opção mais adequada. É realizada homem a homem tão logo se haja concluído a operação de junção.

b. Por outro lado, as posições situadas no interior da floresta podem ser substituídas ainda durante o dia, facilitando a coordenação e o controle.

c. A seqüência da substituição mais empregada é da frente para o interior, considerando-se o dispositivo circular adotado no estabelecimento do ponto-forte. Há uma necessidade maior de medidas de coordenação e controle, como, por exemplo, pontos de liberação e pontos de entrada e saída do LAADA.

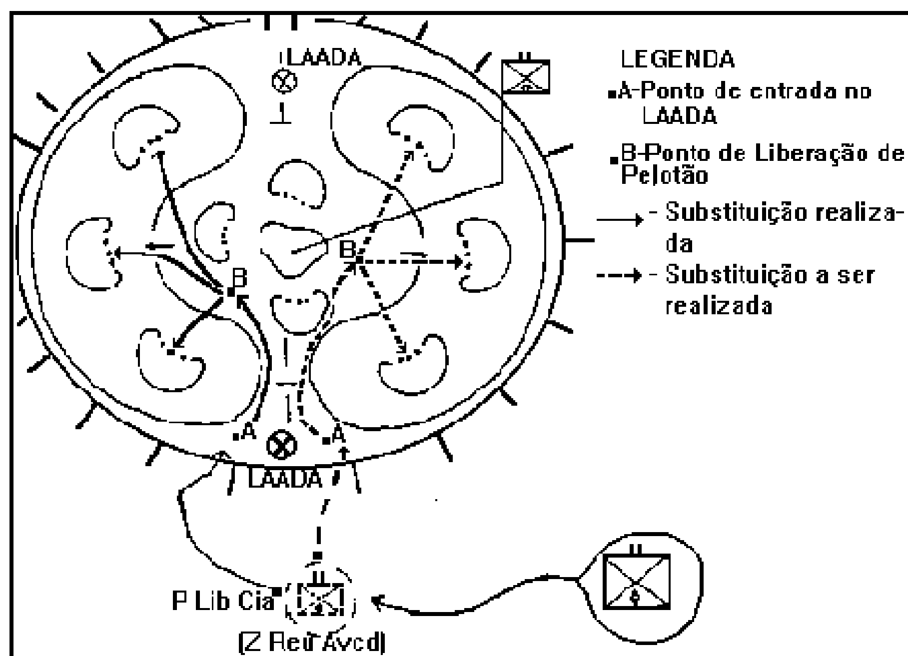


Fig 7-4. Um exemplo de substituição em posição.

7-6. ACOLHIMENTO

a. O batalhão pode receber a missão de acolher uma força amiga que esteja retraindo.

b. Na situação em que os elementos a serem acolhidos retraem pela floresta, estes são recebidos nos pontos de acolhimento e conduzidos por itinerários balizados até as zonas de reunião preestabelecidas.

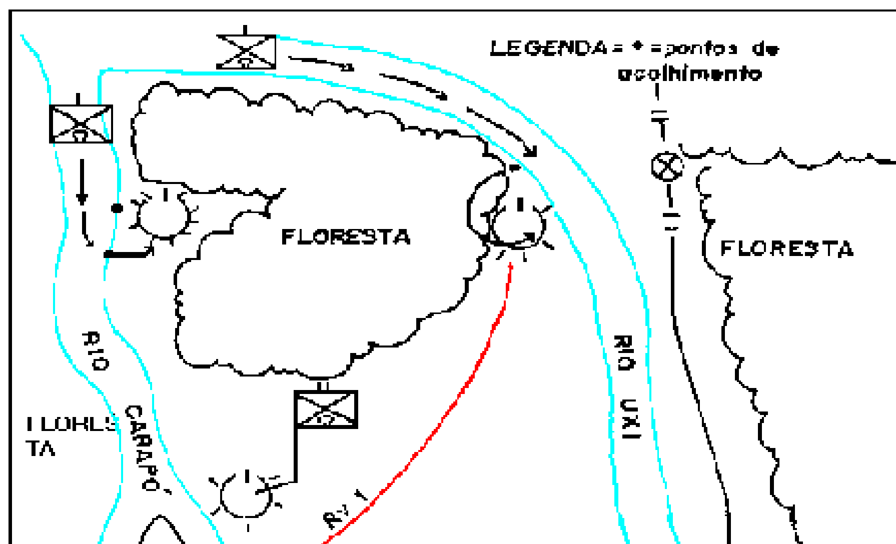


Fig 7-5. O BIS no acolhimento.

c. As zonas de reunião podem ser preestabelecidas no interior ou fora do ponto-forte ocupado pela força acolhedora. Sempre que possível, por medida de segurança , são localizadas dentro da posição defensiva. Porém, dependendo das dimensões do ponto-forte e do efetivo a ser acolhido, a localização das zonas de reunião no interior da posição defensiva pode aumentar demasiadamente a densidade de tropa no local, provocando congestionamento e riscos desnecessários. Neste caso, parte da tropa ocupa zonas de reunião fora do ponto-forte.

d. Quando a força acolhida for reunida fora do ponto-forte, a ela cabe realizar a própria segurança.

e. O acolhimento é executado conforme o plano de acolhimento do escalão superior.

ARTIGO II

JUNÇÃO

7-7. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. A junção ação de duas forças terrestres amigas que buscam o contato físico pode ser realizada no decorrer das operações na selva, como por exemplo:

(1) na substituição de unidades ou subunidades que estejam operando isoladamente e posicionadas em pontos-fortes;

(2) durante as operações aeromóveis;
(3) numa operação ofensiva para reunir as forças de infiltração.

b. Exceto nos casos em que se juntam forças previamente infiltradas, o mais normal, na região de selva, é a realização de uma operação de junção entre uma força estacionária (a que mantém uma posição isolada, por exemplo) e uma força em movimento (a força de junção, que, para se aproximar, pode utilizar meios terrestres, fluviais e aéreos).

c. A junção compreende a realização simultânea de uma ação ofensiva a da força de junção em busca do contato físico com a tropa amiga e uma defensiva a da força estacionária que mantém a posse da região onde vai ocorrer a operação.

d. O BIS, ou parte dele, pode participar de uma operação de junção, quer como força de junção, quer como força estacionária. Como força de junção, necessita, normalmente, do apoio do escalão superior em meios de transporte, particularmente embarcações e helicópteros.

e. Do mesmo modo, quando as frações do BIS se infiltrarem pela floresta para atuar em área sob o controle do inimigo, pode ser necessária uma operação de junção a fim de apoiá-las ou resgatá-las. Neste caso, em que a junção ocorre entre duas forças em movimento, maior preocupação deve haver com o estabelecimento de medidas de coordenação e controle.

f. No caso de junção com uma força que haja estabelecido uma cabeça-de-ponte aeromóvel, o fator "tempo" torna-se crítico. Isso se deve à pouca capacidade da força estacionária de durar na ação e às dificuldades de deslocamento inerentes à região de selva. Assim, sendo o batalhão encarregado de realizar esta junção, precisa receber meios de transporte, a fim de realizar a operação o mais rápido possível.

g. Um plano ou ordem de operações de junção é emitido pelo comando que enquadre a força estacionária e a de junção. Ambas as forças expedem seus próprios planos ou ordens de junção. Além disso, os comandantes de batalhão, o encarregado da junção e o da força estacionária, devem trocar o máximo de informações entre si, diminuindo os riscos inerentes a esse tipo de operação.

h. Para o estabelecimento de linhas e/ou pontos de controle, utilizam-se os acidentes nítidos do terreno, como, por exemplo, cursos de água transversais à direção de progressão, confluência de rios, igarapés e outros. Na ausência destes, são utilizados azimutes e coordenadas geográficas.

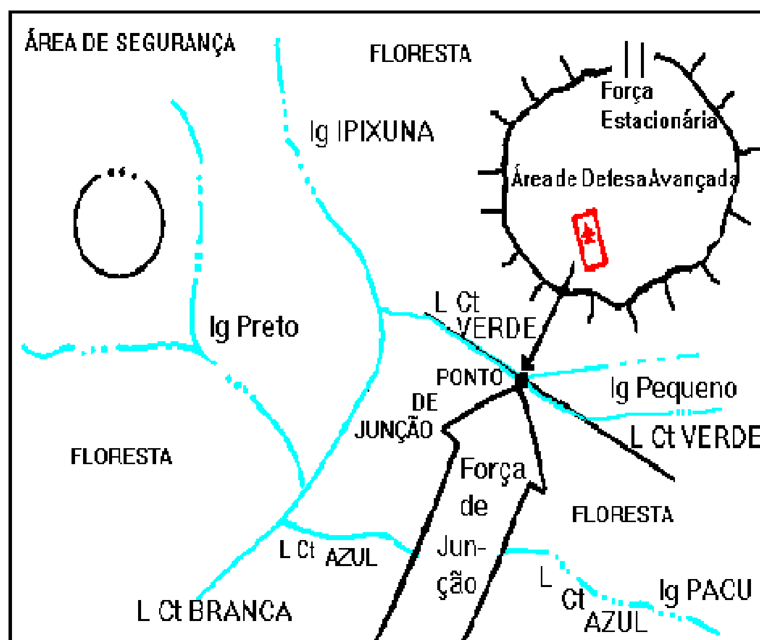


Fig 7-6. Um exemplo de BIS na junção.

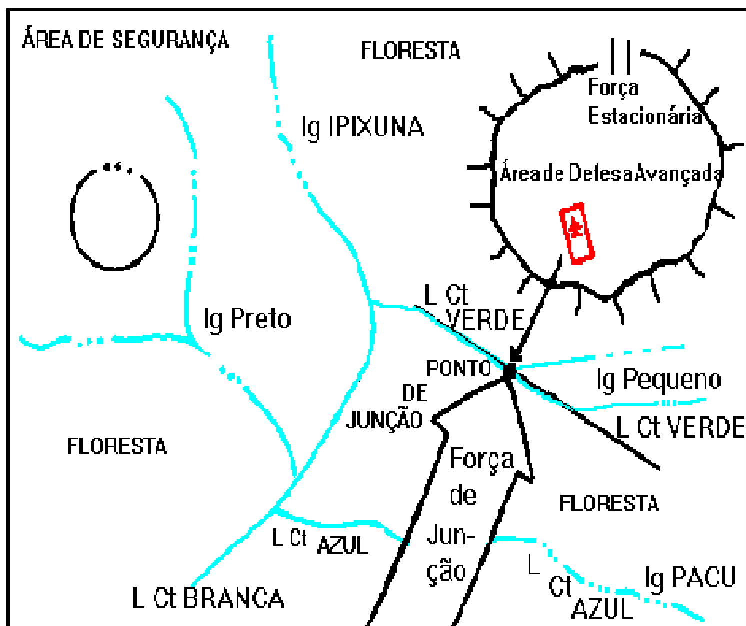


Fig 7-7. Um exemplo de BIS na junção (deslocamento fluvial) com estabelecimento de pontos de controle.

7-8. PLANEJAMENTO

a. O planejamento de uma junção, em região de selva, deve assegurar estreita coordenação de esforços entre as forças que executam a operação. As seguintes considerações são de interesse no planejamento:

(1) relações e responsabilidade de comando;
(2) coordenação do esquema de manobra;
(3) medidas de coordenação do apoio de fogo;
(4) coordenação e troca dos planos de comunicações;
(5) compatibilização dos sistemas de comunicações;
(6) estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo;
(7) ações a serem realizadas após a junção;
(8) apoio logístico.

b. Relações e responsabilidade de comando

(1) As relações e as responsabilidades de comando dos batalhões ou das companhias envolvidas na operação de junção são estabelecidas pelo escalão superior, antes da operação, definindo-se precisamente a responsabilidade de cada um deles.

(2) Após a junção, as duas forças podem permanecer sob o controle do comandante superior que determinou a execução da operação ou do comandante de uma dessas duas forças.

c. Coordenação dos esquemas de manobra

(1) As medidas de coordenação e controle são estabelecidas, com antecedência, pelas forças que participam da junção. Tais medidas compreendem, entre outras:

- pontos de junção;
- linhas de controle ;
- limites;
- eixos de progressão;
- objetivos.

(2) Pontos de junção:

(a) são estabelecidos nas regiões onde deve ocorrer o contato físico entre as duas forças e resultam da decisão do escalão superior após serem ouvidos os comandantes subordinados, sempre que possível. Facilmente identificáveis por ambas as forças e em número suficiente para atender a possíveis modificações na manobra. Localizam-se na interseção entre os itinerários de progressão da força de junção e a linha ocupada pelos elementos de segurança da força estacionária;

(b) os pontos de junção são guarnecidos pela força estacionária e devem ficar a salvo das vistas e fogos do inimigo;

(c) após a ocupação de uma zona de reunião, a força de junção prepara-se para executar a operação, adaptando o seu dispositivo e realizando as ações táticas ofensivas necessárias em direção à força estacionária; tais ações são precedidas por reconhecimentos dos itinerários que conduzam ao ponto de junção;

(d) pontos alternativos de junção são previstos, uma vez que o inimigo pode atuar nos pontos anteriormente designados;

(e) para o acolhimento da força de junção pela força estacionária, esta providencia os guias que, a partir dos pontos de junção, conduzem os elementos de junção.

(3) Linhas e/ou pontos de controle:

(a) facilitam o controle e a localização da força de junção pela força estacionária;

(b) são traçadas(os) considerando-se o alcance dos equipamentos-rádio que fazem parte da rede de junção.

(4) Limites:

Dentro do possível, devem ser nítidos no terreno. Rios e igarapés, normalmente, são os mais indicados, porém, na falta destes, pode-se usar azimutes e distâncias a partir do ponto de junção.

d. Medidas de coordenação do apoio de fogo

(1) São medidas que definem áreas onde os fogos de apoio podem ou não ser realizados sem coordenação.

(2) São estabelecidas pelo comando da operação.

(3) A difusão é feita aos diversos escalões através dos planos de fogos e calco de operações.

e. Coordenação e troca dos planos de comunicações

(1) As forças de junção e estacionária devem ter pleno conhecimento das instruções para a exploração das comunicações.

(2) Os rádios são os meios de comunicações mais empregados numa operação de junção. Além destes, utilizam-se meios visuais (bandeirolas, painéis) para facilitar a identificação das forças.

(3) Se possível, as aeronaves em apoio à operação podem ser empregadas para melhorar o rendimento das comunicações, em particular o dos rádios.

(4) Quando a operação prever a junção da brigada com a unidade, ou da unidade com outra unidade, devem existir, em princípio, apenas três redes-rádio de junção. A rede de junção nº 1 faz as ligações entre as unidades que realizam a junção, sendo que, quando a brigada for uma das forças envolvidas na junção, ela entra na rede para coordenar as operações. As redes de junção nº 2 e 3 devem ser estabelecidas para as ligações entre as subunidades e os pelotões de primeiro escalão diretamente envolvidos na junção.

(5) O plano de junção contém as prescrições para o estabelecimento e funcionamento das redes-rádio.

f. Compatibilização dos sistemas de comunicações

Os sistemas de comunicações de todas as forças envolvidas na operação de junção devem ser compatíveis entre si.

g. Estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo

(1) Por ocasião da troca dos esquemas de manobra e dos planos de comunicações, são estabelecidas medidas de reconhecimento mútuo para todas as forças envolvidas na operação. Tais medidas constam do plano ou ordem de

junção, do anexo de comunicações, do calco de operações e das instruções para a exploração das comunicações do escalão que coordena as operações.

(2) São medidas de reconhecimento mútuo:

- sistema de senha e contra-senha;
- artifícios pirotécnicos;
- autenticação de redes-rádio e de mensagens;
- códigos de mensagens preestabelecidas;
- identificação ar-terra de zonas de pouso, dos locais de aterragem e do limite anterior da área de defesa avançada;
- identificação terra-terra de viaturas, embarcações e de pessoal (diurna e noturna);
- sinalização dos pontos de junção e balizamentos dos itinerários que a eles conduzem.

(3) Estas medidas devem ser planejadas e postas em execução antes do estabelecimento da junção, preservando-se o sigilo da operação.

h. Concluída a operação, são realizadas as ações previamente planejadas para a fase posterior à junção.

i. Apoio logístico

No planejamento logístico da operação, são consideradas as necessidades das forças estacionárias e de junção e a possibilidade de emprego de todos os meios de transporte, especialmente os aéreos. O que se objetiva é o suprimento contínuo das forças e a evacuação das baixas.

CAPÍTULO 8

SEGURANÇA INTEGRADA E ÁREA DE CONFLITO

ARTIGO I

GENERALIDADES

8-1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. Este capítulo aborda, sucintamente, o emprego do BIS na Segurança Integrada, especificando sua participação nas Ações Complementares. Detalha ainda a atuação do batalhão quando da ativação de uma Área de Conflito (AC), em um contexto de Segurança Externa.

b. Em qualquer dos casos é importante que o comandante do batalhão e os quadros da unidade conheçam detalhadamente as normas que regem o emprego da Força Terrestre na garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, orientando da melhor forma o preparo da Unidade para este tipo de atuação.

c. A Amazônia brasileira, apesar do potencial em riquezas naturais, é uma região com sérios problemas sociais, particularmente em áreas no interior, afastadas dos principais centros e que podem vir a afetar a normalidade da vida da população. Tais problemas estão ligados, com maior ou menor intensidade, a fatores como:

(1) baixo nível educacional e pobreza;

(2) condições precárias de preservação da saúde, particularmente da população periférica dos grandes centros e daquela que vive ao longo dos rios e nas cidades e vilas do interior;

(3) sérios problemas fundiários;

(4) atividades ilegais de garimpo, com agressões ao meio ambiente;

(5) questões indígenas, particularmente as que se relacionam à posse e demarcação de terras;

(6) narcotráfico e narcoguerrilha;

(7) deficiência de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas e do escoamento e circulação da produção agrícola do interior;

(8) ausência da ação governamental nos níveis federal e estadual e, muitas vezes, no próprio nível municipal, ocasionando um vácuo de poder que, com freqüência, é preenchido por elementos alienígenas e organizações não-governamentais (ONG) de todos os matizes.

d. Conceitos diversos

(1) Índio ou silvícola: todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana, que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico.

(2) Comunidade indígena ou grupo tribal: conjunto de famílias, algumas vivendo em completo estado de isolamento e outras mantendo contatos permanentes ou intermitentes com a sociedade local sem, contudo, integrar-se a esta.

(3) Problemas fundiários: problemas decorrentes do uso e da posse da terra.

(4) Problemas de narcotráfico: atividades ilegais de produção, tráfico e comercialização de substâncias tóxicas ou entorpecentes.

(5) Contrabando: importação ou exportação, por meios ilícitos, de materiais cujo comércio será feito à margem da lei.

(6) Garimpagem: trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais, dragas ou máquinas simples e portáteis, para a extração de pedras preciosas, semipreciosas e minerais valiosos, em depósitos junto às margens e leitos dos rios e igarapés, ou nas encostas das serras.

(7) Forças adversas: grupos, movimentos sociais, entidades e organizações não governamentais, com cunho ideológico ou não, de amplitude internacional, nacional, regional ou local, que venham a pôr em risco a soberania e a integridade do Patrimônio Nacional. Ademais, atuando na Amazônia Brasileira e/ou no exterior, podem causar reflexos negativos para a Segurança Nacional, explorando os antagonismo entre grupos sociais e as deficiências estruturais da região.

(8) Área problema: região razoavelmente delimitada onde as forças adversas atuam causando a desarmonia social, descumprindo as leis, ameaçando a incolumidade das pessoas e o patrimônio público e privado. Nela, são comuns as ocupações ilegais de propriedades públicas e privadas, as invasões de terra, as pendências entre índios e os demais habitantes, o bloqueio de estradas, o terrorismo e o narcotráfico. A combinação de duas ou mais ações pode causar a desestabilização do Poder Estadual, que é o responsável pelas medidas necessárias à manutenção da Paz Social.

(9) Ponto sensível: qualquer ponto cuja destruição ou neutralização pode afetar negativamente e de modo significativo as operações militares, o moral da população civil ou o esforço de guerra da nação. Alguns exemplos:

- termoelétrica;
- estação de tratamento de água;
- instalações governamentais;
- aeroportos;
- portos.

(10) Ponto crítico: ponto no terreno cujas características ou estado oferecem ou podem oferecer dificuldades de vulto ao movimento em um itinerário ou à circulação em uma área. Por exemplo:

- nós rodoviários;
- entrada e saída de trilhas e varadouros;
- pontos de travessia dos cursos de água;
- “furos” dos lagos;
- confluência e estreitamento de cursos de água navegáveis;
- campo de pouso;
- atracadouros.

ARTIGO II

SEGURANÇA INTEGRADA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8-2. ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA

a. Cada batalhão, no contexto do Plano de Segurança Integrada, recebe um Setor de Segurança Integrada (SESI), podendo eventualmente ser o responsável por uma Sub-Área de Segurança Integrada (SASI).

b. Considerando a vastidão das áreas que normalmente integram o SESI do batalhão e a dificuldade das companhias para manter o controle em parte deste, o BIS deve evitar atribuir responsabilidades às suas subunidades, não repartindo a área entre elas.

8-3. EMPREGO NO SESI

a. O BIS deve antecipar-se à eclosão de qualquer problema em sua área de responsabilidade.

b. Atividade básicas no acompanhamento da situação no SESI

(1) Estabelecer um eficiente sistema de informações locais e manter ativo o canal de inteligência, particularmente com a brigada que o enquadra, com as OM responsáveis por setores vizinhos e organizações policiais (federais e militares). Para esta atividade é de grande utilidade o concurso das Delegacias do Serviço Militar e dos Tiros-de-Guerra espalhados pelo interior.

(2) Desenvolver atividades que cativem e conquistem a população, particularmente suas lideranças.

c. Após um levantamento e reconhecimento completo do setor, o batalhão confecciona planos de emprego para situações específicas, atribuindo missões às suas subunidades e mesmo a outras OM que, por estarem em sua área de responsabilidade, possam estar sob seu controle operacional para fins de segurança integrada. São exemplos destes planos:

- Plano de Ocupação de Pontos Sensíveis;
- Plano de Prisão de Pessoas;
- Plano de Isolamento da Fronteira.

d. A atuação em tempo de paz é restrita, praticamente, à atividade de inteligência. O acompanhamento cerrado da situação no SESI é o fator fundamental de êxito. Isto permite ao comandante do batalhão antecipar-se aos problemas e adotar medidas preventivas para evitar o agravamento dos fatos e o uso de medidas repressivas.

e. Na ocorrência de grave comprometimento da ordem pública e determinação de intervenção federal ingerência consentida ou por incapacidade do organismo de segurança pública o BIS atua no cumprimento específico da missão atribuída pela brigada, colocando em vigor o plano de emprego adequado, devidamente adaptado à situação do momento.

f. É conveniente lembrar que, em razão da maior aptidão da Unidade de Infantaria de Selva para atuar neste ambiente operacional, o comando da brigada pode empregar um BIS em SESI de outra Unidade, como, por exemplo, nos setores das unidades de Engenharia de Construção. Para facilitar o emprego nesta situação é conveniente que o comandante do BIS receba os planejamentos operacionais dos SESI vizinhos onde a unidade venha a ser empregada, e, se possível, tenha cópias dos respectivos planos.

g. Quando a dimensão do conflito for de tal monta que exija a atitude operativa, são empregados os conceitos doutrinários de operações contra forças irregulares, com o BIS integrando ou constituindo uma força de pacificação.

8-4. AÇÕES COMPLEMENTARES

Desde que autorizado pelo Comando Militar da Amazônia, o batalhão coopera com os órgãos públicos, em circunstâncias especiais, realizando ações complementares, tais como:

- apoio à Defesa Civil em situações de catástrofes e calamidade púbica;

- participação em campanhas de vacinação;

- participação em projetos governamentais de auxílio à população, cadastrando e distribuindo algum benefício;

- apoio à Justiça Eleitoral em época de eleições;

- cooperação para o bom funcionamento de serviços essenciais à população.

ARTIGO III

ÁREA DE CONFLITO

8-5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a. Área de conflito (AC), além de ser uma medida de responsabilidade territorial, define também uma estrutura de Comando.

b. O BIS pode constituir-se em um Comando de Área de Conflito (CAC), ou integrar, como peça de manobra, um CAC de valor superior.

c. É importante ressaltar a diferença entre esta medida AC e a situação de conflito em uma área no contexto da segurança integrada. A AC só pode ser ativada no arco fronteiriço e em problemas que, de alguma forma, envolvam segurança externa. A segunda situação é possível de ocorrência em qualquer ponto do território nacional. Enquanto a normalização de um conflito em segurança integrada passa progressivamente pela aplicação de medidas preventivas, repressivas e até operativas, a ativação de uma AC pressupõe o emprego direto e prioritário de medidas operativas, ainda que paralelamente sejam desenvolvidas ações preventivas e repressivas.

d. Para fins de definição de procedimentos operacionais, considera-se, neste artigo, apenas a situação em que um BIS é designado como CAC.

8-6. ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÕES

a. O documento legal que autorizar a ativação da AC deve definir a área geográfica abrangida. Isto se faz, na maioria das vezes, aproveitando-se divisões administrativas de municípios.

b. A organização operacional da área inclui:
- a delimitação de uma zona de operações (Z Op);
- a instalação de base de combate (de batalhão e, se for o caso, de companhia).

c. O comandante do batalhão, após o seu estudo de situação, propõe ao escalão que o designou como CAC normalmente o próprio Comando Militar da Amazônia a quem fica diretamente subordinado, a delimitação da zona de operações. Esta zona pode abranger toda a AC ou somente parte dela. A IP 72-1 - Operações na Selva tece considerações sobre a inexistência de zona de apoio (Z Ap) no ambiente operacional amazônico.

d. Para delimitação da zona de operações, além dos fatores normais de escolha de uma área para operações, deve ser considerado que o espaço abrangido, embora deva permitir a manobra da força, precisa ser o menor possível, a fim de não submeter desnecessariamente a população a medidas mais rígidas de controle.

e. Considerando as grandes dimensões dos espaços amazônicos e o condicionamento dos movimentos e ligações imposto pela malha fluvial, é normal o batalhão operar descentralizadamente, dividindo a zona de operações em setores de companhia.

f. Para a escolha do(s) local(is) para a(s) base(s) de combate, consideram-se os mesmos fatores utilizados para escolha de base de combate nas operações na selva.

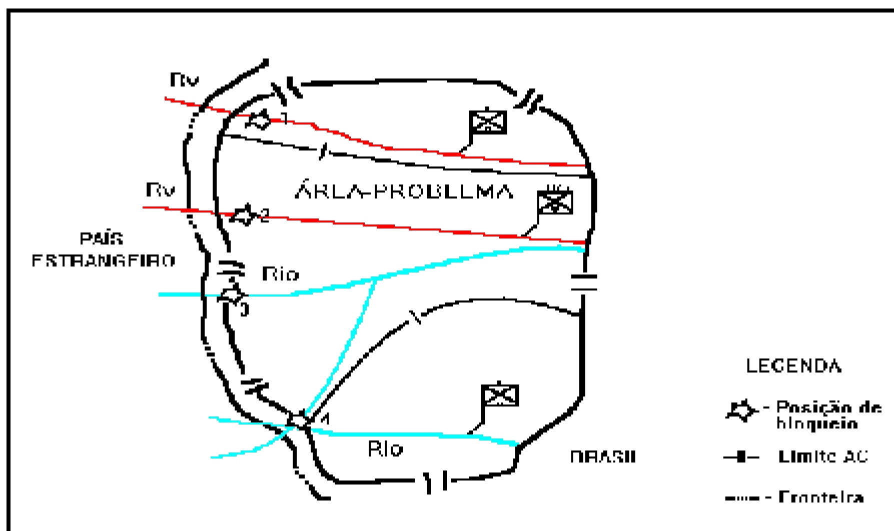


Fig 8-1. Esquematização de Z Op abrangendo toda a AC de valor batalhão, com forte isolamento na fronteira para se evitar o alastramento do conflito para o país vizinho.

8-7. O OPONENTE

a. É importante que os comandantes, em todos os níveis, esclareçam a tropa sobre a diferença entre “forças adversas” e “inimigo”. Esta diferenciação é básica para orientar a tropa sobre os procedimentos, técnicas e equipamentos a serem utilizados para enfrentar uns e outros: o inimigo deve ser eliminado, ao passo que, contra as forças adversas, emprega-se, inicialmente, em larga escala, a dissuasão. Não se deve esquecer, por um só momento, que os oponentes, na maioria das vezes, são também brasileiros, quase sempre tentando resolver problemas, baseados em uma causa que lhes parece justa, só que utilizando instrumentos que a Nação Brasileira não reconhece como legítimos. Normalmente, os anseios dessa parcela da população são explorados por lideranças espúrias, com interesses e objetivos divergentes da massa que manobram, instigando-a à violência e à quebra das normas de convivência pacífica.

b. Entre os oponentes podem ser encontrados nacionais e estrangeiros. Devem ser adotados procedimentos diferentes para com uns e com outros.

c. Há que se considerar, ainda, que dificilmente uma massa popular se organiza para adotar alguma atitude, ou procedimento, se não pela ação de lideranças que a conduzam. Assim, estas devem ser o principal objeto de preocupações do CAC. Deve-se procurar identificá-las em qualquer camada social e anular suas ações.

d. Deve-se considerar também que, sendo a AC uma medida ativada por problemas que ponham em risco a segurança externa, é possível que estes estejam ligados à atuação de grupos estrangeiros armados que, por algum motivo, venham a violar a fronteira brasileira. Estes grupos, não integrantes de uma força armada regular, podem entrar no BRASIL, tanto para homiziar-se de ações repressivas das forças de segurança de um país vizinho, quanto por iniciativa própria para ações contra pessoas e/ou instalações brasileiras.

8-8. ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

a. Analisando os efetivos da força adversa, as lideranças, o armamento e equipamentos, os apoios, a capacidade de mobilizar a população e a extensão da área, o comandante do BIS determina o valor da tropa a empregar em cada tipo de ação.

b. O BIS, para este tipo de operação, deve estar organizado, basicamente, em:

- força de isolamento da área (cerco tático);
- força de choque (execução das ações);
- reserva.

c. Caso julgue insuficiente seu próprio efetivo, o comandante do batalhão solicita ao escalão superior as frações e meios de combate, apoio ao combate e apoio logístico que sejam necessários.

d. O escalão superior, sempre que possível, pode alocar fração da Aviação do Exército para o CAC, normalmente sob a forma de controle operacional. Os helicópteros, particularmente na Amazônia, permitem grande flexibilidade e proporcionam excelentes condições para demonstrações de força.

e. Outro importante apoio, imprescindível para o batalhão, é o reforço de elementos de comunicação social (relações públicas e operações psicológicas) e de assessoria jurídica propiciado pelo escalão superior.

f. Não necessariamente subordinados, ou integrando o BIS, elementos da companhia de inteligência do Comando Militar de Área cooperam com o batalhão intensificando a busca de conhecimentos e a proteção das operações, trabalhando diretamente em prol da unidade, permitindo ao comandante da tropa antecipar-se a qualquer movimento de seus oponentes. Este trabalho é em muito facilitado com o levantamento antecipado dos EEI pelo estado-maior do batalhão.

g. É fundamental para o sucesso das ações que o comandante do batalhão disponha de um potente sistema de som, capaz de ser montado sobre viatura, embarcação e até mesmo, moduladamente, em um helicóptero. Este equipamento permite-lhe fazer-se ouvir perante uma turba e, ainda, promover eventos recreativos para a população.

8-9. ATIVIDADES DE COMANDO, PLANEJAMENTO E PREPARO

a. A legislação que ativa uma AC coloca todo este espaço geográfico sob administração militar, nas condições ali especificadas. Assim, o comandante do batalhão, antes do início das operações, deve reunir representantes do(s) governo(s) municipal(is), órgãos públicos, destacamentos policiais e das outras Forças Singulares porventura existentes na área, como também elementos diversos que possam ter influência no desenvolvimento das ações, e dizer de maneira polida, mas com firmeza ,o que ele espera de cada um e as normas de conduta até o final das operações.

b. Caso as operações tenham sido motivadas pela atuação de grupos armados estrangeiros além fronteira, o comandante do BIS, com o consentimento do escalão superior, deve buscar o contato, coordenar suas ações e valer-se do apoio que for possível das forças de segurança do país vizinho. De qualquer forma, ainda que o motivo tenha sido a atuação única de grupos nacionais, deve-se mantê-las informadas, até para que permaneçam alertas e intensifiquem a vigilância na fronteira, colaborando para evitar a fuga de elementos envolvidos no conflito.

c. Particular atenção deve ser dispensada ao trato com a imprensa local (se porventura existir), nacional e até internacional. Cresce de importância a presença dos elementos de comunicação social fornecidos pelo escalão superior. Uma consideração importante neste relacionamento comandante-imprensa, é a de não deixá-la desinformada, pois, sem conteúdo para matéria, ela fará suas próprias deduções e interpretações. Preferencialmente as comunicações devem ser feitas por escrito através de boletins oficiais. Deve-se definir locais e pessoas a que eles possam ter acesso e controlar rigidamente estas normas. É preciso que o comandante entenda que, para o jornalista, todas as medidas são lícitas para conseguir o “furo de reportagem”.

d. Este tipo de operação comporta, normalmente, três etapas distintas: infiltração e ocupação de pontos críticos, execução das ações e retorno aos quartéis.

e. O planejamento das operações inclui todas ou algumas das seguintes ações:

(1) isolamento de área;
(2) levantamento de informações;
(3) controle da população;
(4) identificação e isolamento de lideranças;
(5) ocupação de pontos sensíveis;

(6) controle de distúrbios;
(7) atendimento a necessidades básicas da população (Ação Cívico Social);
(8) programação de eventos cívicos/culturais/desportivos;
(9) demonstrações de força;
(10) combate contra forças irregulares.

f. As ações citadas anteriormente aliam conceitos do combate em selva com os de operações contra forças irregulares.

g. A preparação específica da tropa deve incluir, além da tática e técnica para execução das ações citadas anteriormente, uma preparação psicológica na qual deve ser enfatizado:
(1) a diferença entre inimigo e adversário;
(2) o caráter geral da operação que pode abranger tanto a eliminação de forças irregulares estrangeiras, como promover um rápido retorno à normalidade da vida de irmãos brasileiros em território nacional;
(3) a atitude da tropa, que deve impressionar pela disposição e determinação para o cumprimento da missão, correção, educação e respeito. Devem ser evitadas respostas a provocações, ações que possam levar a confrontos irreversíveis, ou, ainda, atos de promiscuidade com a população.

h. A ordem de operações do batalhão, além das disposições normais, geralmente comporta anexos de inteligência, de comunicação social e até mesmo de operações psicológicas.

i. Neste tipo de operação, uma das mais severas servidões é decidir quando empregar munição real contra turbas, se isto mostrar-se necessário. A tropa deve receber ordens muito claras, com procedimentos detalhados para cada situação possível de ser enfrentada, de modo que os comandantes de fração e a tropa não tenham nenhuma dúvida.

8-10. INFILTRAÇÃO E OCUPAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS

a. Esta etapa da operação deve ser executada buscando-se obter o máximo de surpresa.

b. De acordo com os meios alocados , pode ser executada por via fluvial e/ou aérea.

c. As características de utilização dos meios de transporte impõem o melhor horário do dia para execução da infiltração. A utilização de meios fluviais permite a realização da infiltração noturna, enquanto os meios aéreos, normalmente, condicionam a uma infiltração diurna.

d. Pequenos deslocamentos pela selva podem finalizar a infiltração. Neste caso, eles devem ser executados à luz do dia.

e. A ocupação de todos os pontos críticos que assegurem o isolamento e controle da área deve concluir esta etapa da operação.

8-11. TÉCNICAS DE ATUAÇÃO

a. Quando a ameaça estiver concretizada pela presença e atuação de grupos armados estrangeiros, a tática e técnicas a serem empregadas são exatamente as preconizadas para o combate em selva contra forças irregulares e já constantes dos manuais de campanha. O BIS desenvolve operações de combate tendo como objetivo a eliminação rápida e sumária dos oponentes.

b. Quando o problema se der em decorrência da atuação de grupos, ou organizações nacionais, ainda que infiltradas ou orientadas por elementos e/ou instituições vinculadas a organismos internacionais, as ações, inicialmente com cunho dissuasivo, devem objetivar basicamente a:

- exortação à volta à normalidade;
- identificação e anulação das lideranças;
- auxílio às necessidades básicas da população.

c. A tropa, desde as ações iniciais, deve estar com seus uniformes e equipamentos de combate, utilizando camuflagem individual, deslocando-se de preferência em acelerado, entoando canções militares e repetindo gritos de guerra. Este procedimento tem um efeito psicológico muito significativo sobre os oponentes.

d. Nos contatos com a população, todos devem ser educados, amistosos, mas sem promiscuidade, e respeitosos com os costumes locais. As medidas de controle da população são sempre antipáticas e, por isto, devem ser aplicadas progressivamente. Assim, por exemplo, em um ponto de controle, inicialmente não devem ser revistadas fisicamente mulheres e crianças, e, sempre que isto for necessário, utilizar policiais e/ou agentes femininos.

e. Enquanto for possível, deve ser feito um chamamento ao patriotismo e à solução dos problemas através de conversações. O comandante do batalhão deve promover e mediar encontros entre as lideranças e os representantes de órgãos governamentais com ingerência sobre a área onde recaem as reivindicações. Procedimento de suma importância: o comandante do BIS não deve prometer nem deixar que os representantes do governo prometam nada que não possa ser cumprido.

f. De posse das informações sobre as lideranças e suas atividades, o comandante do BIS deve montar uma inteligente programação de eventos cívicos, culturais e recreativos com o objetivo de enfraquecer a ação dos líderes sobre a massa e esvaziar as atividades por eles programadas. São exemplos destes eventos:

- formaturas com desfile da tropa em datas significativas para a comunidade;
- retretas da banda de música militar;
- shows com grupos musicais locais e até mesmo trazidos das capitais;
- bailes de confraternização;
- jogos esportivos.

g. Para todos os eventos devem ser convidados e colocados em posição de destaque os líderes populares, ainda que atuem de maneira radical contra a presença da Força.

h. Este enfraquecimento das lideranças deve ser feito de maneira inteligente visando colocá-las em posição desconfortável perante a massa. Assim, o comandante do batalhão deve agradecer em público pela presença dos líderes, frisando que com isto é possível ver que "afinal não existem tantas diferenças"; caso estes discordem do comandante do batalhão, durante o evento, deve-se dizer em público que "o Sr(a) foi convidado(a), mas não entendeu que, em que pese a divergência de opiniões, a convivência pacífica e respeitosa é possível !". Um cuidado especial há que se ter para não se colocar o líder em situação vexatória, pois isto pode gerar um sentimento de solidariedade na massa, reforçar a liderança daquele e enfraquecer a boa imagem do Exército.

i. Em todos os eventos e mesmo em operações de controle da população, ou de controle de distúrbios, deve estar presente um fotógrafo militar fardado, fazendo tomadas em que apareçam claramente os líderes e principais ativistas, seja em visão panorâmica, seja em "close". A simples presença do fotógrafo realizando estas fotos, muitas vezes, inibe a atuação dos oponentes.

j. A tropa também deve ter condutas ensaiadas para situações em que, à frente da massa, sejam colocadas mulheres e crianças visando inibir a ação da Força. Esta é uma técnica largamente explorada pela forças adversas.

l. Para evitar surpresas, a tropa deve procurar rapidamente inteirar-se de todos os detalhes do terreno, familiarizando-se com velhas trilhas, varadouros, locais de atracação de embarcações, pistas de pouso abandonadas etc.

m. A reserva do batalhão, no caso do emprego descentralizado das companhias, pode estar fracionada desde o início da infiltração, a exemplo das operações de combate contra forças regulares. Em todo caso, os helicópteros e uma parte da reserva devem permanecer nas mãos do comandante do BIS.

n. O fluxo de apoio logístico é o normal, mas o comandante do batalhão deve ser provido de suprimento de fundos suficientes para fazer face a despesas no comércio local.

o. Outro cuidado importante é o respeito a limites, acordos e convenções internacionais. Estes não devem ser violados, ainda que, se assim ocorresse, viesse a tropa a concretizar uma ação decisiva contra os oponentes, como, por exemplo, a prisão de um líder do movimento homiziado em território de país vizinho.

p. Todas as ações devem estar respaldadas nas leis e normas legais, daí a necessidade da presença dos elementos de assessoria jurídica do Exército e, principalmente, de um representante do Poder Judiciário com autoridade para emitir os documentos legais que validem os procedimentos. Tanto quanto possível, o comandante do BIS deve executar as ações apoiadas pela Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Receita Federal, atuando em suas respectivas áreas de competência.

8-12. RETORNO AOS QUARTÉIS

a. O BIS sai da AC, num movimento administrativo, normalmente diurno, por término de missão, ou por substituição como CAC.

b. Quando por término de missão, o comandante do batalhão deve realizar uma programação que inclua formatura, jogos e festividades, com a maior pompa possível, deixando plantada uma semente de ótimo relacionamento entre a comunidade e o Exército.

CAPÍTULO 9

O BIS SEDIADO EM ÁREA DE FRONTEIRA

ARTIGO I

GENERALIDADES

9-1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. O batalhão de infantaria de selva sediado em área de fronteira pode receber, além das missões de combate inerentes ao BIS, a missão de vigilância das fronteiras. Cumpre, também, com os pelotões especiais de fronteira (PEF), missões complementares ligadas à produção de alimentos e à prestação de serviços.

b. O BIS, nesta situação, possui as mesmas características e possibilidades dos batalhões de infantaria de selva, acrescidas da capacidade de, desde os tempos de paz, realizar a vigilância e a vivificação das fronteiras, constituir a presença armada brasileira em regiões fronteiriças, agir como fator de dissuasão para os elementos externos e como agente de operações psicológicas no seio da população que gravita em torno dos pelotões especiais de fronteira.

c. Ao empregar os seus pelotões especiais de fronteira (PEF) em operações, pode apenas executar, com limitações, ações ofensivas e defensivas de pequena monta nas áreas a estes atribuídas.

d. Por sua localização, é muito mais afetado pelas dificuldades do apoio logístico, principalmente no que se refere aos pelotões especiais de fronteira.

ARTIGO II

ESTRUTURAÇÃO

9-2. ORGANIZAÇÃO

a. O BIS sediado em área de fronteira é constituído por um comando, um estado-maior, uma companhia de comando e apoio, um número variável de companhias de fuzileiros de selva e uma base de administração e apoio.

b. A organização detalhada deste BIS e a sua respectiva dotação de material constam do Quadro de Organização e Quadro de Dotação de Material aprovados pelo Estado-Maior do Exército.

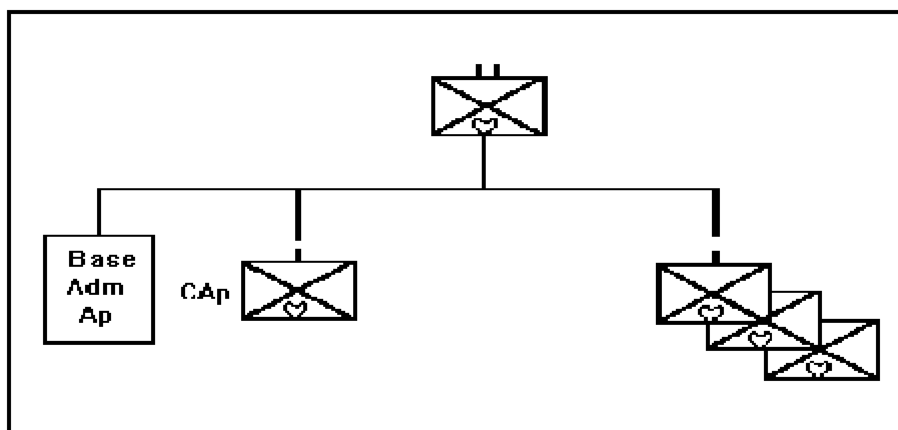


Fig 9-1. Organograma do BIS sediado em área de fronteira.

9-3. A BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO

a. A sua organização baseia-se em módulos para a prestação do apoio administrativo e logístico à unidade. São eles:

(1) módulo de Comando;
(2) módulo de Divisão de Pessoal;
(3) módulo de Divisão Administrativa;
(4) módulo de Divisão de Suprimentos;
(5) módulo de Divisão de Saúde;
(6) módulo de Divisão de Manutenção e Transporte;
(7) módulo de Divisão de Elementos de Fronteira.

b. Quando o batalhão logístico da brigada sentir dificuldades para prestar o apoio logístico contínuo ao BIS, este pode receber ainda uma sub-base logística. Na prática, trata-se, desde os tempos de paz, da abertura de uma sub-área de apoio logístico para que a unidade seja devidamente apoiada.

c. O módulo de Divisão de Elementos de Fronteira, em operações, constitui uma companhia especial de fronteira, a fim de poder cumprir a missão de executar, com limitação, por meios de seus pelotões, ações ofensivas e defensivas na área de combate que lhe for atribuída. Em tempos de paz, cabe-lhe o encargo de apoio aos pelotões especiais de fronteira (PEF).

d. Ao módulo de Comando, como o próprio nome diz, cabe o comando da base de administração e apoio.

e. Ao módulo da Divisão de Pessoal cabe os encargos de Ajudância Geral (Secretaria), Pagamento de Pessoal, Relações Públicas e Serviço de Embarque.

f. Ao módulo da Divisão Administrativa cabe os encargos de Administração do Patrimônio, Fiscalização de Produtos Controlados, Pagamentos e Próprios Nacionais Residenciais.

g. Ao módulo da Divisão de Suprimentos cabe os encargos de Almoxarifado e Aprovisionamento.

h. Ao módulo da Divisão de Saúde cabe os encargos da Formação Sanitária e do Fundo de Saúde do Exército.

i. Ao módulo da Divisão de Manutenção e Transporte cabe os encargos de Suprimento, Manutenção, Transporte e Transporte Fluvial.

9-4. A COMPANHIA DE COMANDO E APOIO

a. A companhia de comando e apoio é constituída por um comando, uma seção de comando, uma seção de comando do batalhão, um pelotão de reconhecimento, um pelotão de comunicações e um pelotão de saúde.

b. Esta subunidade, reforçada por elementos da base de administração e apoio, apóia a unidade para que esta cumpra as missões que lhe forem atribuídas.

c. Presta, com a seção de comando (do batalhão), o apoio necessário ao funcionamento do estado-maior, bem como realiza as tarefas inerentes aos sapadores e à proteção antiaérea.

d. Com o pelotão de reconhecimento, realiza reconhecimentos em proveito do batalhão, inclusive de zonas de embarque / desembarque de helicópteros; na ausência de guias aeromóveis, pode ainda operar tais zonas, cooperando na reorganização da tropa e realizando a segurança.

e. Com o pelotão de comunicações, estabelece e mantém as ligações do comando do batalhão com a brigada e com os comandos de subunidades. Em tempos de paz, como os pelotões especiais de fronteira estão agrupados no módulo de Divisão de Elementos de Fronteira, não dispondo de fração específica de comunicações, cabe-lhe também ligar o comando da unidade com os PEF. Em operações, até que se constitua a companhia especial de fronteira e esta seja dotada de pessoal e material de comunicações, também tem o encargo de estabelecer e manter as ligações com os PEF.

f. Com o pelotão de saúde, cabe-lhe apoiar a unidade na triagem e evacuação de feridos, bem como aplicar medidas de medicina preventiva e realizar a assistência médica de urgência.

ARTIGO III

O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA

9-5. MISSÃO

a. A missão do PEF é a vigilância da fronteira, cooperando ainda com a vivificação da área. Assim, as suas tarefas não se limitam à atividade militar, estendendo-se também às atividades complementares. Estas últimas ligam-se basicamente à produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento.

b. Constituição do pelotão especial de fronteira (PEF):
- comando;
- estado-maior;
- grupo de comando;
- grupo de serviços:
  - turma de administração;
  - turma de suprimento e aprovisionamento;
  - turma de saúde;
  - turma de manutenção;
  - turma de serviços gerais.
- grupo de combate;
- grupo de navegação fluvial;
- grupo de apoio.

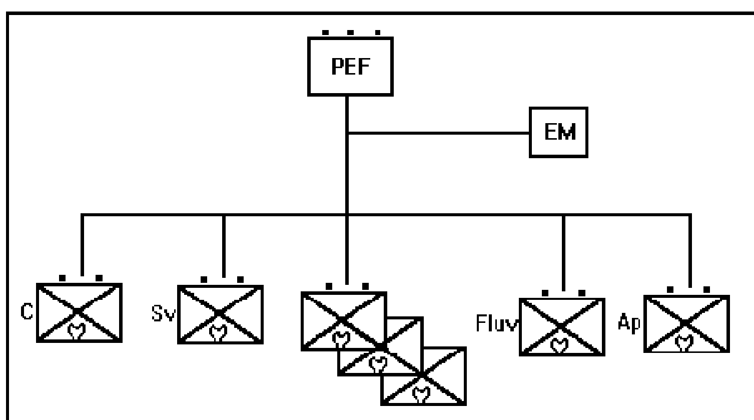


Fig 9-2 Organograma do pelotão especial de fronteira (PEF).

c. As missões de combate do pelotão são:
(1) vigiar pontos ou frentes limitadas;
(2) reconhecer áreas, frentes e eixos fluviais e terrestres, em sua área de atuação.

d. Os elementos de fronteira também executam, com limitações, ações ofensivas e defensivas de pouca envergadura e curta duração.

e. As missões complementares do pelotão são:
(1) As relacionadas com a produção:
- exploração de recursos locais através da caça e pesca, em caráter emergencial;
- criação de animais, particularmente os de menor porte;
- implantação de horta comunitária;
- reflorestamento com árvores frutíferas;
- exploração de armazém reembolsável, mediante ordem.

(2) As relacionadas com a prestação de serviços: realização, com a sua infra-estrutura de apoio, de trabalhos de serraria, carpintaria, olaria, eletricista, bombeiro, manutenção do patrimônio sob a sua responsabilidade etc.

f. Além disso, o pelotão desenvolve atividades específicas de fronteira:
(1) apoio a órgãos públicos na faixa de fronteira;
(2) assistência de saúde às populações nativas;
(3) atuação nas reservas indígenas, nos limites da lei;
(4) atuação em face de aeronaves, veículos e embarcações estrangeiras;
(5) atuação em face de organizações militares e autoridades civis estrangeiras;
(6) cooperação com o Comando do BIS na solução de pendências localizadas, antecipando-se ao surgimento de conflitos em sua área de responsabilidade.

ARTIGO IV

APOIO A ÓRGÃOS PÚBLICOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

9-6. DESCRIÇÃO DO APOIO

a. Com as companhias de fuzileiros de selva e com os pelotões especiais de fronteira (PEF), em tempos de paz, o BIS pode cooperar, mediante ordem, com os órgãos públicos federais e estaduais responsáveis por questões ligadas a:
(1) indígenas;
(2) problemas fundiários;
(3) narcotráfico;
(4) contrabando;
(5) exploração ilegal e predatória de recursos naturais;
(6) saúde;
(7) atividades educacionais.

b. As ações que podem ser executadas pelos elementos de fronteira:

(1) ação de presença na faixa de fronteira sob a sua responsabilidade, buscando a integração com os núcleos populacionais e o desenvolvimento da função cívica de seus integrantes;

(2) acompanhamento da situação e apoio às ações desenvolvidas pelos órgãos públicos federais e estaduais para solucionar conflitos locais;

(3) atuação permanente na área de inteligência, através da busca e coleta de informes;

(4) atuação eventual em missões repressivas, mediante ordem;

(5) integração e ampliação das ligações com os órgãos públicos visando à troca de informações sobre os problemas existentes na faixa de fronteira.

c. As ações repressivas, executadas somente mediante ordem, podem ser:

(1) instalação e operação de postos de controle de trânsito, postos de vigilância e postos de acesso a vias internacionais;

(2) realização de patrulhamento com a participação de representantes dos órgãos públicos empenhados no combate ao narcotráfico, ao contrabando, à invasão de reservas indígenas e à exploração ilegal e predatória dos recursos naturais;

(3) em situação de emergência e na impossibilidade de emprego dos órgãos públicos responsáveis, bem como esclarecida a gravidade e a urgência do problema pelo escalão superior, atuar repressivamente contra as forças adversas ligadas ao narcotráfico, ao contrabando, à invasão de reservas indígenas e à exploração ilegal e predatória de recursos naturais.

d. Em área militar e/ou sob a guarda militar, as ações repressivas visam:

(1) à investigação de pessoal e material suspeitos;

(2) à prisão de suspeitos e a sua condução à autoridade competente;

(3) à retenção do material suspeito, com o devido Termo de Apreensão, entregando-o à autoridade local mediante recibo;

(4) ao cumprimento de ordens específicas do escalão superior.

9-7. ASSISTÊNCIA DE SAÚDE ÀS POPULAÇÕES LOCAIS

a. O BIS, com seus elementos de saúde, presta assistência médico-hospitalar à população local, mediante convênios estabelecidos pelo Ministério do Exército com outros Ministérios e Governos Estaduais. Fora desses convênios, pode atender casos de emergência.

b. O comandante do BIS deve estar permanentemente atualizado com os termos dos convênios de saúde firmados pelo Ministério do Exército e com as diretrizes específicas do Comando Militar da Amazônia.

9-8. ATUAÇÃO NAS RESERVAS INDÍGENAS

a. A atuação nas área indígenas, algumas delas situadas ao longo da linha de fronteira, é de caráter militar a vigilância fronteiriça e complementar, visando-se evitar conflitos entre os índios e elementos estranhos às reservas.

b. Para o cumprimento desta missão, familiarizar-se com:

(1) O "Guia do Comandante de Fronteira" - publicação do âmbito do Comando Militar da Amazônia, a qual trata dos procedimentos correntes dos elementos da fronteira;

(2) As diretrizes específicas do Comando Militar de Área;

(3) O "artigo IV - Procedimentos face aos indígenas" do capítulo 7 das Instruções Provisórias 72-10 - A Companhia de Fuzileiros de Selva.

ARTIGO V

ATUAÇÃO COM ESTRANGEIROS

9-9. ATUAÇÃO EM FACE DE AERONAVES, VIATURAS E EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

a. É muito difícil o controle do tráfego aéreo, terrestre e fluvial na faixa de fronteira, devido às enormes distâncias a vencer, aos vazios demográficos e às peculiaridades da região amazônica.

b. O BIS coopera com os Ministérios da Aeronáutica e da Marinha no controle do tráfego fluvial e aéreo na faixa fronteiriça, através do cumprimento das diretrizes e ordens emitidas pelo Comando Militar da Amazônia. Particular atenção deve ser dada aos procedimentos em face de aeronaves estrangeiras que pousem em território brasileiro sem autorização, bem como ao tráfego de embarcações e veículos procedentes dos países vizinhos.

9-10. ATUAÇÃO EM FACE DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E AUTORIDADES CIVIS ESTRANGEIRAS

a. O comandante do BIS, cumprindo todas as diretrizes e orientações do escalão superior, instrui e fiscaliza os seus subordinados, em particular os pelotões especiais de fronteira, sobre:

(1) conduta dos militares brasileiros com militares estrangeiros;

(2) tratamento e conduta com autoridades civis;

(3) ligações oficiais com autoridades civis e militares estrangeiras;

(4) visitas de militares estrangeiros aos PEF e à sede da unidade;

(5) comparecimento de militares brasileiros a atos sociais, visitas de cortesia, competições desportivas e solenidades diversas em organizações das Forças Armadas e de Segurança dos países limítrofes;

(6) pedido de asilo político por parte de militares e civis estrangeiros;

(7) militares estrangeiros desertores que solicitem refúgio nos PEF;

(8) fuga de criminosos comuns para o território brasileiro;

(9) conflitos pessoais entre civis brasileiros e estrangeiros;

(10) entrada não autorizada no território brasileiro por policiais e/ou militares estrangeiros;

(11) imigrantes;

(12) extração ilegal de recursos naturais em território brasileiro por parte de civis estrangeiros.

b. Todos os itens anteriormente mencionados envolvem a participação das autoridades competentes, brasileiras e estrangeiras, não devendo os elementos de fronteira assumirem os encargos delas, salvo nas situações de emergência e naquelas especificadas pelo escalão superior.

CAPÍTULO 10

ATIVIDADES DE COMANDO E LOGÍSTICA

ARTIGO I

GENERALIDADES

10-1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. As características do ambiente operacional amazônico e o emprego descentralizado das companhias de fuzileiros de selva dificultam o apoio logístico.

b. A sistemática de apoio logístico na Amazônia tem as suas próprias peculiaridades, havendo, inclusive, necessidade de uso de técnicas especiais de conservação dos suprimentos, principalmente os perecíveis, além da utilização eventual dos recursos locais, particularmente serviços e mão-de-obra.

c. A distribuição das embarcações-base de PC e de pelotões às companhias de fuzileiros de selva reduz consideravelmente a problemática do fluxo logístico, por permitir-lhes o estoque de suprimento em maior quantidade.

d. As atividades de apoio logístico ao BIS são executadas e controladas pela Cia C Sv. No BIS sediado em área de fronteira, estas mesmas atividades são encargos da companhia de comando e apoio (Cia C Ap), que pode ser reforçada por elementos da base de administração e apoio (B Adm Ap).

ARTIGO II

ATIVIDADES DE COMANDO

10-2. GENERALIDADES

a. No exercício da atividade de comando, a Cia C Sv ou Cia C Ap do BIS têm as seguintes atribuições:

- manter e controlar o posto de comando;
- cooperar nos trabalhos de estado-maior;
- executar missões de reconhecimento e segurança em proveito do batalhão;
- instalar, operar e manutenir os sistemas de comunicações;
- realizar o controle dos prisioneiros de guerra e dos extraviados, até sua evacuação.

b. O ambiente operacional faz com que aumente muito o número de extraviados, isolados ou em pequenos grupos. Normalmente esses extraviados devem ser enviados para a retaguarda a fim de se recuperarem física e mentalmente, ao invés de serem encaminhados para suas unidades.

ARTIGO III

ATIVIDADES LOGÍSTICAS

10-3. DESDOBRAMENTO LOGÍSTICO

a. As instalações logísticas do BIS desdobram-se no interior de sua base de combate, sendo mantidas e controladas pela Cia C Sv ou pela Cia C Ap reforçada por elementos da B Adm Ap.

b. Normalmente a área de trens de estacionamentos (ATE) e a área de trens de combate (ATC) desdobram-se em um mesmo local.

c. É normal o BIS ter desdobrada, em sua base de combate ou nas proximidades desta, uma sub-área de apoio logístico ou algumas instalações logísticas do batalhão logístico da brigada ou do escalão superior, recebidos ou não em reforço.

d. Deve constituir preocupação constante do comando do batalhão manter abertos os eixos, normalmente os fluviais, utilizados nas atividades logísticas, quer vindos do escalão superior, quer indo para os subordinados, para assegurar a continuidade do apoio.

e. São desdobrados na base de combate do BIS:

(1) PC da Cia C Sv ou da Cia C Ap e dos pelotões de saúde, manutenção e administração;

(2) posto de socorro do batalhão;
(3) posto de coleta de mortos;
(4) área de manutenção de embarcações, armamentos e viaturas;
(5) local das cozinhas;
(6) P Distr Cl I;
(7) P Distr Cl III;
(8) P Rem.

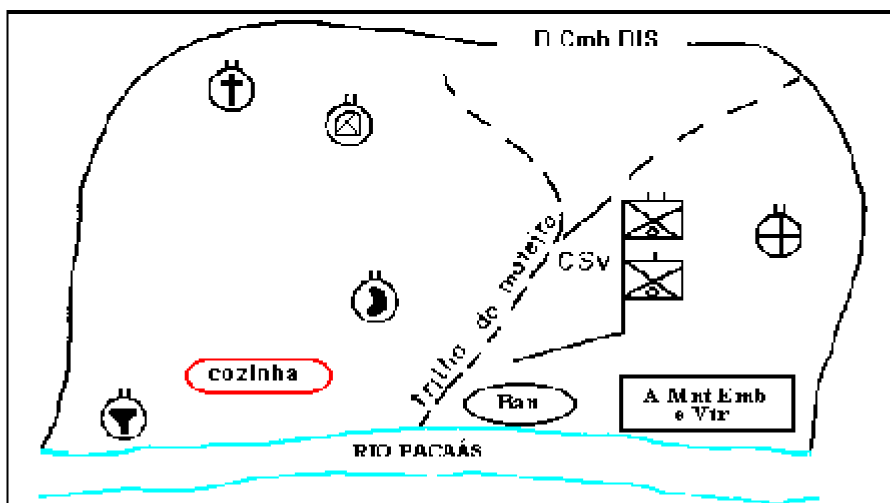


Fig 10-1. A companhia de comando e serviço desdobrada na base de combate do BIS.

10-4. SUPRIMENTO

a. Classe I - Material de subsistência

(1) Na base de combate, consome-se ração normal tipo A (R1-A) ou ração coletiva de campanha (R1-B). Quando há impossibilidade das frações consumirem essas rações, o normal é o consumo da ração individual de combate, devendo cada homem conduzir ração para 3 (três) dias.

(2) Quando não for possível o fornecimento de ração normal ou de combate, pode-se improvisar, distribuindo-se às frações rações alternativas à base de gêneros complementados por artigos adquiridos fora da cadeia de suprimento. O cardápio, neste caso, deve ser variável e adaptado aos hábitos regionais.

(3) Quando o suprimento é realizado por via fluvial e a grandes distâncias, dificilmente se consegue fornecer gêneros alimentícios diariamente, o que implica na manutenção de uma reserva orgânica mais elevada do que numa operação em ambiente dito convencional. Esta reserva é determinada em função, principalmente, das distâncias a percorrer, da velocidade e disponibilidade dos meios de transporte.

(4) Os suprimentos são entregues pelo batalhão nas bases de combate das companhias de fuzileiros de selva. Para isso, a Cia C Sv (Cia C Ap) vale-se de todos os meios de transporte disponíveis.

(5) As cozinhas, geralmente, funcionam descentralizadamente nas bases de combate das companhias.

(6) Nas operações ribeirinhas, as embarcações-base de PC e pelotões servem para estocar suprimentos.

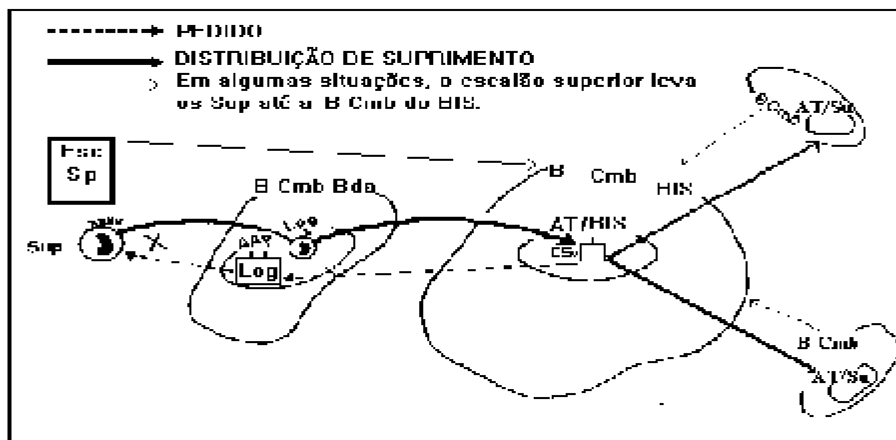


Fig 10-2. Fluxo de suprimento Cl I em região de selva.

b. Classe III

(1) Particularmente nas operações ribeirinhas o consumo é elevado.

(2) O armazenamento dos suprimentos nas bases de combate deve ser protegido por sacos de areia, para evitar a inflamação de combustíveis por ação de tiros diretos.

(3) As embarcações podem ser empregadas como P Distr flutuante.

(4) As embarcações-base de PC e pelotões atendem às necessidades iniciais para seu próprio emprego, bem como às das embarcações de patrulha de grupo e esquadra.

(5) O fluxo de suprimento Cl III é o mesmo do Sup Cl I.

c. Classe V (M)

(1) O batalhão recebe, em sua base de combate, os suprimentos classe V (M), sendo estes procedentes da área de apoio logístico da brigada ou do escalão superior.

(2) De mesmo modo, o batalhão faz chegar os suprimentos às bases de combate das companhias de fuzileiros de selva, valendo-se dos meios de transporte disponíveis e organizando patrulhas de ressuprimento.

(3) Nas operações ribeirinhas, as Dotações Orgânicas são conduzidas nas embarcações-base de PC e de pelotões, atendendo às necessidades iniciais do combate.

(4) O fluxo de suprimento Cl V (M) é o mesmo dos Sup Cl I e III.

d. Classe X

Deve-se utilizar purificadores de água, pois as águas dos rios e igarapés, particularmente nas regiões próximas às localidades, fazendas e instalações militares, estão, com freqüência, contaminadas.

e. As demais classes são fornecidas pelo escalão superior quando há necessidade e a situação tática permite.

10-5. TRANSPORTE

a. As dificuldades dos deslocamentos pelo interior da floresta, a escassez de estradas e a significativa malha aquática da Amazônia justificam o emprego prioritário dos meios fluviais, os quais são complementados pelos aéreos, rodoviários e por carregadores.

b. É necessário considerar as deficiências da infra-estrutura de apoio das instalações aeroportuárias ao se planejar o transporte no âmbito do batalhão.

c. Quando forem utilizados meios fluviais, deve-se fazer previsão de emprego de “práticos”, indivíduos conhecedores de determinados trechos das aquavias.

10-6. SAÚDE

a. O pelotão de saúde apoia a base de combate do batalhão e as companhias de fuzileiros de selva.

b. O grupo de triagem e evacuação passa pelas bases de combate das companhias de fuzileiros da selva, examinando os feridos e preparando a evacuação destes.

c. Nas situações em que os feridos são evacuados de locais afastados das bases de combate das companhias de fuzileiros de selva, normalmente por meios aéreos, diretamente para a base de combate do batalhão, a triagem e o preparo para a evacuação são feitos na base de combate do batalhão.

d. Nos casos de feridos graves evacuados por meios aéreos diretamente para a base de combate de brigada, cabe ao pelotão de saúde exercer o controle dos registros destes evacuados.

e. O pelotão de saúde pode receber meios de transporte para cumprir a sua missão, particularmente fluviais e aéreos.

10-7. MANUTENÇÃO

a. O pelotão de comunicações realiza a manutenção de 1º e 2º escalão do material de comunicações do BIS.

b. O pelotão de manutenção e transporte realiza a manutenção de 1º e 2º escalões dos meios auto, das embarcações orgânicas e dos grupos geradores do batalhão.

10-8. PESSOAL

a. Controle de efetivos

A grande descentralização das ações, bem como o emprego de pequenas frações, dificulta a realização do controle de efetivos. O S1 do BIS deve difundir às companhias as diretrizes do comandante do batalhão para a execução desta tarefa.

b. Estimativa de perdas

O ambiente operacional da selva favorece a ocorrência de perdas fora de combate, causadas por acidentes e doenças, o que deve ser considerado pelo S1 do BIS.

c. Recompletamento

Esta atividade está intimamente ligada ao controle dos efetivos e às estimativas de perdas.

É importante considerar a necessidade de aclimatação do homem antes de entrar em operações. Essa preparação normalmente é feita a nível RM/TOT, ou Bda no caso de recompletamentos obtidos fora do TOT amazônico.

d. Repouso

O BIS pode estabelecer área de repouso junto ou nas proximidades da base de combate, devendo, neste caso, responsabilizar-se pelo seu funcionamento através da Cia C Sv (Cia C Ap).

e. Banho e Lavanderia

Estes serviços normalmente são prestados pelo batalhão logístico, por meio de instalações que devem funcionar junto à base de combate do BIS.

Caso o batalhão logístico não realize esses serviços e desde que haja curso de água nas proximidades da base de combate (situação normal) , deve ser demarcada uma região para banho. O serviço de lavanderia, desde que haja autorização para tal , pode ser feito através de mobilização de lavanderias comerciais, se disponíveis nas proximidades da base de combate, ou pelos próprios homens , mediante distribuição de material e demarcação de um local para o serviço às margens de um curso de água.

f. Suprimento reembolsável

Pelas dificuldades que o ambiente apresenta para o funcionamento de cantinas móveis, os pedidos de artigos de uso pessoal devem ser centralizados pela Cia C Sv (Cia C Ap) e remetidos para o batalhão logístico a fim de que este os forneça juntamente com os suprimentos para posterior indenização, se for o caso, pelos militares atendidos.

10-9. DEMAIS TAREFAS LOGÍSTICAS

As demais tarefas referentes às atividades logísticas devem ser conduzidas conforme prescreve o manual C 100-10 (Logística Militar Terrestre) e/ou as IP 72-1 (Operações na Selva).

ANEXO A

ORDEM DE ATAQUE DO COMANDANTE DE BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Ordem de Ataque

Rfr: Crt R___-Esc 1/50000

1. SITUAÇÃO

a. Forças inimigas

1) Anexo A - Calco de Inteligência.

2) Tropa de valor companhia de fuzileiros organizada em ponto-forte na região de ESTREITO DE SANTA JÚLIA.

3) O inimigo pode:

a) defender, desde já, as suas atuais posições, com três pelotões de fuzileiros, apoiados por meios de apoio de fogo e meios aéreos disponíveis;

b) retrair para Este;

c) retardar em suas atuais posições e ao longo do Rio Amazonas para Este;

d) atuar com pequenas frações em qualquer parte da área de combate.

b. Forças amigas

1) A___Bda Inf Sl......

2) O___BIS......

3) A___FAT......

c. Meios recebidos e retirados

1) Recebidos

- 1ª/___BIS;
- 1ª/___GAC Sl;
- 1º/___Cia E Cmb Sl.

2) Retirados
......

2. MISSÃO

A fim de bloquear e controlar a navegação no Rio MANICORÉ, atacar, em D/H, na Dire CLAREIRA DA MUCURA - JACARÉ, para conquistar e manter a região de ESTREITO DE SANTA JÚLIA.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação
1) Manobra
a) O___IS (+1ª/___BIS) atacará, na Dire CLAREIRA DA MUCURA-JACARÉ, com a 1ª Cia Fzo Sl, realizando o Atq Pcp, para conquistar e manter AERÓDROMO (01); com a 2ª Cia Fzo Sl, para conquistar e manter BOCA DO NEGRO (02) e com a 3ª/___BIS, para conquistar e manter VISTA DO RIO (03).
b) Manterá em reserva:
- 3ª Cia Fzo Sl.
c) Anexo B - Calco de Operações.
2) Fogos
a) Preparação: entre H-15 min e H-15 min.
b) Prioridade de fogos: 1ª Cia Fzo Sl.
c) Anexo C- Plano de Apoio de Fogo.

b. 1ª Cia Fzo Sl (+1º/3ª/___BIS)
......

c. 2ª Cia Fzo Sl
......

d. 3ª/___BIS (- 1º Pel Fzo Sl)
......

e. 1º/___Cia E Cmb Sl
......

f. Reserva
- Planejar o seu emprego para substituir e/ou reforçar as companhias de fuzileiros de selva do escalão de ataque.
- Providenciar a equipe de navegação para o deslocamento pela floresta.
- Após a LPD, progredir eixada com o ataque principal.

g. Prescrições diversas
1) Anexo D: Quadro de movimento.
2) Durante o deslocamento pela floresta, será adotada a formação por companhias sucessivas.
3) Z Reu: Clareira do Macaco.

4) P Lib Cia: na própria Z Reu.
5) P Lib Pel
......
6) LPD
......
7) Hora de início Dsl pela floresta: D-1/H.

4. LOGÍSTICA

....

5. COMANDO E COMUNICAÇÕES

....

6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS

....

Acuse estar ciente

Anexo:

____
Cmt BIS

Distribuição: Lista A

Confere:____________
S3

ANEXO B

ORDEM DE DEFESA DO COMANDANTE DE BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

(EMPREGO CENTRALIZADO DOS MEIOS)

Ordem de Defesa

Rfr: Crt R___-Esc 1/50000

1. SITUAÇÃO

a. Forças inimigas

1) Anexo A - Calco de Inteligência

2) Tropa de valor brigada em zona de reunião na R DE MANICORÉ.

3) O inimigo pode:

a) atacar, desde já, em qualquer parte da área de combate, a partir de__, com três batalhões, apoiados por meios de apoio de fogo e meios aéreos disponíveis;

b) atuar com pequenas frações em qualquer parte da área de combate.

b. Forças amigas

1) A___Bda Inf Sl......

2) O___BIS......

3) A___FAT......

c. Meios recebidos e retirados

1) Recebidos

- 1ª/___GAC Sl;

- 1º/___Cia E Cmb Sl.

2) Retirados

....

2. MISSÃO

A fim de bloquear e controlar a navegação no Rio MANICORÉ, defender o ESTREITO DE SANTA JÚLIA.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação

1) Manobra

a) O___BIS defenderá o ESTREITO DE SANTA JÚLIA, estabelecendo ponto-forte com a 1ª Cia Fzo Sl a W e com a 2ª Cia Fzo Sl a E.

b) Manterá em reserva:

- 3ª Cia Fzo Sl (- 1º Pel Fzo Sl).

c) Anexo B - Calco de Operações.

2) Fogos

a) Prio F: 1ª Cia Fzo Sl.

b) Anexo C - Plano de Apoio de Fogo.

b. 1ª Cia Fzo Sl (+1º/3ª Cia Fzo Sl)

......

c. 2ª Cia Fzo Sl

......

d. 1º/___Cia E Cmb Sl

......

e. Reserva

- Planejar o seu emprego para contra-atacar em qualquer parte da frente defendida pelo batalhão, com prioridade para o setor da 1ª Cia Fzo Sl.

- Estabelecer postos avançados de combate com o valor de 1 Pel Fzo Sl.

- Ficar ECD substituir e/ou reforçar as companhias de 1º escalão.

f. Prescrições diversas

......

4. LOGÍSTICA

......

5. COMANDO E COMUNICAÇÕES

......

6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS

......

Acuse estar ciente

____
Cmt BIS

Distribuição: Lista A

Confere:______________
S3

ORDEM DE DEFESA DO COMANDANTE DE BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

(EMPREGO DESCENTRALIZADO DOS MEIOS)

Ordem de Defesa

Rfr: Crt R___-Esc 1/50000

1. SITUAÇÃO

a. Forças inimigas
1) Anexo A - Calco de Inteligência.
2) Tropa de valor brigada em zona de reunião na R CLAREIRA DO MACACO.
3) O inimigo pode:
a) Atacar, desde já, em qualquer parte da área de combate, a partir de__, com pelo menos um batalhão por ponto-forte, apoiado por meios de apoio de fogo e meios aéreos disponíveis;
b) Atuar com pequenas frações em qualquer parte da área de combate.

b. Forças amigas
1) A___Bda Inf Sl......
2) O___ BIS......
3) A___ FAT......

c. Meios recebidos e retirados
1) Recebidos
- 1ª/___GAC Sl;
- 1º/___Cia E Cmb Sl.
2) Retirados
....

2. MISSÃO

A fim de controlar as vias de circulação que dão acesso a MANICORÉ, defender o aeródromo de MANICORÉ e a foz do Rio IÇANA.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação
1) Manobra
a) O___BIS estabelecerá pontos-fortes de valor SU, empregando a 1ª Cia Fzo Sl no Aeródromo de MANICORÉ e a 2ª Cia Fzo Sl na foz do Rio IÇANA.
b) Manterá em reserva:
- 3ª Cia Fzo Sl (- 1º Pel Fzo Sl)
c) Anexo B - Calco de Operações.

2) Fogos
a) Prio F: 1ª Cia Fzo Sl.
b) Anexo C - Plano de Apoio de Fogo.

b. 1ª Cia Fzo Sl (+1ª/3ª Cia Fzo Sl)

c. 2ª Cia Fzo Sl

d. 1ª/___Cia E Cmb Sl

e. Reserva
- Planejar o seu emprego na área de combate do batalhão, com prioridade para o Aeródromo de MANICORÉ.

4. LOGÍSTICA

......

5. COMANDO E COMUNICAÇÕES

......

6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS

......

Acuse estar ciente

____
Cmt BIS

Distribuição: Lista A

Confere:______________
S3

ANEXO C

(OPERAÇÕES RIBEIRINHAS)

(Uma sugestão para o aprestamento)

PLANO DE APRESTAMENTO

___BIS

Nr Ordem	Apresentamento	1ª Cia		2ª Cia		3ª Cia		CCSv		Obs
		Data	Resultado	Data	Resultado	Data	Resultado	Data	Resultado	
1	Apronto Operacional.									
2	Técnica de navegação fluvial.									
3	Orientação fluvial.									
4	Tiro de embarcação contra alvos situados às margens do rio.									
5	Tiro contra embarcação a partir de posições situadas às margens.									
6	Marcha para o combate.									
7	Assalto ribeirinho.									
8	Técnicas aeromóveis.									
9	Embarcações táticas.									
10	Inspeção sanitária / psicológica.									

- Data/hora limite para reunião dos meios do batalhão:______________________

- Hora de início do deslocamento para a área de embarque:_________________

- Hora de início do deslocamento da área de embarque para a área de combate ribeirinha:____

- Reunião com o comandante do batalhão para os acertos finais:_____________

CONFERE:_________________________ ____________________

S3 Cmt BIS

____

S4

ANEXO D

(OPERAÇÕES RIBEIRINHAS)

(Uma sugestão para o embarque e o carregamento)

MANIFESTO DE EMBARQUE E CARREGAMENTO

___BIS

Nr Ordem	SU que apóia	SU apoiada	Fração que apóia	Fração apoiada	Suprimento carregado	Obs
1	1ª Cia Emb Tat Ref	1ª Cia Fzo Sl	1º Pel Emb Tat - EBP nº 1 - EBP nº 2 - EBP nº 3 - EBP nº 4	- 1º Pel Fzo Sl - 2º Pel Fzo Sl - 3º Pel Fzo Sl - PC/Pel Ap	- Cl I - Cl III - Cl V (A) (M) - Cl VIII - Cl X	(a)
2		2ª Cia Fzo Sl	2º Pel Emb Tat - EBP nº 1 - EBP nº 2 - EBP nº 3 - EBP nº 4	- 1º Pel Fzo Sl - 2º Pel Fzo Sl - 3º Pel Fzo Sl - PC/Pel Ap	- Cl I - Cl III - Cl V (A) (M) - Cl VIII - Cl X	(a)
3		3ª Cia Fzo Sl	3º Pel Emb Tat - EBP nº 1 - EBP nº 2 - EBP nº 3 - EBP nº 4	- 1º Pel Fzo Sl - 2º Pel Fzo Sl - 3º Pel Fzo Sl - PC/Pel Ap	- Cl I - Cl III - Cl V (A) (M) - Cl VIII - Cl X	(a)
4		Cmdo EM e CCSv Ref: - Bia Art Cmp Sl - Pel E Cmb Sl	- Emb-base de PC	- Cmdo, EM CCSv (-) - Pel E Cmb Sl	- Cl I - Cl III - Cl V (A) (M) - Cl VIII - Cl X	(a)
5			- Emb-base de comunicações	- Pel Com		
6			- Emb-base de saúde	- Pel Sau		
7			- Emb-base de artilharia	- Bia Art Cmp Sl		

Obs: (a) Relação de pessoal e suprimentos detalhada nos manifestos de embarque das frações.

CONFERE:____________________________ ______________________

S3 Cmt BIS

____

S4

ANEXO E

(OPERAÇÕES RIBEIRINHAS)

(Uma sugestão para o plano de movimento fluvial)

PLANO DE MOVIMENTO FLUVIAL

___BIS

ÁREA DE EMBARQUE	LOCAIS DE EMBARQUE	FRAÇÕES DE EMBARQUE	ROTA FLUVIAL PRINCIPAL	LOCAIS DE ALTO	ROTA FLUVIAL ALTERNATIVA	LOCAIS DE ALTO	ÁREA DE DESEMBAQUE			
							Loc Dbq 1ª Cia	Loc Dbq 2ª Cia	Loc Dbq 3ª Cia	Loc Dbq Cmdo, EM, Ref
Flutuante do Raimundo	Nº 1	1ª Cia Fzo SI	- Rio Negro-Paraná do Careiro - Rio Anori - Rio Madeira	- Careiro (1º Alto técnico) - Autazes (1º pernoite) - Nova Olinda - Borba	- Rio Negro-Paraná das Onças - Rio Munducurus - Rio Madeira	- Careiro (1º Alto técnico) - Ilha das onças (1º pernoite) - Itacoatiara - Nova Olinda - Borba	PONTA NEGRA	CEMITÉRIO	SERRARIA	PRAIA
	Nº 2	2ª Cia Fzo SI								
	Nº 3	3ª Cia Fzo SI								
	Nº 4	Cmdo, EM, Elm CCSv								
	Nº 5	Pel Com Pel Sau Bia Art Cmp SI Pel E Cmb SI								
Escadaria (Alternativa)	Nº 1									
	Nº 2									
	Nº 3									
	Nº 4									
	Nº 5									

CONFERE:______________________________

S3

____

Cmt BIS

____

S4

ANEXO F

(OPERAÇÕES AEROMÓVEIS)

ORDEM DE OPERAÇÕES

(Um exemplo sucinto de ordem de operações)

1. SITUAÇÃO

....

2. MISSÃO

A fim de cooperar com a 72ª Bda Inf Sl no controle da circulação do rio NEGRO, atacar, em D/H, na Dire ANORI-JAPIIM, para conquistar e manter a região de confluência dos rios NEGRO e BRANCO e realizar junção com o 72º Esqd C Mec.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação

1) Manobra

a) A FT Amv 721º BIS, realizando um assalto aeromóvel, atacará, na Dire ANORI-JAPIIM, para conquistar e manter a região de confluência dos rios NEGRO e BRANCO.

b) Realizará junção com o 72º Esqd C Mec.

c) Mdt O, será substituída.

d) Manterá em reserva:

- 3ª Cia Fzo Sl.

e) Anexo B: Calco de Operações (Conq e Mnt C Pnt Amv).

f) Anexo C: Plano de Desembarque.

g) Anexo D: Plano de Movimento Aéreo.

h) Anexo E: Plano de Carregamento.

i) Anexo F: Plano de Junção.
j) Anexo G: Plano de Substituição.
2) Fogos
a) Prioridade de fogos: FT Amv 1ª Cia Fzo Sl.
b) Anexo H: Plano de apoio de fogo.
3) Barreiras
....

b. FT 1ª Cia Fzo Sl
....

c. FT 2ª Cia Fzo Sl
....

d. 1ª/2º GAvEx (Ct Op)
....

e. Reserva
....

f. Prescrições diversas
....

4. LOGÍSTICA

....

5. COMANDO E COMUNICAÇÕES

....

6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS

....

Acuse estar ciente

Distribuição: Lista A

____
Cmt BIS

Confere:____________________
S3

ANEXO G

(OPERAÇÕES AREROMÓVEIS)

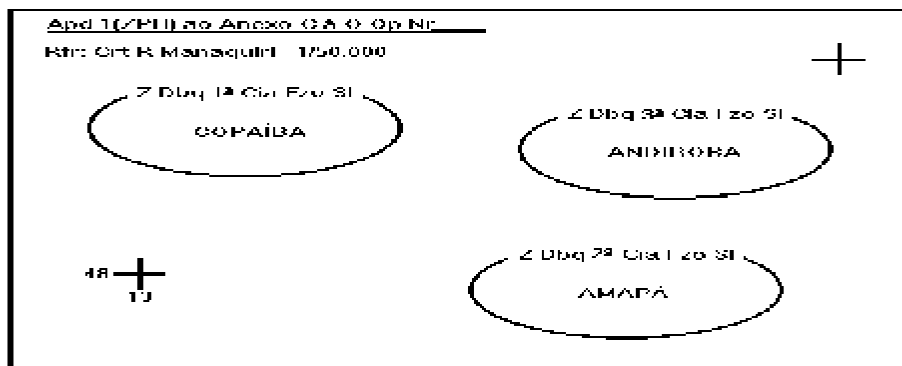
(Uma sugestão para o plano de desembarque)

PLANO DE DESEMBARQUE

a. Apd Nr 1 (ZPH) ao Anexo “C” à O Op Nr____

Rfr: Crt R JATUARANA - Esc 1/50000

Exemplar Nr____
721º BIS
Sítio do GUARIBA
D-1/1200
HGM - 13



b. Apd Nr 2 (Q Dbq) ao anexo C à O Op Nr_____

SU	VAGA	Nr Anv	Z Dbq	H Ater	Pessoal e material	Quantidade		Total	Obs
						Pessoal	Material		
1ª Cia Fzo Sl	1ª		Copaíba	D/H-3					- Observar manifesto de embarque e carregamento
2ª Cia Fzo Sl	2ª		Amapá	D/H-4					

Confere:__________________ __________________

S3 Cmt BIS

ANEXO H

(OPERAÇÕES AEROMÓVEIS)

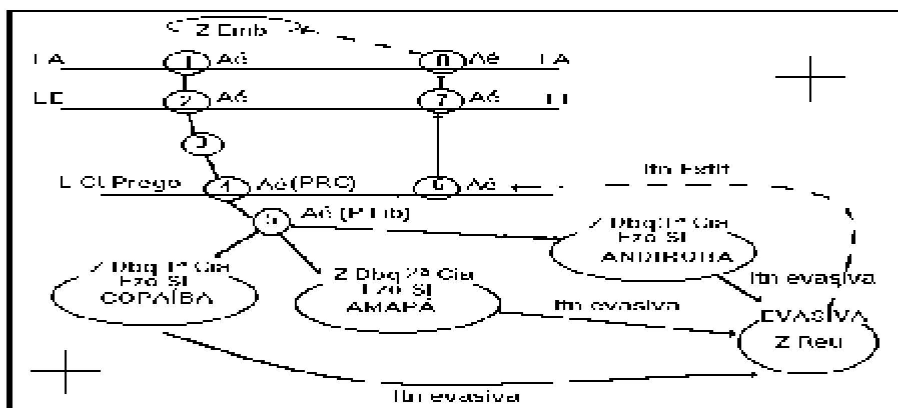
PLANO DE MOVIMENTO AÉREO

(Um exemplo sucinto)

a. Apd nr 1 (rota de vôo) ao anexo D à O Op nr____

Rfr: Crt R JATUARANA - Esc 1/50000

Exemplar Nr_____
721º BIS
Sítio do GUARIBA
D-1/1200
HGM - 13



b. Apd Nr 2 (Q Mvt Aé) ao anexo D à O Op Nr_____

Rfr: Crt R JATUARANA - Esc 1/50000

SU	VAGA	Fr Helcp	Z Emb	Anv	H Emb	H Dbq	Z Dbq	Obs
1ª Cia Fzo Sl	1ª		MANICORÉ	D/H-3			COPAÍBA	
2ª Cia Fzo Sl	2ª		MANICORÉ	D/H-4			AMAPÁ	

Confere:____________ ___________________

S3 Cmt BIS

ANEXO I

(OPERAÇÕES AEROMÓVEIS)

PLANO DE CARREGAMENTO

(Uma sugestão)

Exemplar Nr_____
721º BIS
Sítio do GUARIBA
D-1/1200
HGM - 13

1	2	3	4			5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Elm Man	Mvt Anv	Pes/ Cg	Quantidade			Pl Altn	Vaga Esc	Z Emb	H Emb	H Dcg	H Dcg Altn	Loc Ater Z Dbq	Fr Helcp	Rota Itn Ida Pcp/Altn	Rota Itn Volta Pcp/Altn	Hora Pl	Hora A/LE	Hora P Lib	Hora Z Reu	Obs
			Pes	Cg	Tot			Loc Alter												